

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA

A RELAÇÃO COLÔNIA-METRÓPOLE NO SÉCULO XVIII:

EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DAS CARTAS DO SENADO

E

ESTUDO DA ARGUMENTAÇÃO

Gilberto Nazareno Telles Sobral

Orientador Prof. Dr. João Antonio de Santana Neto

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, área Teorias e Crítica da Literatura e da Cultura, como requisito para obtenção do título de Doutor em Letras.

Salvador / Bahia
2004

Biblioteca Central – UFBA

S677 Sobral, Gilberto Nazareno Telles.

A relação colônia-metrópole no século XVIII : edição semidiplomática das cartas do Senado e estudo da argumentação / Gilberto Nazareno Telles Sobral. - 2004.

207 f.

Orientador : Prof. Dr. João Antonio de Santana Neto.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras 2004.

1. Manuscritos brasileiros - Salvador (BA) - Séc. XVIII. 2. Salvador (BA) - Câmara Municipal - Séc. XVIII. 3. Crítica textual. 4.

Discussões e debates. 5. Análi

se do discurso. 6. Filologia I. Santana Neto, João Antonio de.

A minha mãe por sempre acreditar
nos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Acredito ser uma pessoa de muita sorte, pois, em todos os meus projetos de vida, costumo encontrar pessoas que neles acreditam e dispõem-se a seguir os caminhos necessários ao meu lado. Desta forma, jamais poderia deixar de demonstrar o quanto sou grato a estas pessoas não somente pela crença, mas, fundamentalmente, pelo apoio em todo o processo de construção deste trabalho.

A meu orientador, Prof. Dr. João Antonio de Santana Neto, pela amizade construída paralelamente a esta pesquisa, pelo incentivo irrestrito, pela confiança, pela competente orientação, pela disponibilização de sua biblioteca, enfim, por acreditar no êxito deste trabalho.

À Prof^a. Dr.^a Albertina Ribeiro da Gama, que, carinhosamente, além de possibilitar-me conhecer o universo da Crítica Textual, permitiu-me compartilhar de seus vastos conhecimentos, fundamentais à minha formação.

À Prof^a Dr^a Iracema Luíza de Souza pela capacidade de transformar todas as aulas em momentos prazerosos de estudo.

À Prof^a Dr^a Joselice Macedo de Barreiro pela gentil maneira de sempre atender às minhas necessidades.

À Prof^a Maria José Rocha pela atenta amizade e disponibilidade em todos os momentos de dificuldade.

À Prof^a Dr^a Célia Marques Telles, pelos importantes conhecimentos adquiridos durante o curso.

À minha querida irmã Graça Sobral e ao amigo Marco Aurélio Silva Farias, pelo irrestrito apoio, amizade e carinho em todos os momentos, principalmente naqueles em que as tarefas a serem cumpridas pareciam impossíveis.

A Carlos Eduardo Medeiros, Felisberto dos Santos Gomes e Maria das Candeias de Oliveira, funcionários do Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Salvador, e a todos os funcionários da Biblioteca Central da UFBA, pela solicitude com que me auxiliaram na consulta dos respectivos acervos.

A todos os meus colegas do Pavilhão de Aulas da Federação, por toda compreensão e apoio na difícil tarefa de conciliar as atividades profissionais e a dedicação aos estudos.

A todos os membros do Núcleo de Estudos da Análise do Discurso, pelo incentivo, pelo carinho e por todo aprendizado fundamentais para a concretização deste trabalho.

Às amigas, Dizorilda de Santana França, Maria de Fátima Bento Carvalho e Rosa Hilda do Nascimento, pela sensibilidade e total apoio, principalmente nos momentos mais difíceis.

À Prof^a Norma Sueli da Silva Pereira, grande amiga e companheira, sempre pronta a tranquilizar-me nos momentos de tensão.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBA, pela atenção e presteza sempre dispensadas.

Aos meus colegas da Faculdade Integrada da Bahia/FIB, por cada palavra de incentivo na difícil tarefa de conciliar o trabalho e o estudo.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

Eu me interesso pela linguagem porque ela me fere ou me seduz.

Roland Barthes

RESUMO

Em todo o período colonial, destaca-se o papel das Câmaras Municipais e, em especial, do Senado da Câmara da Cidade do Salvador, por ter sediado a Capital do Brasil até o ano de 1763, no cenário político brasileiro, fato que tem fomentado a realização de pesquisas com a documentação produzida por estes Órgãos, por representar uma fonte de conhecimento sobre a formação e o desenvolvimento das cidades brasileiras. Dentre este acervo documental, estão as cartas do Senado da Câmara enviadas à Corte portuguesa, um dos meios pelos quais era estabelecida a relação Colônia-Metrópole no referido período. A edição destas cartas, reunidas em seis livros de registros, sob a guarda do Arquivo Público Municipal, representa uma grande contribuição à preservação destes importantes documentos históricos. Nos anos de 2001 e 2002, desenvolveu-se, no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia, a primeira dissertação com os referidos manuscritos intitulada “Cartas do Senado a Sua Magestade¹: edição semidiplomática e estudo da argumentação”, realizada pelo autor desta tese. Devido ao grande acervo existente sem que nenhum trabalho tenha sido realizado e diante da necessidade de preservação desta documentação que compõe a Coleção de Documentos Históricos do Arquivo Municipal, esta tese objetiva dar continuidade ao trabalho anteriormente citado. Selecionaram-se, então, dez cartas para a composição do *corpus* desta tese, cujos critérios foram o estado de conservação que possibilitasse uma leitura e cuja temática estivesse centrada na relação Colônia-Metrópole em questões financeiras. Inicialmente, procedeu-se ao estabelecimento de edições semidiplomáticas. Para dar um testemunho da importância destes registros, fez-se uma contextualização sócio-histórica da Cidade do Salvador e das Câmaras Municipais e, pela argumentatividade característica dos referidos textos, realizou-se, também um estudo da argumentação com base na Nova Retórica e na Teoria da Argumentação de O. Ducrot. A pesquisa revelou importantes acontecimentos esclarecedores sobre a formação da Cidade do Salvador, bem como ratificou o importante papel desempenhado pelos “homens-bons” para a autonomia administrativa das cidades brasileiras.

Palavras-chave: crítica textual; argumentação; análise do discurso.

¹ Conservou-se a grafia com <g>, conforme encontra-se no manuscrito.

RÉSUMÉ

Durant toute la période coloniale, il se détache, dans le scénario politique brésilien, le rôle des Chambres Municipales et, plus précisément, du Sénat de la Chambre de la Ville de Salvador, pour avoir été la Capitale du Brésil jusqu'à 1763, ce qui a fomenté la réalisation de recherches avec la documentation produite par ces organes, parce qu'elle représente une véritable source de connaissances sur la formation et le développement des villes brésiliennes. Parmi ces documents, se trouvent les "Lettres du Sénat de la Chambre", l'un des moyens par lequel s'établissait la relation Colonie-Métropole à cette époque. L'édition de ces lettres, réunies en six livres de registre, sous la garde de l'Archive Publique Municipale, représente une grande contribution à la préservation de ces importants documents historiques. Dans les années 2001 et 2002, il s'est développé, dans le Programme de Pós-Graduação en Lettres et en Linguistique de l'Université Fédéral de la Bahia, la première dissertation avec les dits manuscrits intitulée "Lettres du Sénat à sa Magesté²: édition semidiplomatique et étude de l'argumentation", réalisée par l'auteur de cette thèse. Dû à la grande quantité de documents enregistrés sans aucun travail a été réalisé et devant la nécessité de conservation de cette documentation qui compose la Collection de Documents Historiques de l'Archive Municipale, cette thèse a comme objectif de donner continuité à la dissertation précédemment mentionnée. Dix lettres ont été sélectionnées pour composer le corpus de cette thèse, en employant des critères comme l'état de conservation qui devrait rendre la lecture possible ou encore dont le thème serait centré sur la relation Colonie-Metropole ou sur des questions financières. Initialement, on a procédé à l'établissement des éditions semidiplomatiques. Pour témoigner l'importance de ces registres, on a fait une contextualisation socio-historique de la Ville de Salvador et des Chambres Municipales. Face à la nature argumentative, caractéristique de ces textes, une étude de l'argumentation basée sur la nouvelle rhétorique, une autre basée sur l'analyse du discours et sur la Théorie de l'argumentation de Ducrot ont également été réalisées. La recherche a révélé d'importants événements sur la formation de la Ville de Salvador, comme elle a prouvé aussi l'importance du rôle joué par les "bons- hommes" pour l'autonomie administrative des villes Brésiliennes.

Mots-clef: critique textuelle; argumentation; analyse du discours.

² La graphie <g> a été conservée, comme elle se trouve dans le manuscrit.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da Estrutura do Senado da Câmara no Período Colonial	28
Figura 2 – Câmara Municipal da Cidade do Salvador no Século XVIII	30
Figura 3 – Quadro dos Livros de registros das Cartas do Senado a Sua 'Magestade'	35
Figura 4 – Quadros de ocorrências de consoantes dobradas	38
Figura 5 – Quadro demonstrativo de ocorrência de s longo e de c maiúsculo	43
Figura 6 – Quadro de ocorrência de reclamo	44
Figura 7 – Tabela demonstrativa de ocorrência de abreviatura por fólio	82
Figura 8 – Quadros de relação e classificação das abreviaturas	83
Figura 9 – Quadro do quantitativo de abreviaturas por carta	104
Figura 10 – Tabela quantitativa dos argumentos	129
Figura 11 – Gráficos de percentual dos tipos de argumentos por carta	130
Figura 12 – Gráfico comparativo de ocorrência dos argumentos	132
Figura 13 – Gráfico de ocorrência do argumento de autoridade	133
Figura 14 - Gráfico de ocorrência do argumento de desperdício	134
Figura 15 - Gráfico de ocorrência da argumentação pelo exemplo	135
Figura 16 - Gráfico de ocorrência da argumentação pelo modelo	136
Figura 17 - Gráfico de ocorrência da argumentação pelo antimodelo	137
Figura 18 - Gráfico de ocorrência do argumento pragmático	138

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
CP	Condições de Produção
CSSM1	Carta de Senado a Sua Magestade 1
CSSM2	Carta de Senado a Sua Magestade 2
CSSM3	Carta de Senado a Sua Magestade 3
CSSM4	Carta de Senado a Sua Magestade 4
CSSM5	Carta de Senado a Sua Magestade 5
CSSM6	Carta de Senado a Sua Magestade 6
CSSM7	Carta de Senado a Sua Magestade 7
CSSM8	Carta de Senado a Sua Magestade 8
CSSM9	Carta de Senado a Sua Magestade 9
CSSM10	Carta de Senado a Sua Magestade 10

SUMÁRIO

RESUMO	
RÉSUMÉ	
INTRODUÇÃO	12
1 CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO	17
1.1 A Cidade do Salvador	17
1.2 As Câmaras Municipais	21
1.3 A Câmara Municipal de Salvador	29
2 A EDIÇÃO DE TEXTOS	33
2.1 Breves considerações sobre o <i>corpus</i>	36
2.2 Descrição dos manuscritos	37
2.3 Critérios adotados na transcrição	51
2.4 Edições semidiplomáticas e fac-similadas	53
2.5 Relação e classificação das abreviaturas	81
3 A ARGUMENTAÇÃO NA RELAÇÃO COLÔNIA-METRÓPOLE NO SÉCULO XVIII	106
3.1 A Subjetividade e as condições de produção do discurso	107
3.2 Breve esboço da evolução dos estudos retóricos	115
3.3 A Nova Retórica	118
3.3.1 A importância das escolhas dos dados para a argumentação	125
3.3.2 As técnicas e as estruturas argumentativas	126
3.4 Classes e escalas argumentativas	141

4	ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	144
4.1	Contexto situacional	144
4.1.1	Os interlocutores	148
4.1.2	O orador/locutor	148
4.1.3	O auditório/alocutário	150
4.2	Carta do Senado a Sua Magestade – CSSM1	151
4.3	Carta do Senado a Sua Magestade – CSSM2	159
4.4	Carta do Senado a Sua Magestade – CSSM3	162
4.5	Carta do Senado a Sua Magestade – CSSM4	165
4.6	Carta do Senado a Sua Magestade – CSSM5	170
4.7	Carta do Senado a Sua Magestade – CSSM6	174
4.8	Carta do Senado a Sua Magestade – CSSM7	178
4.9	Carta do Senado a Sua Magestade – CSSM8	182
4.10	Carta do Senado a Sua Magestade – CSSM9	186
5.11	Carta do Senado a Sua Magestade – CSSM10	192
	CONCLUSÃO	198
	REFERÊNCIAS	202

INTRODUÇÃO

Os manuscritos antigos são uma das principais fontes para que o homem moderno, seja ele um pesquisador especializado ou não, tenha acesso a fatos importantes que lhe permitam reconstituir a sua história. Motivo pelo qual tem sido cada vez maior a busca destas fontes em acervos particulares ou públicos em vários países, inclusive no Brasil. Contudo muitas são as dificuldades encontradas pelos estudiosos, que vão desde a organização desta documentação à compreensão do teor dos documentos, visto que a leitura desta documentação, muitas vezes, requer dos pesquisadores um conhecimento paleográfico e uma visão da época, objetivando contextualizá-los para compreendê-los.

Visando disponibilizar aos pesquisadores das diversas áreas do conhecimento estas inesgotáveis fontes de informação sócio-histórico-cultural, tem-se verificado um grande trabalho de pesquisadores individuais e de instituições particulares, através da divulgação de edições de importantes documentos como, por exemplo, Cartas de Duarte Coelho a El Rei³, a Carta de Pero Vaz de Caminha⁴ e Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates⁵, entre outras.

³ No ano de 1997, a Fundação Joaquim Nabuco e a Editora Massangana publicaram uma reprodução fac-similar, juntamente com uma leitura paleográfica feita por José Antônio Gonsalves de Mello e uma versão moderna feita Cleonir Xavier de Albuquerque.

⁴ MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia (Org.). A carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500. Salvador: EDUFBA; CAMINHA, Pero Vaz de. A carta de Pero Vaz de Caminha: reprodução fac-similar do manuscrito com leitura justalinear de Antônio Geraldo da Cunha, César Nardelli Cambraia e Heitor Megali. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999; No ano de 2001, houve, no Brasil, a divulgação da edição feita por Eduardo Nunes, no ano de 1974, em Lisboa, com o apoio cultural da Policarbonatos do Brasil S/A, da Nitrocarbonato S.A, da PROPPET e da Engepack.

⁵ No ano de 1988, o Arquivo Público do Estado da Bahia publicou a edição semidiplomática comemorativa dos 200 anos da Conspiração dos Alfaiates.

Na Cidade do Salvador, verifica-se igual interesse pela preservação de documentos históricos através dos trabalhos realizados pelo Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Documentos-NIPED⁶, bem como pela Prefeitura Municipal do Salvador⁷.

Diante da importância das Câmaras Municipais durante todo o período colonial, devido a sua atuação em defesa da liberdade administrativa das vilas e dos municípios brasileiros e, em especial, da Câmara da Cidade do Salvador, que sediou a capital da Colônia, desde o início da colonização até o ano de 1763, a edição de documentos manuscritos produzidos pelo referido Órgão, no período supracitado, justifica-se, nesta tese, não somente pelo caráter de preservação de documentos, mas também pela possibilidade de captação da mentalidade da referida época.

Para a delimitação do material, realizou-se, inicialmente, um levantamento da documentação existente no Arquivo Histórico da Prefeitura de Salvador. Constatou-se que, no amplo acervo, havia um trabalho em andamento com as atas da Câmara e algumas cartas enviadas à Coroa Portuguesa, no período de 1640 a 1730, haviam sido editadas, porém nenhum trabalho em andamento com outras cartas estava sendo realizado. Daí a escolha pelas cartas do Senado para a composição do *corpus* desta tese.

Destaca-se que o primeiro trabalho desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia, dentro da linha da crítica textual com “Cartas do Senado a Sua Magestade”⁸ no século XVIII, datadas de 1742 a 1785, foi a dissertação de

⁶ A Prof^a Ilza Maria de Oliveira Ribeiro, o Prof. João Antonio de Santana Neto, a Prof^a Maria Conceição Barbosa da Costa e Silva e a Prof^a Maria Helena Ochi Flexor desenvolvem o projeto SALVADOR 450 ANOS – Contribuição à Historiografia Soteropolitana e ao Estudo do Português do Brasil, organizando edições semidiplomáticas de Ofícios da Câmara de Salvador dos séculos XVIII a XIX.

⁷ Através do Departamento de Cultura Pública da Secretaria de Educação e Cultura do Município, foram realizadas edições de documentos históricos do Arquivo Municipal.

⁸ Conservou-se a grafia com <g>, conforme se encontra no manuscrito.

mestrado intitulada “Cartas do Senado a Sua Magestade: edição semidiplomática e estudo da argumentação”, realizada entre os anos de 2001 e 2002 pelo mesmo autor da presente tese. Apesar do interesse verificado na preservação destes documentos, nenhum estudo no âmbito das letras, anterior à referida pesquisa, havia sido realizado.

Tendo em vista o acervo ainda disponível num estado de conservação bastante precário, necessitando, portanto, de algum trabalho que, de certa forma, preserve-o do desgaste provocado não apenas pelo tempo, mas também pelas condições atuais de guarda, este trabalho visa dar continuidade ao trabalho anteriormente citado.

A partir das leituras feitas, constatou-se que, além do teor histórico, visto que a Câmara do Senado era um órgão administrativo e, conseqüentemente, essas cartas abordam os mais diversos problemas sobre a formação e evolução da sociedade baiana, trata-se de textos altamente argumentativos. Como o valor documental pode se tornar de difícil apreensão, na medida em que desaparecem ou se modificam as circunstâncias sociais e/ou locais, em que um documento foi produzido, optou-se, também, em realizar um estudo da argumentação para verificar em quais condições os temas abordados eram tratados para estabelecer as relações Colônia-Metrópole no século XVIII e, assim, ratificar a importância do *corpus* estudado para a história do Brasil.

Segundo Pauliukonis (1996), partindo-se do pressuposto de que os elementos lingüísticos não apenas transmitem informações sobre a realidade, mas funcionam sobretudo como instrumentos de pressão persuasiva do sujeito emissor / comunicante sobre o receptor / interpretante, a presente pesquisa pretende, também, apresentar uma leitura, dentre outras possibilidades, que demonstre as estratégias argumentativas utilizadas pelos “homens-bons”

da Cidade do Salvador, no período supracitado, tendo como referencial teórico a “Nova Retórica”, proposta por Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, recorrendo também à corrente francesa da Análise do Discurso para descrever as condições de produção das referidas cartas e à Teoria Argumentativa de Ducrot.

Em crítica textual, cada proposta de edição que se apresenta para um texto resulta numa hipótese que poderá ser confirmada ou refutada. A partir desta tese, poder-se-ão ter o estabelecimento de textos autênticos e o conhecimento dos processos argumentativos utilizados para fundamentar as posições adotadas pela Câmara do Senado, na segunda metade do século XVIII, cujos atos administrativos possibilitarão uma visão sócio-histórico-econômica da Cidade do Salvador no referido período.

Nesta introdução, são expostos o tema, a justificativa, o objeto de estudo, os objetivos e as hipóteses levantadas nesta tese, bem como as linhas teóricas adotadas para a sua realização.

No Capítulo I, realiza-se uma contextualização sócio-histórica da Cidade do Salvador, das Câmaras Municipais e, em especial, da Câmara Municipal de Salvador, para possibilitar uma melhor compreensão e importância das cartas editadas e analisadas, objeto deste trabalho.

No Capítulo II, apresenta-se a edição semidiplomática das cartas selecionadas, a partir dos critérios estabelecidos pela Crítica Textual. A presente proposta de edição consta das seguintes etapas: introdução, breves considerações sobre o *corpus*, descrição dos manuscritos, critérios adotados na transcrição, estabelecimento do texto e relação e classificação das abreviaturas.

No Capítulo III, revisa-se a bibliografia consultada, dando ênfase aos aspectos concernentes a esta tese. Inicialmente, abordaram-se questões relativas à subjetividade e às condições de produção. Em seguida, buscou-se fazer um breve histórico dos estudos retóricos a fim de levantar os aspectos mais importantes da Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca que fundamentaram as análises realizadas. Finalmente, utilizou-se da teoria de Osvald Ducrot que trata das classes e escalas argumentativas, para o estabelecimento de escalas a partir dos argumentos encontrados no *corpus* estudado.

No Capítulo IV, realiza-se a análise das dez cartas que compõem o *corpus* deste trabalho, destacando-se as condições de produção e as estratégias argumentativas nelas presentes.

Na Conclusão, apresenta-se, de forma sucinta, os resultados mais relevantes obtidos a partir da contextualização sócio-histórica e das análises.

Por fim, pretende-se, com esta tese, tornar acessível a todos os interessados uma documentação que conta um pouco da história do povo baiano e, porque não, do povo brasileiro, bem como, através da edição desses manuscritos e do estudo da argumentação, proporcionar não somente a interdisciplinaridade entre os estudos históricos e os estudos lingüísticos, como também a divulgação desse patrimônio sócio-histórico-cultural.

1 CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO E POLÍTICO

1.1 A Cidade do Salvador

Para uma melhor compreensão da importância da Câmara do Senado e, conseqüentemente, dos temas abordados nas cartas enviadas por este Órgão a Portugal, buscou-se, neste capítulo, estabelecer uma visão geral da Cidade do Salvador na segunda metade do século XVIII.

Já nesta época, existiam na cidade muitos edifícios nobres, conventos e templos de grande riqueza. Três eram as praças da cidade: a da Piedade, local em que o corpo da guarda realizava seus treinos físicos, a Praça do Palácio, onde se localizavam, principalmente, a residência do Governador, a Casa da Moeda, a Casa da Câmara, a Cadeia, os Paços de Relação⁹ e o Corpo da Guarda, e a Praça do Terreiro de Jesus, onde se localizara o Colégio dos Jesuítas e, posteriormente, o Hospital Militar, a Igreja da Ordem Terceira de São Domingos, a Igreja da Irmandade dos Clérigos de São Pedro e outras pequenas casas antigas. Além desta parte considerada central, a cidade possuía outros seis bairros importantes: o de São Bento, o maior entre todos, com algumas propriedades nobres, o bairro da Praia, atualmente chamado de Conceição da Praia, o de Santo Antônio Além do Carmo, o da Palma, o do Desterro e o da Saúde.

A cidade estava em pleno crescimento, contudo sem nenhuma orientação, visto que havia construções em locais estratégicos para a defesa da cidade, como o mosteiro dos beneditinos, e tantas outras em locais de grande perigo, como o cume de colina e proximidades de

⁹ Casa da Justiça da Corte

encostas, que, futuramente, vieram a oferecer riscos à segurança da população próxima a elas. Foi assim que, no final do século XVIII, muitas propriedades vieram morro abaixo. De maior gravidade ainda foi o desabamento de uma muralha construída pela Irmandade dos Clérigos para suporte de sua Igreja, que, devido a seu peso, num período de inverno, desabou, não só arruinando a Igreja como também várias moradias e matando muitas pessoas. Estes acidentes dentre outros consumiam grande parte do dinheiro que a Câmara administrava, sendo necessária, muitas vezes, a solicitação de autorização a Sua Majestade para utilização de parte das terças¹⁰.

A arquitetura da cidade destoava entre construções simples e os edifícios nobres. Dentre estes últimos, estavam os prédios públicos, dos quais destacavam-se a Casa do Senado da Câmara, considerada uma das mais notáveis, os Currais do Conselho¹¹, o do Corpo-da-Guarda, a Casa da Alfândega, a Casa da Moeda, o Palácio dos Governadores, além de várias fortalezas.

No fim do século XVIII, a cidade já estava nitidamente dividida em cidade alta, com ruas bastante espaçosas, e cidade baixa, extremamente povoada e com ruas muito estreitas e escuras.

Bastante influente era a Igreja Católica, cuja presença marcante estava representada pelos vários templos espalhados por toda a Cidade, os quais podem ser citados: a Matriz de Nossa Senhora da Vitória, a Sé Catedral, a de Nossa Senhora da Conceição da Praia, a de Santa Ana do Sacramento, a de Nossa Senhora do Pilar na Praia, a de Nossa Senhora do Rosário do Sacramento, a de Santo Antônio Além do Carmo, a de Nossa Senhora de Brotas, a de Nossa

¹⁰ Um terço de todo o rendimento do ofício arbitrado pelo Governador e pelo Ouvidor da Capitania, recolhido no cofre da Câmara e remetido ao Conselho Ultramarino, em Lisboa.

¹¹ Lugar destinado para a matança, para a esfolação, para o peso e para o depósito das carnes.

Senhora da Penha de Itapagipe, a de São Bartolomeu de Pirajá, a de São Miguel de Cotegipe etc.

A população era caracterizada pela diversidade, visto os fatores diversos que trouxeram para o Brasil pessoas e famílias inteiras de muitas classes sociais, fato que propiciava sensível confusão entre nobres e plebeus. Também havia aqueles que se vangloriavam da sua ascendência de antigos governadores, além daqueles de ascendência cabocla ou indígena.

Não se pode, por exemplo, desconsiderar o fato de que a terra brasileira foi povoada, em grande parte, e tornou-se promissora para uma parcela da população européia condenada pela justiça. A Coroa Portuguesa chegou a suavizar a aplicação de leis, libertando das prisões aqueles que queriam vir para o Brasil. Da formação desta população também fizeram parte soldados e outros portugueses.

Distinguia-se a condição das pessoas através do vestuário, da sua situação perante o fisco e a justiça e das formas de tratamento, sendo a de vossa excelência, reservada aos eclesiásticos e seculares, ao Senado de Lisboa e às damas do Paço; a de vossa senhoria, para bispos, cônegos, viscondes, barões, homens-bons das Câmaras e moços fidalgos do Paço, e a de vossa mercê, para todos que estivessem hierarquicamente abaixo.

Segundo Vilhena (1969, p.53),

o comum do povo é serem todos ociosos, não trabalhando a maior parte dos artífices, enquanto lhes dura o comer, a tempo que querendo apurar-se são em extremo habilidosos. O ordinário é serem conviventes, e folgazões, e de comum são homens bons.

As condições de higiene e, conseqüentemente, de saúde não eram certamente uma das melhores no Brasil. Freqüentes eram os lixos lançados nas ladeiras e fundos de casas, bem como grande era o número de escravos doentes que chegavam da África. No final do século XVII, era uma prática a visitação aos navios oriundos da África e a concessão de cartas de saúde aos que partiam. Na segunda metade do século XVIII, os médicos da Câmara mantiveram esta prática com o objetivo de diagnosticar as doenças trazidas pelos negros africanos e auxiliar na fiscalização sanitária dos açougues da cidade.

Quanto ao comércio, a Bahia destacava-se como uma das mais avultadas das colônias portuguesas, inclusive nos gêneros de primeira necessidade, como farinha e carne. O controle de preços e da qualidade destes itens era, inclusive, um dos grandes problemas que afetava a sociedade, que freqüentemente apelava à Câmara em busca de uma solução.

A administração das Capitâneas de toda a Colônia era exercida pelo Tribunal da Relação, ou seja, tribunal de instância superior. A primeira tentativa de instalação da Relação ocorreu em 1587, porém, devido aos problemas enfrentados pelos ministros durante a viagem de Portugal para o Brasil, de fato somente aconteceu em 1609. Na Bahia, a Relação mereceu os maiores destaques e privilégios, pois Salvador era a Capital da Colônia. Até 1763, quando a Capital do Brasil foi transferida para o Rio de Janeiro, a Cidade do Salvador era o local de concentração da alta fidalguia lusitana, do alto clero e dos magistrados que administravam a Colônia.

Nas vilas e cidades, a administração, no período colonial, era exercida pelas Câmaras Municipais, cujo contexto sócio-histórico, devido a sua importância, será discorrido nas páginas seguintes.

1.2 As Câmaras Municipais

As Câmaras Municipais são instituições antigas herdadas dos colonizadores portugueses. Várias foram as denominações para as atuais Câmaras Municipais: Conselho de Vereança ou Casa de Vereança, Senado da Câmara, República da Câmara ou Câmara Municipal.

Eram instaladas com a criação de vilas e cidades desde os primórdios de nossa história. Eram um órgão de poder legislativo, executivo e judiciário, atuando como representante dos interesses de toda a população.

Devido à distância que as separava de Lisboa, as câmaras brasileiras desfrutaram de um poder considerável. Sem o consentimento das autoridades designadas pela Coroa - ou, pelo menos, antecedendo-o - criavam vilas, iniciavam obras e conservavam a paz com os índios. Frequentemente escreviam ao Rei ou ao Conselho Ultramarino, apresentando queixas sobre ouvidores, capitães, governadores e fazendo todo o tipo de solicitação.

Além de administrar os tributos impostos pelo Reino, as Câmaras determinavam, por conta própria, novas taxas, arrecadações e donativos, impondo uma autonomia municipal em relação à autoridade dos administradores da Metrópole.

As autoridades coloniais guiavam-se pelos regimentos – instruções dadas a pessoas e instituições para o desempenho de algumas funções -, por leis, alvarás, cartas-régias, decretos – determinações, geralmente a juízes e tribunais -, provisões e portarias.

A primeira tentativa documentada de padronização encontra-se nas Ordenações Afonsinas (1446-1521) que, objetivando um maior controle e dependência da Coroa, determinavam a sua composição, bem como submetiam toda postura¹², resolução, lei ou decreto das autoridades municipais à confirmação dos provedores¹³ que, sendo funcionários da Coroa, davam a última palavra em qualquer questão a ser resolvida.

Manteve-se essa organização nas Ordenações Manoelinas (1521-1603), sendo acrescentado o cargo de Juiz Avindor¹⁴, que, no entanto, não foi incluído nas Ordenações posteriores.

Em 1603, através das Ordenações Filipinas (1603-1867), estabeleceu-se a definitiva estrutura de governo para os municípios, na qual estavam determinados os procedimentos para a escolha de juízes, vereadores e procuradores, assim como as atribuições e limitações dos Conselhos em relação à administração, às rendas públicas, à regulamentação do comércio e dos ofícios e à participação nas festas religiosas.

No período colonial, as Câmaras tinham atribuições mais amplas que as atuais, pois, além das funções de interesse específico dos municípios (taxar impostos, administrar os bens e as respectivas receitas, construir e conservar edifícios, estradas, pontes, cuidar da limpeza e conservação de ruas e praças, regulamentar as profissões do comércio e ofícios, nomear funcionários da administração geral, dentre eles, escrivão e carcereiro), exerciam funções que, na atualidade, são da competência do Ministério Público, tais como as denúncias de crimes e abusos aos juízes, além de desempenhar funções de natureza policial ou judiciária. Cabia

¹² Deliberação municipal escrita que obriga a população ao cumprimento de certos deveres de ordem pública.

¹³ Encarregado de todos os assuntos financeiros, impostos cobrados e recursos que vinham de Portugal.

¹⁴ Destinado a harmonizar as desavenças. Os avindores foram voluntários, pessoas de autoridade e depois oficiais públicos.

também à Câmara a participação em algumas celebrações religiosas, tendo como obrigação a manutenção de festas e procissões.

O principal meio de ligação entre a administração da Metrópole e a colônia era o Governador-Geral, que possuía amplos poderes delegados pelo Rei.

O Governo-Geral era composto pelo Governador-Geral, responsável pela administração geral e autoridade máxima na colônia; pelo Ouvidor-Mor, autoridade judiciária, que controlava a aplicação da justiça em todo o Brasil; pelo Provedor-Mor, responsável pelos assuntos financeiros, e pelo Capitão-Mor, encarregado de proteger o território brasileiro.

É importante ressaltar que o poder de fato não estava nas mãos do Governador-Geral, que pouco podia fazer por causa da grande dificuldade de comunicação entre as vilas coloniais. O poder estava nas mãos dos aristocratas (os "homens bons"), que controlavam as câmaras municipais de cada vila, o que resultava, muitas vezes, em conflitos com outras autoridades.

Um dos grandes entraves entre os representantes da Coroa e as Câmaras refere-se à autonomia municipal, pois a Relação, através de sua Mesa do Desembargo do Paço, deveria "alimpar as pautas" nas eleições de juízes e vereadores, representando, assim, uma intromissão nos assuntos do Conselho e nas atribuições tradicionalmente concedidas aos juízes ordinários.

Através de suas Câmaras, os municípios brasileiros, apesar de praticamente subjugados pelo poder centralizador das Capitâneas¹⁵, sempre buscaram a autonomia e a independência administrativa da Metrópole, apoiados pela Igreja, nunca pelos Donatários. Travando grandes

¹⁵ Faixas de terra em que se dividiram, a princípio, as ex-colônias de Portugal. Eram hereditárias, inalienáveis, indivisíveis. Os Capitães que as receberam de Portugal eram obrigados a repartir as terras em sesmarias e podiam elevar à vila quaisquer povoações.

brigas políticas, os camaristas soteropolitanos chegaram a solicitar ao Rei, Dom Sebastião, através de carta enviada no ano de 1556, até a retirada do Governador-Geral Duarte da Costa, contudo sem êxito, pois outro governador fora nomeado. Mem de Sá, que assumiu o Governo Geral em 14 de agosto de 1557, também encontrou na Câmara muita resistência, sendo acusado, inclusive, de intransigente no cumprimento do dever.

As Câmaras eram compostas de dois Juízes Ordinários ou do povo, eleitos pelos oficiais da Câmara, um dos quais presidiam as atividades, três vereadores, representantes dos encargos administrativos, um procurador da Cidade ou procurador do Conselho, cuja eleição era anual e que acumulava as funções de advogado do município e de defensor do povo, e dois almotacés, cuja função era despachar os feitos em audiências, com brevidade, sem processo, nem escrituras, com apelações e agravos para os juízes ordinários. Seu corpo eleitoral era formado pelos “homens bons da Cidade”, ou seja, aqueles de maior destaque da terra e, posteriormente, aqueles que tinham prestado serviços à causa pública.

Havia ainda, apenas nas aldeias com menor número de indivíduos sujeitos à sua jurisdição, os juízes de vintena ou pendâneos ¹⁶.

No ano de 1581, acrescentou-se à Mesa de Vereança o cargo de mestre, que era o representante das classes proletárias e escolhido pelos oficiais mecânicos, com a responsabilidade de cooperar com os membros da Câmara no sentido de criar os regimentos dos ofícios e fixar os preços de seus salários e trabalhos de arte.

¹⁶ Existiam apenas em pequenas aldeias que tivessem, ao menos, mais de 20 habitantes. A eles era vedada qualquer jurisdição criminal, podendo, todavia, prender criminosos para entregá-los aos juízes ordinários.

Não menos importante, era a função de escrivão da Câmara, funcionário vitalício, nomeado pelo rei, a partir de indicação da Câmara. Vale ressaltar que nem sempre tal indicação era considerada pela Chancelaria lusitana. Era da competência do escrivão da Câmara lavrar atas das sessões, escrever as correspondências para autoridades em nosso país e em Portugal, os livros de registros de cartas, posses, entre outros, destacando-se o privilégio de estar sob sua guarda uma das três chaves do cofre da Câmara.

Segundo Ruy (1996, p.30),

a organização municipal, como em todo período colonial, não era nessa época “o produto de uma necessidade societária, indicando tipo de governo próprio, maneira de administração, necessidade de conjunto, mas sim a projeção do Governo da metrópole”.

Havia ainda um Juiz de Fora, assim denominado por ser nomeado pela Coroa com o propósito de que viesse a administrar melhor a justiça aos pobres, por ser estranho às disputas locais. Era um funcionário letrado, formado em Leis ou Cânones e nomeado pela Coroa, geralmente assumindo a sua primeira responsabilidade na carreira jurídica. Ao mesmo tempo que se esperava do Juiz de Fora uma administração com base no direito escrito e nas Ordenações, é evidente o interesse, por parte da Coroa, de obter uma maior influência na administração municipal.

A Câmara considerava a Relação autoritária e os Desembargadores da Relação, como eram chamados os Juízes de Fora, julgavam os juízes ordinários ignorantes, advogando em prol da sua substituição por magistrados de carreira. Os Juízes de Fora contribuíam para a centralização de poder de decisão por parte da Coroa, enfraquecendo os focos de liberdade e democracia representados pelas Câmaras, visto que estas, única instituição de caráter eletivo e

representativo da época, eram um grande centro de resistência ao centralismo da administração colonial.

Exceto os Juizes de Fora, nenhum desses funcionários - nem mesmo os próprios Juizes Ordinários - precisava ter uma formação específica. O que verdadeiramente qualificava o juiz era a representação delegada pela comunidade. As suas decisões se baseavam, principalmente, nos costumes da região, e esse direito consuetudinário era quase que exclusivamente oral. Mesmo após a promulgação das Ordenações, o caráter representativo dos juizes, o apego das comunidades às suas próprias tradições e a eleição dos magistrados por períodos reduzidos dificultavam o conhecimento exaustivo da legislação.

Às Câmaras também estavam ligadas as funções de polícia, lideradas por um ou mais Alcaides pequenos e executadas por Quadrilheiros¹⁷. Embora fossem funcionários municipais, os Alcaides pequenos respondiam ao Alcaide-mor, funcionário do âmbito da Capitania. Também a cadeia era uma dependência do município, existindo, para sua custódia, um ou mais carcereiros.

Em 1710, entra em vigor o novo regimento das Câmaras do Brasil. A partir deste, eram revistos todos os emolumentos¹⁸ e percentagens dos oficiais da Câmara. As vereações passaram a ser formadas com igual número de portugueses e brasileiros, constatando-se, portanto, um declínio no prestígio da Câmara, que perdia o seu poder de defesa do povo, sempre que estava para se consumir uma injustiça ou se aplicar nova tributação. A partir deste momento, cabia ao Ouvidor Geral proclamar os eleitos e aos Desembargadores da

¹⁷ Responsáveis pela vigilância noturna.

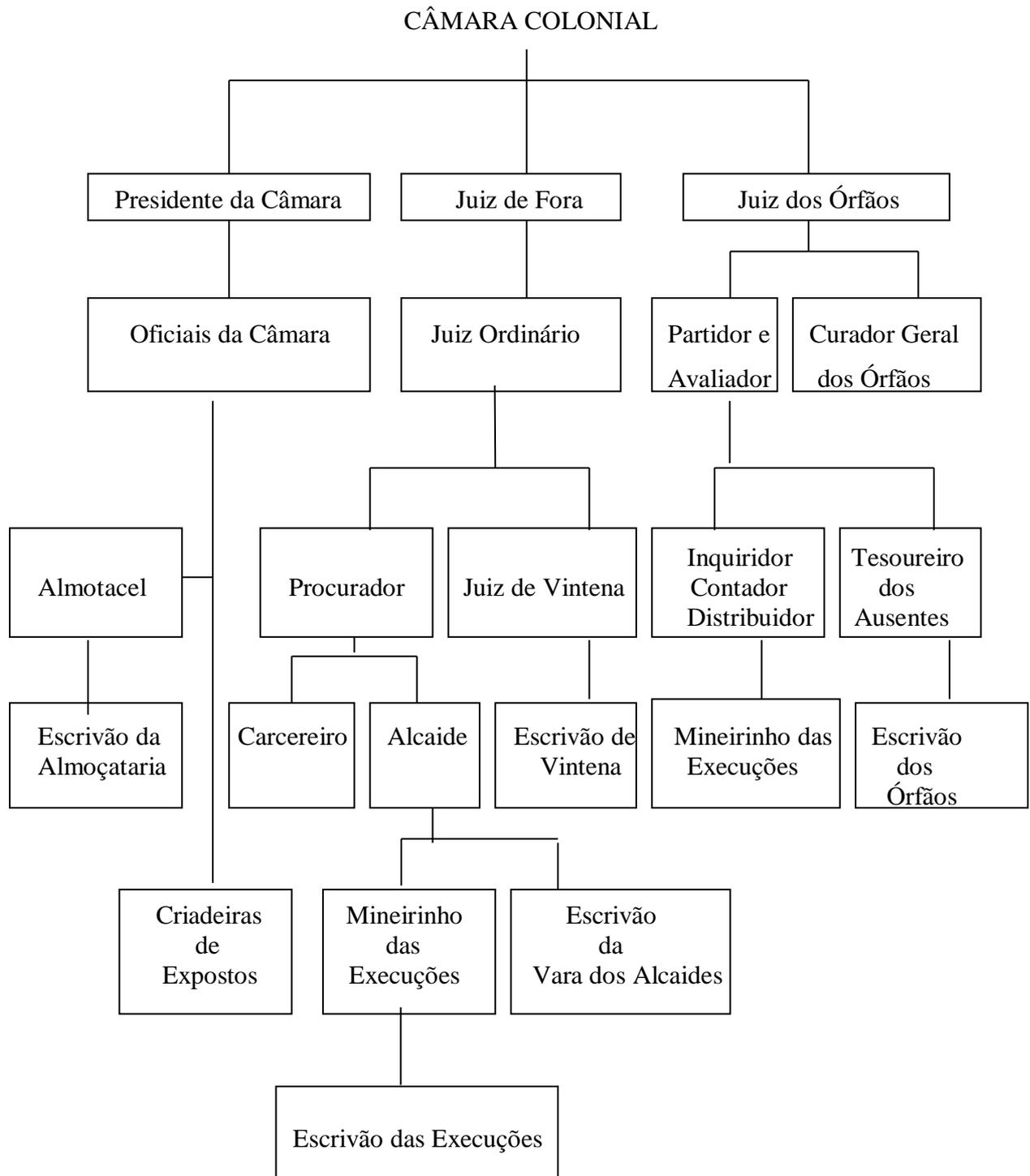
¹⁸ gratificação

Relação competia nomear os novos membros da Câmara através de provisões passadas em nome do rei.

Somente em 1828, a situação legal das Câmaras é modificada com a promulgação de uma lei que reorganiza os municípios brasileiros, visando adaptá-las à sistemática da constituição do Império. O voto passa a ser obrigatório e as Câmaras passam a ser compostas de um secretário e nove vereadores, para as cidades, e sete vereadores, para as vilas. Segundo Ruy (1996, p. 50), a lei de 1828 define com bastante clareza o declínio político das Câmaras, ao determinar, no artigo 66, parágrafo 10, como suas novas atribuições

o alinhamento e limpeza das ruas, vias e praças e conservação das muralhas para segurança dos edifícios, do reparo das fontes e poços abastecedores da cidade à limpeza das prisões, enfim tudo que fosse de benefício comum dos habitantes ou para decôro e ornamento das povoações.

Com a implementação de uma política centralizada durante o Império e a Proclamação da República, a ação do poder municipal sofre uma retração, perdendo seu antigo poder, ficando reduzidas a corporações meramente administrativas, impedidas de exercer qualquer jurisdição contenciosa.

Figura 1 – Organograma da Estrutura do Senado da Câmara no Período Colonial¹⁹

¹⁹ VENÂNCIO, Renato Pinto. Estrutura do Senado da Câmara (1711-1808). Termo de Mariana: história e documentação. Ouro Preto: EDUFOP, 1998.

1.3 A Câmara Municipal de Salvador

Apesar de o Conselho de Vereança de Salvador não ser o primeiro Conselho instalado no Brasil, uma vez que, no país, o poder municipal foi constituído, inicialmente, na fundação de São Vicente, em 1532, este assume um papel de destaque no cenário político do Brasil, visto que Salvador era a sede da Colônia.

Muito simples, no ato da fundação, a Casa da Câmara de Salvador passou por sucessivas reformas e ampliações. O prédio atual, conforme pode ser observado na Fig. 2 (pág. 30), foi iniciado em 1660 por Francisco Barreto de Menezes, que mandou desapropriar várias casas vizinhas para construir, na parte superior, duas salas para funcionamento da Casa do Tribunal da mesma Câmara e da sala de audiência dos Juízes e, na parte inferior, os açougues e as cadeias. O governador limitou-se a construir essas duas grandes salas, deixando por conta dos vereadores a construção da torre, a divisão interna e o acabamento, obras que se prolongariam até o final do século XVII.

A Casa da Câmara de Salvador tem a sua primeira referência oficial num pequeno trecho em carta enviada ao Rei D. João III por Luiz Dias, que veio de Portugal como responsável pela construção de prédios de interesse da Coroa, datada de 15 de agosto de 1551: “cadeia muito boa e bem acabada com casa de audiencia e câmara em sima, tudo de pedra e barro revocabos de caal e telhados com telha” (RUY, 1996, p.24).

Não se sabe com precisão a data de início do seu funcionamento. Segundo Teodoro Sampaio (1949, p.199), seria o dia 1º de junho de 1549, com a compra de uma arca mencionada nas atas da vereação. Entretanto Ruy (1996, p.37) declara: “o dia 13 do mesmo mês marca o

início dos trabalhos da mesa de vereança”, fato que se torna menos significativo diante do importante papel desempenhado por aquela casa na história da fundação e desenvolvimento da Cidade do Salvador.

Assim se iniciavam as atividades da Câmara, cujo objetivo era o “de se dar poupança ao erário, com mínimo dispêndio nas despesas, sem gastos supérfluos” (RUY, 1996, p.24).

Figura 2 – Câmara Municipal da Cidade do Salvador no Século XVIII



Fonte: www.pms.ga.gov.br

Mesmo não podendo confundir a fundação da Cidade de Salvador com a instalação da Câmara, ambos os acontecimentos estão entrelaçados, pois, com a chegada de Tomé de Souza, primeiro Governador-Geral do Brasil, do Ouvidor-mor, do Desembargador e do Provedor-mor, estabelecia-se, na Colônia, a representação da administração da Metrópole com o intuito de fiscalizar a administração das vilas e cidades, que era da competência das Câmaras. Nem sempre foi harmoniosa a convivência entre os membros da Câmara e representantes do Rei e do clero.

Um dos primeiros atos de demonstração da atitude combativa da Câmara em defesa da Cidade foi a declaração de nulidade da doação da ilha de Itaparica, em 1552, pelo Governador-Geral Thomé de Souza a D. Violante de Távora, mãe do Ministro Conde de Castanheira, apesar de muitas confirmações régias da doação.

Outros tantos fatos marcam a participação atuante da Câmara na história da Cidade do Salvador e, por consequência, do Brasil: intercâmbio marítimo entre as capitânicas, em 1588, a partir de solicitação da Câmara ao Rei D. João III; reconstrução e conservação de muros de defesa da Cidade do Salvador como, por exemplo, da porta de São Bento e da porta do Carmo; apoio à aclamação de D. João IV rei natural de Portugal, em 1641, solicitando, inclusive, junto às outras Mesas de Vereação e Câmaras, apoio ao Rei, demonstrando assim a sua influência política em toda a Colônia; a criação da Casa da Misericórdia, considerada como uma das maiores obras sociais; pedido de revisão do domínio territorial da Cidade, em 1703, contra invasores de terras etc.

Encarregado de orientar a vida na Cidade, bem como da administração dos seus bens, em 22 de março de 1646, o Conselho de Vereança passa a ser chamado de Senado da Câmara. O

título representava apenas uma “alta dignidade”, não significando, porém, nenhuma mudança estrutural. Ao contrário, em 1663, foi outorgado ao Governador-Geral o direito de impugnar e reexaminar os atos da Câmara. Em 1696, foi extinto pela Coroa o cargo de Juiz Ordinário e a presidência do Senado passou a ser exercida pelos Juízes de Fora. Com o Juiz de Fora e o Governador-Geral, Portugal retomava o controle dos municípios brasileiros. O primeiro a ocupar este cargo, em Salvador, foi o Dr. Joseph da Costa Correa.

Apesar de os Juízes de Fora contribuírem para centralizar o poder de decisão tão desejado pela Coroa Portuguesa, numa tentativa de eliminar os focos de liberdade e democracia que as Câmaras representavam, os camaristas mantiveram um comportamento de resistência às imposições da Relação.

Ainda no século XVII, com a invasão holandesa, a Câmara sofreu grandes abalos, pois, além da sua oneração financeira com fardamento, sustento e pagamento dos soldos das tropas, da construção e reparo das fortalezas que defenderia a Capital da Colônia, teve grande parte do seu acervo documental perdido. É importante ressaltar a determinação da Câmara ao reassumir a administração de uma cidade física e economicamente destruída. Os “homens-bons”, por serem proprietários de grandes terras, senhores de engenho, criadores de gados etc, não concordavam com a excessiva tributação característica do período colonial, o que justifica, por exemplo, os inúmeros apelos de renúncia das terças por parte de Portugal.

2 A EDIÇÃO DE TEXTOS

A edição de textos manuscritos antigos caracteriza-se como uma operação extremamente importante ao seu perfeito entendimento ou à sua interpretação filológica, com a finalidade de estabelecer um texto autêntico, facilitando a sua leitura ao leitor especializado e/ou comum.

O estabelecimento de textos autênticos surge, muitas vezes, a partir da necessidade que um povo tem de preservar, contra os estragos causados pelo tempo, pela interpolação de emendas ou erros na transmissão dos textos, documentos que fazem parte da sua história; contudo, muitas vezes, devido à falta de profissionais qualificados para a realização desta tarefa tão complexa, muitos resultados representam apenas cópias que nada pode contribuir para o resgate da realidade sócio-histórico-cultural de um povo.

Segundo Castro e Ramos (1989, p. 112), “uma boa edição é a que melhor cumpre, no conjunto das edições possíveis, a missão de comunicar o texto a quem quer que o deseje ler”.

Diante da problemática na edição de textos, tentou-se normalizar os métodos de transcrição e publicação de manuscritos, inclusive os modernos. Porém muito pretensioso é esperar que editores de formações distintas tenham comportamentos semelhantes diante de textos que apresentem os mais diversos problemas e pertencentes a épocas distintas, cabendo ao editor, portanto, decidir quais são os melhores critérios que o levem ao estabelecimento de um texto genuíno, com vistas a preservar ao máximo as características lingüísticas do texto.

Dentre os documentos manuscritos de importância produzidos no Brasil, destacam-se, entre outros, os registros das Câmaras Municipais. Esta documentação, quase sempre escrita em

livros, é guardada nos seus arquivos de origem ou recolhida para os arquivos públicos. São os livros de registro de cartas enviadas ao rei e/ou à rainha de Portugal, atas, posturas, ordens régias, etc.

Na Cidade do Salvador, a Secretaria de Educação e Cultura do Município, através do Departamento de Cultura Pública, tem demonstrado, ainda que de forma bastante restrita, uma preocupação na preservação de documentos históricos, atualmente sob a guarda do Arquivo Público Municipal, com a preparação de edição e publicação de alguns documentos manuscritos, como cartas e atas da Câmara do Senado.

Na busca de textos autênticos, muitos são os problemas encontrados pelo editor e que estão diretamente ligados à época em que foram escritos.

No Brasil do século XVIII, por exemplo, sabe-se que o cargo de escrivão do Senado da Câmara era dado por mercê real, não sendo exigidos um treinamento e/ou conhecimento específico, cujo ofício era aprendido na prática.

Segundo Acioli (1994, p.14), outro grande problema enfrentado no Brasil, especialmente no tocante aos acervos cartoriais e religiosos, é o da questão da responsabilidade das pessoas encarregadas dos mesmos. Alguns julgam-se seus proprietários, quando, de acordo com a legislação vigente, são apenas seus guardiães; outros, devido à falta de conhecimentos arquivísticos mais primários, optam pelo abandono e pela incineração.

Para a edição dos textos que compõem o *corpus* desta tese, adotaram-se os critérios utilizados pelo Grupo de Edição Crítica de Textos da Universidade Federal da Bahia, assumindo uma posição o mais conservadora possível.

O *corpus* selecionado foi definido a partir do levantamento dos livros de registros de cartas enviadas ao Rei e à Rainha de Portugal e que ainda não haviam sido editadas pela Prefeitura Municipal do Salvador, dentro do projeto Documentos Históricos do Arquivo Municipal.

Foram encontrados seis livros de registros intitulados “Cartas do Senado a Sua Magestade”, conforme demonstração abaixo, porém apenas o quinto e o sexto são os originais; os demais são cópias feitas por funcionários da Câmara, no final do século XIX, em virtude dos estragos em grande parte da documentação causados pela Invasão Holandesa no século XVII.

Figura 3 – Quadro dos Livros de registros das Cartas do Senado a Sua “Magestade”

TOMBO	PERÍODO DE REGISTRO DAS CARTAS
nº 28.6	1640 a 1686
nº 28.7	1686 a 1692
nº 28.8	1696 a 1715
nº 28.9	1715 a 1730
nº 28.10	1742 a 1822
nº 28.11	1823 a 1889

Buscando dar seqüência ao trabalho de edição dos referidos documentos iniciado na dissertação de mestrado intitulada "Cartas do Senado a Sua Magestade no Século VIII: edição semidiplomática e estudo da argumentação", considerando o período para a realização desta pesquisa e a riqueza do material, optou-se pela seleção de 10 (dez) cartas, cuja temática

estivesse centrada em fatos que marcaram a vida dos habitantes da Cidade do Salvador como, por exemplo, epidemias, questões financeiras etc. Também foram consideradas as condições materiais dos manuscritos.

Além da preservação desta documentação setecentista, a edição destes documentos possibilita um retorno ao passado, revelando a pesquisadores de diversas áreas e ao leitor comum a consciência e o modo de agir dos “homens-bons” da Bahia diante dos problemas do cotidiano, traduzindo assim a mentalidade da classe dominante de uma época.

Esta proposta de edição semidiplomática obedeceu aos seguintes processos metodológicos: leitura das cartas no livro de registro, seleção das cartas a serem editadas, leitura paleográfica dos textos selecionados, descrição dos manuscritos, adoção dos critérios para a transcrição, transcrição semidiplomática e levantamento e classificação das abreviaturas.

Objetivando esclarecer quaisquer dúvidas acerca do texto estabelecido, o fac-símile de cada manuscrito editado apresenta-se justalinear à edição semidiplomática.

2.1 Breves considerações sobre o *corpus*

Os manuscritos, que fazem parte da coleção de Documentos Históricos do acervo do Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Salvador, compõem o quinto livro de registros de cartas do Senado da Câmara da Cidade do Salvador intitulado “Cartas do Senado a Sua Magestade”, referentes ao período de 1742 a 1822. Tratam dos mais variados temas como agricultura, compra de escravos, problemas com as ordens religiosas, entre outros, e, como já dito, para

esta pesquisa foram selecionadas dez cartas que compreendem os reinados de D. José I e D. Maria I, na segunda metade do século XVIII, que possibilitasse demonstrar alguns dos problemas vividos pelos habitantes da Cidade do Salvador, através dos quais fosse possível resgatar um pouco da história desta Cidade.

2.2 Descrição dos manuscritos

Todas as cartas são compostas de protocolo, parte inicial do documento, no qual os camaristas indicavam o destinatário da carta, Sua Majestade, e o assunto a ser tratado. Em seguida tem-se o texto, sempre iniciado pelo vocativo Senhor, quando dirigido ao Rei D. José I, ou Senhora, quando dirigido à Rainha D. Maria I, e a exposição do que seria requerido com os argumentos que os camaristas julgavam necessários à adesão do Rei ou da Rainha de Portugal. Concluindo o documento, há o escatocolo, composto, geralmente, por uma saudação, seguida da indicação do local em que o documento foi produzido, da datação e das assinaturas do escrivão e demais membros da Câmara.

Todos os fólios trazem, à margem superior direita, sempre no recto, a rubrica do escrivão, cuja interpretação torna-se difícil devido ao traçado normalmente acompanhado de cetras, laçaria caligráfica acrescentada a uma firma, muito comum em documentos notariais da época. Observa-se que a marca do escrivão é a mesma em todos os manuscritos, podendo ter sido colocada em todos os fólios no momento da abertura do livro e não, individualmente, quando eram feitos os registros das cartas.

Apesar de os registros de algumas cartas terem sido realizados por escrivães distintos, visto traçados diversos das letras, verificou-se que não rara era a utilização de algumas consoantes dobradas, além do <rr> e do <ss>, conforme discriminação seguinte:

Figura 4 – Quadros de ocorrências de consoantes dobradas

Fólio 30 r

consoantes	palavra	linha
cc	neccessidade	14
	antecessores	27
ff	officiais	13
mm	commum	16, 20
tt	attendendo	26

Fólio 30v

consoantes	palavra	linha
ff	officiais	15, 18
ll	della	21, 23
	sellario	24
mm	commum	06

Fólio 31r

consoantes	palavra	linha
cc	occasioes	32
ff	officiais	20, 23
ll	illustrissimo	14, 35
	excellentissimo	14, 35
	nellas	16
	dellas	17
	ella	20
mm	commum	23
nn	anno	35

Fólio 31v

consoantes	palavra	linha
cc	desnecessario	5
ll	nella	9
	nellas	14
	precizillimo	11
	villas	12
	delle	23
nn	anno	24
pp	Maragogippe	13

32 r

consoantes	palavra	linha
ff	officiaes	6
mm	imminente	9
	commum	20
nn	cannos	12
	dannos	15

32 v

consoantes	palavra	linha
ll	delle	2
mm	commum	2
nn	annos	9
pp	applicar	16
tt	intrometter	5
	atençaõ	

33v

consoantes	palavra	linha
ff	officina	26, 28
	offerecemos	29
ll	Velloso	25
	Rebello	25
mm	commum	19 e 20,
nn	annos	9
tt	attanados	26

34r

consoantes	palavra	linha
ff	officinas	15, 19
ll	Velloso	4
	Rebello	5
	dellas	21
mm	commercio	16
nn	annos	32
tt	attendiveis	25
	admittindo	29

34v

consoantes	palavra	linha
cc	occupações	21
ff	officios	5, 11, 22, 33
ll	della	30
pp	approvaçãõ	21
	supplicamos	31
tt	atençaõ	23

35 r

consoantes	palavra	linha
ll	aquella	23

35v

consoantes	palavra	linha
cc	occasiaõ	14
ff	officiaes	9
ll	daquelles	2
	daquelle	18
mm	commum	20
	communicacaõ	21
nn	anno	6
	annos	28
	annuaes	23
tt	atençaõ	25

37r

consoantes	palavra	linha
cc	occasioes	8
	acomodaçaõ	33
mm	commum	1
	imminente	31
	acomodaçaõ	33
nn	annos	17
tt	intrometta	28

37 v

consoantes	palavra	linha
mm	communicaçaõ	11
pp	opprimidos	14
	supprissem	17
	supplemento	21
	oppressoes	22
tt	atençaõ	35

38 r

consoantes	palavra	linha
cc	occasiaõ	26
ff	efeito	2
ll	nelle	9
	Castello	31
nn	annos	16
tt	atençaõ	4
	intromettaõ	14

38 v

consoantes	palavra	linha
ll	Castello	23, 30
nn	annos	11

39r

consoantes	palavra	linha
ff	efficazes	29
nn	anno	3
tt	efeito	8
	permitte	13
	settecentos	20, 23

39v

consoantes	palavra	linha
ff	officios	5
	efficaz	19
	afflição	24
ll	elle	20
mm	summario	16
	commua	24
tt	settecentos	31
	permitte	29

40r

consoantes	palavra	linha
cc	occupaõ	19
ff	effeito	10
mm	incommodo	22

40v

consoantes	palavra	linha
ll	nella	9
mm	commum	6
tt	settecentos	16

45 r

consoantes	palavra	linha
cç	direcção	14
cc	occasiaõ	17
ll	sellada	2
	sello	2, 4
	della	31
nn	annualmente	26
pp	Felippe	8, 12
tt	settecentos	3
	atençaõ	13

45v

consoantes	palavra	linha
ll	nelle	30
nn	annual	19
tt	settecentos	3

139 v

consoantes	palavra	linha
nn	annuaes	29

140 r

consoantes	palavra	linha
ll	della	14

140 v

consoantes	palavra	linha
ll	dellas	15
nn	anno	8, 30
	annos	16

141 r

consoantes	palavra	linha
ll	illustrissimo	13
tt	atençaõ	27

Quanto à tipologia da letra do escrevente, destaca-se o traçado de algumas letras, principalmente, o **s**, que se apresentava longo ou curto, e o **c**, com o traçado de maiúscula, inclusive no meio da palavra. Devido à grande frequência em vários fólhos, destacaram-se as seguintes ocorrências, no fólho 30 r, para exemplificação. As demais ocorrências poderão ser verificadas nos textos editados neste trabalho.

Figura 5 – Quadro demonstrativo de ocorrência de **s** longo e de **c** maiúsculo

	Palavra	linha
s longo	f aramos	23
	f arnas	24
	f uspeita	29
c maiúsculo	deCurço	22
	aÇougues	28, 32

Outro aspecto bastante importante que caracteriza os manuscritos é a ocorrência do reclamo, conforme discriminação seguinte:

Figura 6 – Quadro de ocorrência de reclamo

PALAVRA	FÓLIOS	observação
Vezes	30 r e 30 v	
Navio	30 v e 31 r	
Sabugoza	31 r e 31 v	no fólho 31, estão escritas apenas as duas primeiras sílabas
Bem	34 v e 35 r	
Por	32 r e 32 v	
d(it)a	33 r e 33 v	
Nas	33 v e 34 r	
sefa[çaõ]	37 r e 37 v	no fólho 37 r, há o clítico e a primeira sílaba da forma verbal
ao depozito	37 v e 38 r	no fólho 37 v, há apenas a primeira sílaba do substantivo
Aquém	38 r e 38 v	
Do	38 v e 39 r	
aos Moradores	39 r e 39 v	
no Brasil	39 v e 40 r	no fólho 39 v, há apenas a primeira sílaba do substantivo
sem	40 r e 40 v	
Alta	139 r e 139 v	

Todos os fólhos medem 310mm X 200mm, exceto o fólho 45r que mede 300mm X 225mm, e encontram-se bastante danificados nas margens superior e inferior, devido à ação do tempo e de papilógrafos, bem como na parte interior, dificultando a leitura de vários trechos. Escritos em letra cursiva do século XVIII, em uma coluna, em papel almaço amarelado pelo tempo, apresenta tinta amarronzada, provavelmente descolorada também devido ao tempo e/ou ao material químico utilizado na sua confecção.

A partir deste momento, para a descrição individual das cartas, adotaram-se as seguintes siglas para a identificação das mesmas, obedecendo à sua cronologia:

Carta de Senado a Sua Magestade 1 – CSSM1

Carta de Senado a Sua Magestade 2 – CSSM2

Carta de Senado a Sua Magestade 3	– CSSM3
Carta de Senado a Sua Magestade 4	– CSSM4
Carta de Senado a Sua Magestade 5	– CSSM5
Carta de Senado a Sua Magestade 6	– CSSM6
Carta de Senado a Sua Magestade 7	– CSSM7
Carta de Senado a Sua Magestade 8	– CSSM8
Carta de Senado a Sua Magestade 9	– CSSM9
Carta de Senado a Sua Magestade 10	– CSSM10

Observa-se que as cartas anteriormente identificadas como CSSM1, CSSM4, CSSM5, CSSM9 e CSSM10 foram editadas na dissertação de mestrado "Cartas do Senado a Sua Magestade no Século VIII: edição semidiplomática e estudo da argumentação" e retomadas nesta tese.

CSSM1 – É uma carta enviada ao Rei de Portugal, D. José I, no ano de 1752, para tratar de assunto relativo a epidemias na Cidade do Salvador. A carta ocupa quatro fólios identificados pelos números 30r e v e 31r e v.

O fólio 30r tem 35 linhas e apresenta rubricas na margem direita superior. Neste fólio, encontram-se o escatocolo de uma carta que não foi integralmente editada, nas onze primeiras linhas, e o protocolo e parte do texto de outra carta. Entre as linhas 11 e 12, há um espaço equivalente a duas linhas e, entre as linhas 17 e 18, há um espaço equivalente a uma linha. A mancha escrita mede 280 X 193 mm. O fólio 30v tem 39 linhas de mancha escrita, medindo 296 X 165 mm.

O fólio 31r tem 35 linhas de mancha escrita, medindo 287 X 198 mm. Entre as linhas 19 e 20, há uma anotação na margem direita, a qual faz referência ao texto sublinhado entre as linhas 18 e 19. O fólio 31v tem 33 linhas de mancha escrita, medindo 250 X 165 mm.

CSSM2 – É uma carta enviada pelos camaristas ao Rei de Portugal, D. José I, em maio do ano de 1753, para tratar de questões financeiras. A carta ocupa os fólhos identificados pelos números 32 r e v.

O fólio 32 r tem 34 linhas de mancha escrita, medindo 296 X 180 mm. Entre as linhas 7 e 8, há um espaço equivalente a uma linha. Na margem direita superior, há rubricas.

O fólio 32 v tem 33 linhas de mancha escrita, medindo 298 X 155 mm. Entre as linhas 14 e 15 e 19 e 20, há um espaço equivalente a uma linha. O fólio foi transcrito integralmente, mas apenas as 15 primeiras linhas fazem parte da carta em descrição. As demais linhas correspondem ao protocolo e parte do texto de outra carta, a qual não é objeto de análise nesta pesquisa.

CSSM3 – É uma carta enviada pelos camaristas ao rei de Portugal, D. José I, em maio do ano de 1753, na qual os camaristas solicitavam que não houvesse preferência na arrematação dos talhos, ocupando três fólhos identificados pelos números 33 v e 34 r e v.

O fólio 33 v tem 35 linhas de mancha escrita, medindo 296 X 187 mm. As 13 primeiras linhas apresentam o traçado das letras diferente das demais. Na margem esquerda entre as linhas 19 e 20, há um lançamento em letra menor que a do documento. Na linha 8, há a vogal “e”

sobreposta ao “a” da palavra obrigados. Nas linhas 33, após a palavra portaria, e 34, após a palavra Magestade, há um traço muito semelhante ao parêntese.

O fólio 34 r tem 36 linhas de mancha escrita, medindo 298 X 182 mm e apresenta rubricas na margem direita superior.

O fólio 34 v tem 36 linhas de mancha escrita, medindo 300 X 188 mm. Entre as linhas um e dois e entre as linhas oito e nove, há um espaço equivalente a uma linha. Na margem esquerda, entre as linhas treze e catorze, há um lançamento cujo traçado das palavras é menor que as demais do fólio. Apenas a primeira linha corresponde à carta em descrição; as demais correspondem à CSSM4.

CSSM4 – É uma carta enviada ao Rei de Portugal, D. José I, no ano de 1753, que trata de assunto relativo à contratação de funcionários da Câmara. A carta ocupa dois fólhos identificados pelos números 34 v e 35 r.

O fólio 34v foi descrito na CSSM3.

O fólio 35r apresenta rubricas na margem direita superior, cuja mancha escrita, medindo 300 X 185 mm, está distribuída em 35 linhas, sendo que apenas as dez primeiras correspondem ao escatocolo da carta em descrição. As demais linhas correspondem ao protocolo e parte do texto de outra carta, cuja descrição é feita na carta identificada por CSSM3.

CSSM5 – É uma carta enviada ao Rei de Portugal, D. José I, no ano de 1753, que trata da necessidade de obra na Cidade do Salvador. A carta ocupa dois fólios identificados pelos números 35r e v.

Conforme descrição da carta anterior, no fólio 35r, há o registro de parte de duas cartas, sendo que a esta apenas correspondem as linhas 11 a 35.

O fólio 35v tem 33 linhas, cuja mancha escrita mede 276 X 155 mm.

CSSM6 – É uma carta enviada pelos camaristas ao rei de Portugal, D. José I, em maio do ano de 1753, solicitando que nem o Vice Rei nem qualquer Ministro pudessem utilizar o dinheiro das terças. A carta ocupa três fólios identificados pelos números 37 r e v e 38 r.

O fólio 37 r tem 35 linhas de mancha escrita, medindo 302 X 185 mm. Há um espaço equivalente a uma linha entre as linhas 23 e 24 e 29 e 30. Há rubricas na margem direita superior.

O fólio 37 v tem 37 linhas de mancha escrita, medindo 300 X 188 mm. Na margem esquerda, entre as linhas 18 e 19, há uma anotação cuja leitura não foi possível fazer, devido ao estado de conservação do manuscrito. Também nesta margem, entre as linhas 22 e 26, há um registro em letra menor. Nas linhas 18, antes da palavra “recorrendo”, e 20, após a palavra “haja”, há um traço muito semelhante ao parêntese.

O fólho 38 r tem 34 linhas de mancha escrita, medindo 295 X 180 mm. As linhas 22 a 44 apresentam uma tinta mais escura que as demais. Há rubricas na margem direita superior. Na linha 5, a oração “que passa na verdade” está entre um traço muito semelhante ao parêntese.

CSSM7 – É uma carta enviada pelos camaristas ao rei de Portugal, D. José I, em dezembro do ano de 1753, para tratar de assuntos relativos à venda de sabão. A carta ocupa cinco fólhos identificados pelos números 38 v, 39 r e v e 40 r e v.

O fólho 38 v tem 33 linhas de mancha escrita, medindo 290 X 180 mm. Entre as linhas 14 e 15 e 18 e 19, há um espaço equivalente a uma linha. Na margem esquerda, no espaço entre as linhas 18 e 19, há um lançamento, cujo traçado da letra é menor que as demais. Nas linhas 2 e 3, 24 e 26, há um traço muito semelhante ao parêntese.

O fólho 39 r tem 34 linhas de mancha escrita, medindo 294 X 180 mm. Há rubricas na margem superior direita. Nas linhas 9, 24 e 25, há um traço muito semelhante ao parêntese, separando a expressão “depois de alguma repugnancia” e a oração “q(ue) só çêde em mera confirmaçã das suas Doaçõens”, respectivamente, do restante do texto.

O fólho 39 v tem 35 linhas de mancha escrita, medindo 294 X 157 mm. Na linha 12, há um sinal semelhante ao parêntese. Neste fólho, não há o referido sinal após o possível fragmento que seria separado do restante do texto.

O fólho 40 r tem 34 linhas de mancha escrita, medindo 290 X 175 mm e apresenta rubricas na margem superior direita. Nas linhas 20 e 21, há um traço muito semelhante ao parêntese, separando a oração “por naõ haver saboarias particulares” do restante do texto.

O fólho 40 v tem 24 linhas de mancha escrita, medindo 211 X 155 mm. Na linha 5, há um sinal semelhante ao parêntese. Neste fólho, não há o referido sinal após o possível fragmento que seria separado do restante do texto.

CSSM8 - É uma carta enviada pelos camaristas ao rei de Portugal, D. José I, em fevereiro do ano de 1755, para solicitar autorização para instalação na Cidade do Salvador da Congregação de S. Filipe Néri. A carta ocupa dois fólhos identificados pelos números 45 r e v.

O fólho 45r tem 32 linhas de mancha escrita, medindo 299 X 205 mm. Entre as linhas 11 e 15, há, na margem lateral esquerda, um lançamento em letra menor em relação a do documento. Há rubricas na margem lateral direita.

O fólho 45v tem 33 linhas de mancha escrita, medindo 297 X 165 mm. Há um espaço referente a uma linha entre as linhas 9 e 10 e entre as linhas 11 e 12. Na linha 20, há um traço entre barras dobradas, provavelmente para completar a margem da referida linha. Na linha 31, há um lançamento na margem direita com um traço sublinhando duas palavras localizadas no final da referida linha. Na linha 32, há um risco entre as palavras “seguinte” e “peço”.

CSSM9 - É uma carta enviada à Rainha de Portugal, D. Maria I, no ano de 1789, para tratar da necessidade de obra na Cidade do Salvador. A carta ocupa três fólhos identificados pelos números 139r e v e 140r.

O fólho 139r tem 31 linhas, com um espaço equivalente a duas linhas entre as linhas 5 e 6. A mancha escrita mede 300 X 178 mm. O fólho apresenta rubricas na margem direita superior.

O fólho 139v tem 35 linhas, cuja mancha escrita mede 290 X 150 mm. O fólho 140r tem 24 linhas, cuja mancha escrita mede 210 X 180 mm.

CSSM10 – É uma carta enviada à Rainha de Portugal, D. Maria I, no ano de 1789, para tratar de obra em um prédio pertencente à Coroa. A carta ocupa três fólhos identificados pelos números 140v e 141r e v.

O fólho 140v tem 31 linhas, cuja mancha escrita mede 292 X 185 mm. Na margem esquerda, da linha 8, há uma anotação em letra menor que a do texto. Há ainda um espaço equivalente a duas linhas entre as linhas cinco e seis.

O fólho 141r tem 33 linhas, cuja mancha escrita mede 290 X 180 mm. Na margem direita superior, há rubricas e algumas anotações entre as linhas 11 e 12, 16 e 17 e 25 e 26.

O fólho 141v tem 31 linhas, cuja mancha escrita mede 290 X 187 mm. Entre as linhas 9 e 10, há um espaço equivalente a uma linha. Apenas as 9 primeiras linhas correspondem à carta em descrição. As demais fazem parte do registro de uma procuração, que não é objeto de estudo desta pesquisa, mas que, como explicitado anteriormente, todos os fólhos foram editados integralmente.

2.3 Critérios adotados na transcrição

1. Reproduziu-se com fidelidade o texto (grafia, pontuação, acentuação etc).
2. Indicou-se o número dos fólhos, à margem direita.

3. Numerou-se o texto, linha por linha, indicando a numeração de cinco em cinco, desde a primeira linha do fólho, reiniciando a numeração no fólho seguinte.
4. Desdobraram-se as abreviaturas com o auxílio de parênteses ().
5. Indicaram-se as interpolações com o auxílio de colchetes [].
6. Indicaram-se as rasuras ilegíveis com auxílio de colchetes e de reticências [...].
7. O sinal indicador de nasalização foi representado pelo til (~).
8. Para uma visão integral dos manuscritos, editaram-se integralmente todos os fólhos selecionados, mesmo quando parte deles equivale ao texto de uma carta na qual não se realizou o estudo dos processos argumentativos.
9. A letra s longa foi representada pelo símbolo ꝛ, a fim de marcá-lo no texto diferentemente do s curto.
10. Devido à grande semelhança entre a letra s longa e a letra s maiúscula e a letra c maiúscula e a letra c minúscula, optou-se pela transcrição como maiúscula apenas para os casos previstos pela ortografia atual, tais como nomes próprios e início de parágrafo; para os demais casos, utilizou-se o critério anterior.
11. Os traços que se assemelham ao parêntese foram transcritos com tal. ()

2.4 Edições semidiplomáticas e fac-similadas

A fim de dirimir quaisquer dúvidas sobre os textos estabelecidos, o fac-símile de cada manuscrito editado apresenta-se justalinear à edição semidiplomática.

procuração, q(ue) p[assa] a [Cam]ar[a] [...] antecede-
 dentem(en)te aqualquer pessoa, [...] [...] quer[e]
 mos valha, e tenha seu pleno vig[ir] everdadeiro
 effeito em Juizo, [...] [...] [B]ahia [...]

[rubrica]

- 05 Janeyro vinte de 1753 Jer(onim)o Sodré P(erei)ra
 Esc(riv)am da Camara por impedim(en)to [do Propi]e(ta)r(i)o
 q(ue) o Subscrevi .//. D(outo)r Jorge Luis P(erei)ra .//.[Jerony]=
 mo Velho de Araujo .//. [...] [...] [...] de Vasc(oncel)os .//. Fran(cis)co Gomes de Abreu e lima
 10 corte Real .//. Jo seph Correa da Costa .//. Velho
 Araujo .//.

Repeticao do Reg(is)t(r)o

- 3º a f(olha) 20 [...]a f(olha)23 Reg(is)t(r)o de huã carta a S(ua) Mag(esta)de
 V(ers)o aq(ue)m a Camera representa anecessi(dad)e
 15 q(ue) ha nesta Cid(ad)e de cirurgiao par-
 tedista, util aobem commum e ferv(iç)o
 de S(ua) Mag(esta)de

S(enho)r aV(ossa) Mag(esta)de representaõ os off(icia)es da Camara desta Cid(ad)e
 da B(ahi)a em como ao Real ferv(iç)o de V(ossa) Magestade e [bem]

- 20 Commum da Republica sejas percizo haver Cirurgiaõ
 partedista damesma Camera Porq(ue) se tem mos trado aex-
 periencia pelo deCurço deannos haveremnesta Cid(ad)e ami-
 udam(en)te epidemias de farampos, bexigas²⁰ carbuncoles²¹,
 dysinterias, farnas, lepras, optalmias²², escorbuto²³, eou-
 25 tras infermid(ad)es contagiozas, emalignas, que grasam
 geralm(en)te por todos os Bairros ao q(ue) attendendo nossos
 antecessores, eaqueixas q(ue) fazia o Povo daincapacid(ad)e
 das Carnes bovinas, q(ue) entravaõ nos aÇougues de q(ue)
 havia fuspeita cuidaraõ em dar provid(enci)a nocazo, tornan
 30 do por expediente no anno de 1742, mandar fazer
 vistorias, eexames por Mediços e Cirurgioes nas d(it)as carnes
 tanto nos aÇougues como nos curraes abrindoas, eexa-
 minandoas q(ue) porvirem os gados dos certoens mui lan-
 guidos, epararem por caminhos travesias mui agres
 35 tes, faltas deagoa, ealimentos, chegaõ muitas vezes

²⁰ Varíola

²¹ Tumor gangrenoso e inflamatório

²² Inflamação nos olhos

²³ Doença que corrompe a massa do sangue e cujos principais caracteres são um estado de entorpecimento, de aversão para o exercício, de nódoas lívidas nas diferentes partes do corpo, a vermelhidão, a moleza, a tumefação, a fungosidade e o fluxo de sangue nas gengivas pela menor pressão, a fetidez do hálito, a disposição para as hemorragias e para as ulcerações fungosas com um estado de debilidade geral.

- vezes nao so de maziadamente magros, mas tam
bem infreizados de sorte, que fetem com os dictos
exames lançado muitas das d(it)as carnes ao mar por
interparissimas²⁴ e no centro a faude e como estas vis
05 torias se faziaõ continuadamente por assim o pedir
[em necessi(da)de] do bem commum, e fenaõ podiaõ fazer sem
Cirurgiaõ, ao q(ue) ha fazelos nos aÇougues selhepaga
va por cada huma em razaõ do trabalho mora 128 reis
a Custa dos Culpados: mas como algumas vezes
10 [...] não havia fuplicavaõ os cirurgioes a camera
aremuneraçaõ de seu trabalho, e por q(ue) esta [...] não
deferia feescuzavaõ todos de o ter razaõ porq(ue)
o D(outo)r Juiz de Fora, e Prezid(ent)e e q(ue) entãõ hera Manoel
Ferr(eir)a de Oliv(ei)ra mandou noteficar a todos p(ar)aq(ue) fizesem
15 astaes vistorias alternativa mente, exoff(iciai)s semex
tipendio²⁵ algum da camera, de cuja notificação pedi-
raõ vista p(ar)a feeximirem judicialm(en)te vendo o d(it)o Juiz
[de] Fora, emais off(icia)es da camera q(ue) comesse Letigio parava
as d(it)as delig(enci)as necessarias ao bem publico, seviraõ precisa
20 dos releger Cirurgiao partedistada Camera, paraq(ue)
com o Medico della estivese sempre prompto para
fazer as vistorias, eexames, assim nos aÇougues tanto
da cid(ad)e como nos curraes fora della, arbitrando lhe
de sellario annual corenta mil r(ei)s ceninhibiçaõ de
25 receber mais couza alguma dos culpados, isto repre-
zentaraõ prim(ei)ro ao D(outo)r Cur(ad)or G(er)al da comarca q(ue) lhe a-
provou aresoluçaõ com adeclaraçam de darem conta
avossa Mag(esta)de oq(ue) tudoconstados documentos q(ue) apre-
zentamos: Porestas razoens em 19 de Dez(em)bro de 1744
30 foi eleito ocirurgiaõ Manoel Ferr(ei)ra de Oliv(eir)a pela
boa informaçaõ, e conhecimento da sua capacid(ad)e oq(ue)
deentaõ ate ao prez(ent)e tem feito todas as vistorias
como Medico damesmacamera eProv(ed)or da faude febemhe
percizo cyrurgiaõ da camera p(ar)a estas eoutras deligen
35 cias respectivas a faude, m(ui)to mais he percizo para as
vistorias que pela mesma faude atualm(en)te m(ui)tas se fazem
nos Navios q(ue) aqui portaõ das conquistas com negocio
de escravos dos quaes se está vend[o] nasce amaior rui-
na das doenças referi[d]as por q(uan)to he raro oNavio

²⁴ Relativo a fatos em que intervêm os representantes de vários parlamentos.

²⁵ remuneração

- Navio carregado desescrevatura q(ue) não traga optalmias, farnas ou Lepras, chagas escobuticas tumores malignos, bexigas, ou farampos, q(ue) tudo são doenças externas malignas, e contagiozas o q(ue)
- 05 este povo expirimenta grave p[er]juizo, e destas tais doenças q(ue) fã as mais commua[...] q(ue) os d(it)os escravos trazem, não p[o]de tomar verdadeiro conhe[cim]ento fo oMedico da Camera q(ue) como Provedor [de] faude os vai vezitar, por pertencerem mais a faculd(ad)e Cir[u]r-
- 10 gia, q(ue) a Phizica nem he bom q(ue) hum fo professor sem jamais o conferir, nem tal[vez] lhetocar, julgue persy fo em materia de tanto pezo, Eomi[lhor da] Sa[u]deda Rep[ub]lica eo perjuizo das partes e per assim reconhecer o Ill(ustrissi)mo e Ex(cellentissi)mo Conde de Attoug(ui)a V(ice) Rey actual deste
- 15 Est(ad)o tem mand(ad)o q(ue) as tais vistorias fenaõ fasiaõ fem assistir nellas o mesmo ciru[rgi]aõ eleito pela cam(e)ra juncto como Phizico dellas, de q(ue) fetem expirimentado m(ui)ta utilid(ad)e ao povo pelos m(ui)tos Escravos de doenças conta
- 20 da cid(ad)e ate estarem capazes devir p(ar)a ella os off(icia)es da camera q(ue) denovo entraraõ afervir depois daeleiçaõ dod(it)o cirurgiaaõ não deraõ co[nt]a a V(ossa) Mag(estad)e, por não serem fientes de q(ue) o deviaõ assim fazer, ejuntamente por fberem q(ue) o mesmo cyurgiaõ eleito, requereo logo
- 25 Alvará de confirmaçaõ a V(ossa) Mag(estad)e que foi serv(iç)o perdes pacho do Cons(elh)o Ultramarino [de] 28 de Maio de 1745 mandar ao D(outo)r Prov(ed)or G(er)al da camera q(ue) informace com oseuparecer, ouvindo aos off(icia)es da camera por escrito, os quaes responderaõ fer verd(ad)e tudo o q(ue) ocirur-
- 30 giaõ eleito alegava, eq(ue) fe fazia mui necessario haver Cirurgiaõ partidista da camera, não fo para os d(it)os exames, evistorias, mas tambem para as mais occasioes, emq(ue) ordinariam(en)te feoferesiaõ em bem cummumda Republica tambem representamos avossa Magest(ad)e
- 35 que no anno de 1723 Ill(ustrissi)mo e Ex(celentissi)mo Conde de Sabu

[rubrica]

quarentena
e v^e a f(olha) 24

- Sabugoza V(ice) Rey q(ue) hera deste Est(ad)o nomiou a hum Fr(ancis)co da Costa [...]co para Cirurgiaõ da camera epar[a] is[s]o lhe mandou passar Provi[fa]õ aq(ue) Vossa Magestad[e] por desp(ach)o do Cons(elh)o ultramarino [de] 12 de 8^{bro} de 17[23]
- 05 foi serv(iç)o reprovar por desnecessario pois nesse tempo [a]inda fenaõ faziaõ os d(it)os exames, vistorias nas Carnes q(ue) se principiaraõ a fazer do anno de 1742, perdiam [...] nem a Camera tinha ahinda ped(id)o Cirurgiaõ nem este teve emprego nella, pelo q(ue) houvece de
- 10 se lhe pagar o selario: Mas como para as referidas delig(enci)as seja precizillimo haver Cyrurgiaõ partedita desta camera ahinda q(ue) emalgumas villas circumvezinhas com[o] [saõ] Cachoeyra, eMaragogippe hacirurgiaõ da Camera, eem todas as cid(ad)es sem nellas ha
- 15 ver agr(an)de carencia q(ue) hanesta tam pupoloza, naqual o quotidiano comercio das conquistas de todo o Brazil permite cotidiana entrada perniciosos males q(ue) tem infeccionado o clima, fazen[do] terra mui doentia, sendo deantes mui saudavel nos parece serà do agrado
- 20 edo Real Serv(iç)o deV(ossa) Mag(esta)de a confirmação por Alvará do Cyrurgiaõ M(ano)el Ferr(ei)ra de Oliv(ei)ra ele[ito] pela Camera para todas as delig(enci)as nomiadas p(ar)a as mais q(ue) se oferecerema camera, eq(ue) em falta delle se possa eleger outro comod(it)o ordenado de 40 r(ei)s por anno, emais pr[...] e per
- 25 calços q(ue) tomou Medico da mesma Camera preferindo sempre p(ar)a o tal partido o mais idoneo, ede maior merecim(en)to de baixa de editaes dando de detudo conta avossa Mag(esta)de q(ue) ordenarà e mandarà o q(ue) for serv(iç)o B(ahi)a e cam(e)ra de 8^{bro} de 1752 Jer(onym)o Sodre Per(eir)a Es-
- 30 crivaõ da camera q(ue) por impedimento do Proprietario aSubscrivi // D(out)or Jorge Luiz Cer(queir)a // P(edr)o Muniz Barreto de Vasconcellos // Cristovaõ da Rocha Pita // Joze Luiz de Carv(alh)o; Albuq(ue)r(qu)e // Fr(ancis)co V(iei)ra de Sa//

32 r

Reg(is)t(ro) dehuã carta [a]S(ua) Mag(esta)de, em
 q(ue) lhe pede a camara, mande não ten[ha]
 [vi]gor [o]Provim(en)to do Prov(ed)or daCom(ar)ca o D(out)or
 Jo sephMonteiro, sobre fenaõ faze= [rubrica]
 05 [rem obr]as, emq(uan)to ad(it)a [cam]ara não pa=
 gava oq(ue) estava devendo a officiaes de
 [p]edraria , c[arp]intaria [...]

S(e)n(h)or [por] caufa [de] ser [es]tacid(ad)e fundada [no]fitio
 imminente com grandes rio[s] [mares], elad[e]r[a]s deterras
 10 Larg[a]s, e dependuradas, fefes pre[cis]o anossos an=
 tecessores emvarios annos [s]eguralas comparedoës,
 calçadas, ealguns cannos p(ar)a expedição das agoas,
 emelhor fervidaõ do Povo, e segurança dos edeficios,
 [t]em com toda Esta cautela [e]providencia fepo=
 15 derem evitar os dannos dos moradores, q(ue) tem expe=
 rimentado varias ruinas, pois , d(it)o os [Go]vernadores fãõ gran
 des, continuadas, [cor]rem as Ladeiras, eribanc[e]iras, su=
 cedendo m(ui)tas desgraças, emortes, eprejuizos; pela
 qual razaõ setem feito bastante despeza com as
 20 d(it)as obras precisas, enecessarias aobem commum.
 Eentrando de [correição] nes[ta]cid(ad)e o [c(apit)am P(rocurad)or g(ener)al]
 Provedor da Com(ar)ca Jo se[ph] Monteiro deixou hum
 Provim(en)to, q(ue) fenaõ fizessem mais obras, fem[q(ue)] [pr]im(ei)ro
 fe pagassem as que seachavaõ feitas; cujo provim(en)to
 25 hẽ afavor dos credores, econtra a [co]nservação daRe=
 publica, pois faltando Esta ea r[ee]dificação deq(ue) [s]u=
 c[e]ssivam(en)te m(ui)to se carece, passados quaesquer tempos
 fe [r]eduzirà tudo atermos q(ue) nem com excessiva som
 ma [s]epodem tornar apôr emSeu antigo Estado,
 30 por ser facil aruina, [e]difficil areedificação, como
 fetem visto, evai exp[e]rimentando. Em atençaõ
 ao referido Pedimos e[r]ogamos a vossa Mages
 tade mande fique sem vigor aquele Provim(en)to
 por

- por fer [preju]dicial à conservaçoã da desta cidade
 ebem com[m]um, como delle femostra p[ela] cópia
 jūnta, eq(ue) nas obras uteis, eprecizas, q(ue) esta camara
 resolver em acto devereaçãõ [te]ndo [f]eitos ere
- 05 matados empraça publica [n]a forma da ley, as naõ
 possaõ impedi[r nem] inttrometer-[os os d(it)os] Ouvidores
 geraes, pois esta Camara, com[o] [taõ] diminuta emren=
 das, fenaõ extende amais doq(ue) agastos pr[e]cisos e
 de [mayor] [ca]rencia. A R[ea]l pessoa de vo f sa Mag(estad)e
- 10 g(uar)d[e] D(eo)s m(uito)s a(nnos). Bahia Cam[ara] 30 d[e] Mayo de
 1753. Jeronymo Sodre [P(erei)ra] [esc(riv)am] [da Camara] por impe=
 dim(en)to do Pr[opr]ietario a fubscrevi.//. D(out)or Joze Luis
 P(erei)ra //. Jeronimo Velho deAraujo //. Fran(cis)co gomes de
 Abreu Lima cortereal //. Antaõ Jo feph Leite //.
 Jo feph Correa d[a] Costa //.
- 15
- Reg(is)tro de hu[ã] carta a S(ua) Mag(esta)de, em
 quel[hoped]eaCamara mande appli=
 car p(ar)a gastos muito do Conc(elh)o, oq(ue)
 pagavaõ os Tabern(ei)r[os], epadeiros p(ar)a
 as danças egigantes das procissoes L(isbo)a
- 20
- S(e)n(ho)r [por antigo] estilo, mandouesta Camaraq(ue) nas fes=
 tividades do corpo de [...] ede S(aõ) Fran(cis)co Xavier Pa=
 dr[oeiro] desta Cid(ad)e põr huãs damas, [e]gigantes, eoutras
 antiguidades, p(ar)a concordamos Tabernos e Padeiros, q(ue) no tem
- 25 po presente fenaõ presente digo fenaõ praticaõ nes=
 [te] Rey[no] eparecem desnecess(a)r(ias), eemp(ar)te indecentes,
 emattençaõ aoq(ue) no f sos Antecessores em Vereaçãõ
 denove deMayo do anno de 1750 resolveraõ,
 q(ue) naõ houvessem mais os d(it)os gigantes, nem d[anç]as, e
- 30 q(ue) em feuLugar seposessem huãs bandeiras nas
 d(it)as procisses, como sevê da copia junta Epon=
 derando nos emvereaç[a]õ os m(ui)tos gastos, q(ue) temesta
 Cam[ar]a eas limitadas rendas, f emhaver emq(ue) se
 pos=

- 05 D(it)a Procuraçãõ, nem tam pouco q(ue) tratarem de depender
 [...] alguã, por não termos Cartas houermos por bem de[es]
 Cutar a V(ossa) m(er)ce eos mais nomiados eem feu Lugar nomi-
 amos aoCap(ita)m Jozé Felis deFaria, q(ue) vai na prez(ent)e fro-
 ta Rogamos a[V(ossa) m(er)ce] nos faça m(er)ce dar lhe os de Cumentos
 q(ue) feacharem em feu poder pertencentes as dependencias
 deste Conc(elh)o [...] mais notas de q(ue) estiverem pendentas
 que lhe ficaremos mais obrigaedos²⁶ a v(ossa) m(er)ce q(ue) S(ua) M(a)g(esta)de per
 m(uitos) a(nnos). B(ahi)a Camera de Maio 24 de 1757 Jer(onym)o
 10 Sodrè P(erei)ra escriuaõ da Camera fubscrivi // D(outo)r Jorge
 Luiz P(erei)ra // Jer(onym)o Velho de [Ar(auj)o] // Antonio Joze Leite //
 Fr(ancis)co Gomes deAbreu, Lima Corte Real // Joze Correa
 da Costa //
- 15 Reg(is)t[ro] de huã carta a S(ua) Mag(esta)de, emq(ue)
 pede a Camara, mande não haja
 preferencia na arremataçãõ dos Ta=
 lhos; mas fim fer ematem pelo mayor
 lanço na forma da Ley, ecostume
- 20 ver no L(ivr)o af(olha) S(enh)or Esta camara como administradora do bem com=
 mum, està em posse de mandar rematar os talhos, e
 curraes donde fe corta a carne p(ar)a os ustento do povo
 desta cidade, os quaes fe poem empraça e feremataõ
 nell [aq](ue)m por elles mais Lança de q(ue) resulta augmento ,
 Eutilidade ao Conc(elh)o, e à Real Faz(en)da de V(ossa) Mag(esta)de
 25 E assentando nesta Cid(ad)e Thomas Vello fo Rebello
 huã officina de cortar fola de attanados requereo
 aV(ossa) Mag(esta)de aprepreferencia dos d(it)os talhos, ecurraes,
 p(ar)a haver a fi toda a courama p(ar)a ad(it)a officina,
 como fe patentêa da copia q(ue) junta offerecemos
 30 da Portaria, q(ue) nos foi enviada do Ex(celentissi)mo V(ice) R[ey] do Es=
 tado; aoq(ue) duvidamos, visto o prejuizo, q(ue) datal pre=
 ferencia fe feguia: e fem embargo da dũvida, nos
 enviou fegunda Portaria (de que tambem apre=
 sentamos copia a V(ossa) Mag(esta)de) aq(ue) Lemos inteiro
 35 cumprim(en)to [...] Pelo q(ue) nos vemos obrigados a pôr nas

²⁶ A letra *e* encontra subscripta entre as letras *a* e *d*

- nas Reaes mãos de V(ossa) Mag(esta)de o prejuizo, q(ue) aq[ui] se podem seguir. Primeiram(en)te sendo sabido pelas pessoas, q(ue) costumão Lançar q(uan)doqualquer Lan[ço] q(ue) derem ha de preferir o d(it)o Thomas Vello fo Re=
- 05 bello emtê aquantia, q(ue) lhe fizer conveniencia, ne= [rubrica]
 nhuã pessoa se resolvera o [lan]çar por lhe frus= tar a sua diligência, eficarem as rendas do conc(elh)o m(ui)to diminutas, e elle fo utilizado. Seen= d[e]vi(d)am(en)te que não havendo Lanço fran[co] p(ar)a q(ue)m qui=
- 10 zer Lançar não haõ de concorrer Lançadores defora e fi[car] esta camara perdendo não sò os augm(en)tos q(ue) podia Lucrar nos piques dos Lançadoes; mas taõ bem a regalia da sua parte. Em terceiro Lu= gar os grandes prejuizos, que se seguem as m(ui)tas
- 15 officinas, q(ue) ha nesta cid(ad)e [cur]tir Sola verme= lha, emq(ue) o commercio desta praça interessam(ui)to alem de ser emprego ex[e]rcicio dem(ui)ta pobreza q(ue) vive de serviço das taes fabricas; e com a d(it)a pre= ferencia faltaõ os couros as sobred(it)as officinas, q(ue)
- 20 o preferente lhe vendera como quizer, [e]os mais inferiores, ficando sem exercicio as fabricas dellas por falta de couros, em prejuizo dem(ui)tos como fica expressado, e utilizando se fo [...] preferente tambem nesta parte Circunstancias, que se fa=
- 25 zem attendiveis da Real benignidade de V(ossa) Mag(esta)de p(ar)a q(ue) se sirva mandar não haja preferencia na rematação dos d(it)os talhos, e curraes p(ar)a pessoa alguã; mas sem q(ue) se observe o costume praticado, admittindo-se toda, equalquer pessoa q(ue) te=
- 30 nha os requisitos necess(ar)ios, a lançar eq(ue) se lhe re= [matem] pelo mayor Lanço. A Real pessoa de V(ossa) Mag(esta)de guarde D(eo)s m(uitos) a(nnos). B(ahi)a camara de Ma= yo 30 de 1753. Jer(onim)o Sodre P(erei)ra esc(ri)vam da camara por impedim(en)to do Propriet(ar)io a subscrevi.// D(out)or
- 35 Jorge Luis P(erei)ra // Jer(onim)o Velho de Ar(auj)o // Fr(ancis)co Gomes de Abreu e Lima Cortereal // Antaõ Joze Leite // [Jo=]

Joseph Corrêa da Costa //.

05 Reg(is)tro de huã carta a S(ua) Mag(esta)de
 p(ar)a q(ue) se firva aliviar do Dona=
 tivo os off(ici)os q(ue) esta camara provêr,
 e se [c]onservem na sua posse, q(ue)
 fãõ o de Esc(riv)am das execuções, Al-
 ca[i]de, e seu Esc(riv)am Port(ei)ros do Conc(elh)o
 e outros.

10 S(e)n(h)or Esta camara se acha de posse des a sua frustra-
 çao, e erecção, de prover varios officios, por facultados,
 e decretos, que he concedêraõ os serenissimos Reys an =
 tecessores de V(ossa) Mag(esta)de, e ha presumpção evidente se
 redúziraõ a cinzas [no] anno de 1625 q(ue) d(it)o os Holan=
 Posse da nomea
 çao dos off(ici)os acima
 15 dez tomarãõ [a cidade], e porãõ fogo no Archi=
 vo desta camara cuja posse se continuou sem=
 pre pelos nosos Ante[c]essores, sendo huns dos taes off(ici)os
 o de Esc(riv)am das execuções desta camara, os de Pre=
 goei[r]os do Conc(elh)o do Alcaide, e seu Esc(riv)am, q(ue) o Ex(celentissi)mo
 20 Conde de Atouguia V(ice) Rey do Estado mandou pôr em
 concurso, p(ar)a pagarem donativo, provendo se de novo
 nestas occupaçoẽs, pessoas, sem nossa approvaçoã: e
 sendo os d(it)os officios de pouco rendim(en)to, e servidos
 por pessoas pobres, em atençaõ aqueremter em
 que se exercitem com Lucro, faltaõ as obrigaçoẽs
 25 deste Conc(elh)o, que naõ he servido com a exacçaõ, q(ue)
 antes se observava, q(ue) d(it)o pela camara eraõ provi-
 dos, por escolherem sempre os fogueitos mais ido=
 neos; do que se segue prejuizo grave assim
 as arrecadaçoẽs do que pertence ao mesmo conc(elh)o, e
 30 mais dependencias della, como ao bem commum.
 o que tudo pomos nas Reaes mãõs de V(ossa) Mag(esta)de
 aq(ue)m supplicamos nos faça m(er)ce mandar, se jamos
 conservado na posse antiga de provêr os sobred(it)os
 officios, havendo lhes Donativo por Levantado,
 35 e mordera se fere m providas pe fsoas capazes, aq(ue)
 bem

35 r

bem façã suas obrigações em obsequio do [se]rviço
 de Deus, e de Vossa Magestade [seq(ue)r] [es]peramos [rubrica]
 receber a referida graça. A Real pessoa [de]
 Vossa Magestade [guar]de D(eo)s m(uitos) a(nnos). Bahia aca=
 05 mara 30 de Mayo de 1753. Jer(onym)o Sodré
 P(erei)ra Es(cri)vam da camara, por impedim(en)to do Propri=
 a [obscrevi] //. Jer(onym)o digo a [ubscrevi] //. D(outo)r Jorge
 Luis P(erei)ra // Jer(onym)o Velho de Ar(auj)o // Fran(cis)co Gomes
 de Abreu e Lima Corte Real //. Antão Jo seph
 10 Leite //. Jo seph Correa da Costa //.

Reg(is)t(ro) de huã carta a S(ua) Mag(esta)de em q(ue)
 a camara pede huã ajuda de custo
 tirada do d[(in)he]ro] das 3^{as} p(ar)a a obra do
 15 paredão, q(ue) decorre do forte dos Fran=
 cezes²⁷ p(ar)a a Jiquitaya

S(enho)r Huã das principais servidoes desta cid(ad)e he
 a entrada q(ue) saindo pelas duas fr(e)g(uesi)as de S(an)to An=
 tonio Além do carmo, e Pilar, se ajuntão no Sitio
 de Agoa de Meninos, Praya e a[r]rabaldes del=
 20 la, e da hi continúa até os mais remotos, e di=
 latados certos [p]elo qual [v]em [os] gados p(ar)a os As=
 sougues, e a mayor p(ar)te do peixe, hortalias, lenhas,
 fructos, e outros mantim(en)tos, por correr p(ar)a aqu[e]lla
 ban[d]a a mayor extençaõ do terreno, em q(ue) ham(ui)tas
 25 fazendas de pessoas particulares, e varios eng(en)hos das
 fl[azendas] , dos quaes esta cid(ad)e he quotidianam(en)te
 provida dos d(it)os fructos, principalm(en)te em tem=
 pos do Inverno, q(ue) não entraõ embarcaões
 de barra em fora, nem do recôncavo. Alem de
 30 q(ue) no d(it)o sitio ha tres conv(en)tos a saber: o do No=
 viciado dos P(adr)es da Comp(an)hia²⁸, o dos Capuchos, o dos
 Beditinos, e huã casa dos Frades do Carmo, e
 m(ui)tas Igr(ej)as de varias invocaões de Imagens
 milagrosas de gr(an)de devoçaõ, aq(ue) concorrem m(ui)to
 35 muytos do povo desta Cid(ad)e sabem, disto [...]

²⁷ Forte dos Franceses era uma denominação dada ao Forte de Santo Alberto, que também era conhecido como Forte da Lagartixa, devido à semelhança entre um canhão e o referido réptil. Situa-se entre as atuais avenidas Frederico Pontes e Jequitiaia. Com os Fortes de São Marcelo e de Mont Serrat, fechava a antiga cadeia de defesa da Cidade do Salvador.

²⁸ Corresponde à atual localização da Igreja dos Órfãos de São Joaquim. Com a expulsão dos Jesuítas, em 1760, a construção passou a pertencer à Coroa e, em 1818, por interferência do Governador Conde das Palmas, foi cedido ao irmão Joaquim do Livramento, que para ali recolocou um asilo de órfãos.

dous fortes, que fortificaõ esta cid(ad)e defenza
daquelles meynos. E como a d(it)a estrada de=
corre pelas referidas prayas, se arruinou em va=
rios Lugares, q(ue) nossos antecessores em varios annos
05 repetidas vezes tem mandado reparar, mayorm(en)te jun
to do forte chamado dos Francezes²⁹ no anno de 1736
mandaraõ edeficar hum paredaõ, q(ue) continuaraõ por
pequeno Espaço, emrazaõ denaõ terem d(inhei)ro p(ar)a pa=
garem aos pedreiros, e officiaes, ficando a obra
10 imperfeita até o presente, sendo [m](ui)to precisa
acontinuaçaõ da obra aomenos até acafado
Noviciado dos d(it)os P(ad)res da c[omp](anhi)a, paragem aonde o
mar [t]em feito grandes estragos, e impede a pasia=
gem do povo em occasião d[a] maré chea, porfi
15 carempela p(ar)te da terra outeiros de gr(an)de immi=
nencia, por donde senaõ pode fazer estrada; pe=
laqual razaõ senos tem req[u]erido [m](ui)tas vezes pelos
sobred(it)os Religiosos, visinhanças daquelle fitio,
eviantantes, mandemos continuar o d(it)o paredaõ, por
20 serobra precisissima [a]o bem commum, e boa
communicacaõ desta cid(ad)e aoq(ue) [na]õ temos defe=
rido, por estar este conc(elh)o falta de d(inhei)ro, e empanca=
do pelas obras da cidade, e mais gastos annuaes, mo
tivo porq(ue) Pedimos, erogamos aV(ossa) Mag(esta)de q(ue) em
25 attençaõ ao referido nos faça m(er)ce conceder huã aju=
da decusto, tirada do d(inhei)ro das Terças, q(ue) se acha no
cofre p(ar)a a referida obra, o arbitrio deV(ossa) Mag(esta)de,
q(ue) D(eo)s nos guarde por m(uitos) a(nnos). B(ahi)a e camara 30 de
Mayo, de 1753. Jer(onym)o Sodre P(erei)ra esc(riv)am da ca=
30 mara por impedim(en)to do Propriet(ar)i)o a fubscree =
vi .//. D(out)or Jorge Luis P(erei)ra .//. Jer(onym)o velho de Ar(aui)jo
Franc(is)co Gomes de Abreu e Lima Cortereal .//.
Antão Joseph Leite // Joseph Correa da Costa

²⁹ Forte de Santo Alberto

util, epreciza ao bem commum [p]or s[er] huã
das pricipaes estradas, e fervidoens desta cidade

- Esendo [isso o] q(ue) alguns destes requerim(en)tos supli=
caõ forne[ç]a v(ossa) m(er)ce petição assim p(ar)a os reformar [rubrica]
- 05 como p(ar)a outra qualquer dependencia q(ue) precisa
feizer, tudo em nome do Procurador actual
desta camara, dando p(ar)te de tudo a cota camara com
todas as occasioes denavios, q(ue) vierem em direitu=
ra p(ar)a esta cid(ad)e , ainda q(ue) seja por Pernambuco,
10 ou pelo Rio de Janeyro, por pessoas seguras, p(ar)a
q(ue) [na]õ haja descaminho [...] entr[eg]a. O q(ue) tudo
havemos por bem recomendado a V(ossa) M(er)ce, de q(ue)m
confio [...], e esperamos, dava inteira satisfaçã
a todas as sobred(it)as depend(enci)as, com o mayor desem=
15 penho[o] q(ue) seus antecessores agostu dos nossos
sucessores, na boa eleiçã, que fizemos napes=
soa de V(ossa)M(er)ce q(ue) Deos g(uar)de m(uitos) a(nnos) Bahia e ca=
mara 30 deMayo, de 1753. Jeronymo Sodre
P(erei)ra Esc(riv)am da camara por impedimento do Pro=
20 prietario aSubscrevi .//. D(outo)r JorgeLuis P(erei)ra .//. Je=
ronymo Velho deAraujo .//. Fran(cis)co Gomes deAbreu
e LimaCortereal .//. Antaõ JosephLeite .//.
Joseph Correada Costa .//.

- 25 Reg(is)t(ro) dehuã carta aS(ua) Mag(esta)de, em
q(ue) a camara lhepede, mande deposi=
tar o rendim(en)to da[s] Terças no cofre
eq(ue) o V(ice)Rey, nem outro algum Mi=
nistre fe intrometta aremovelo
p(ar)a outra parte.

- 30 S(enho)r Teve esta cid(ad)e sua fundaçã emfitio
imminente; sobrelevantados outeiros compou
caplanicie, por fer assi[m] preciso p(ar)a o com=
mercio; accommodaçã do desembarque abri=
go das embarcações as mais apto p(ar)a [acom=]
35 muniçaõ, eboa fervidaõ do povo, aonde [sefa=]

fefa[çã]o abrindo Ladeiras pelas câmaras, e recostas
 q(ue) decorrem p(ar)ta todas as p(ar)tes com calçadas, e paredo=
 ens a custado concelho, com o que se começou
 Logo a empenhar des o se principio, por serem
 05 as rendas tenues, e as despezas continuadas, em [ra]
 [zã]o de se ter extendido m(ui)to esta cid(ad)e de
 cuja grandeza se coligem os gr(an)des gastos q(ue) este
 conc(elh)o tem feito, e care[ce] de fazer nas calça=
 10 das, e paredoens, pelas ladeiras e marinha e conti=
 nuam(en)[t]e nas [s] suas reformas, fontes, e servidoens,
 de q(ue) m(ui)to se necessita, p(ar)a a com[m]unicação, e
 conservação de tão numeroso povo, [sen]do ama=
 yor p(ar)te delle indigente e pobre. Em cujos
 15 termos, os no[s] Antecessores vendo se opprimi=
 dos como m(ui)tos empenhos de credores, e comane=
 cessid(ad)e de continuar as d(it)as obras, se rendas q(ue) lhe
 se suprissem, por serem diminutas, tomaraõ a re=
 solução de se valerem da proteção Real (reco=
 20 [...] rendo a Mag(esta)de do S(enho)r D(om) Joã 5º de se au[de] a
 memoria, que se (an)ta gloria haja,) pedindo lhe o rendim(en)to
 das Terças, p(ar)a comesse se suplemento a acudir as
 d(it)as oppressões. Foi o d(it)o se (enho)r servido por resolução
 do se conc(elh)o do Ultramar q(ue) o d(it)o rendim(en)to se [c]on=
 25 serva se no cofre desta camara, até final resolu=
 çãõ se sua o q(ue) assim se continuou por alguns annos,
 se em que ao tal requerim(en)to se tenha deferido, tal=
 vez por incuria [dos] Procuradores, q(ue) este conc(elh)o tem
 30 salariados na corte, pois dos seus t(er)m)os não temos no=
 ticia certa. Echegando a esta cid(ad)e no anno
 de 1749 o Ex(celentissimo) Conde de Atouguia V(ice)Rey, e
 Cap(it)am general deste Estado, em 17 de Fevereiro
 de 1750 mandou q(ue) se embarcasse o d(it)o d(inheir)o do cofre
 p(ar)a o Reyno, como se [s]ev[ê] da copia af[olha], ao
 q(ue) duvidando est[a] Camara, como se patentêa
 35 da copia af[olha]s; e se em attençaõ ad(it)a d(úvida
 mandou se embarcace, como consta da copia af[olha]s
 [q(ue)] V(ossa) Mag(esta)de foi servido orden[ar] se tornas[s]e ao [de]____

Resol(uç)am [...] S(enho)r D(om) Joã V sobre as Terças, q(ue) se depositarem até se de cidir cujas saõ.

38 r

- ao depozito emq(ue) estava, [...] [...] da [co]pia
af[olha] e come feito fica restit[uido] e deposita=
do [o] d(it)o [d(inhei)ro] R[a]zãõ porqu[e] pedimos
er[oga]mos [aV(ossa) Mag(esta)de] [e]m a[tt]en[ç]ãõ [deto]do o ex= [rubrica]
- 05 posto (q(ue) passa naverdade) se[di]gne, por [fazer]
merceaesta cid(ad)e, e feupovo, haver p[or]be[m] q(ue) es=
ta fojunte ao d(it)o r[igor] [m(ui)to] p[re]s[e]nte feacha,
feito] [no] s[os] Ant[ecessores] de[...] deselhefim a
f[...] [des]te conc(elh)o naconformid(ad)e (...) nelle fe
- 10 (...) [pe]lo [in]tento feva [de]pozitando o
d(it)o [req]uerim(ent)o di[g]o o d(it)o rendim(en)to no referido
cofre na form[a] da d(it)a ordem af[olha] exp[osta] [n]a
copia; p(or)q(ue) o Ex(celestissimo) V(ice)Rey , n[em] outro[s] M[ini]s=
tros pelo entanto fenaõ intr[o]mettaõ [a]re=
15 movelo p(ar)a outra p(ar)te, Ap[arte] deV(ossa)Mag(esta)de
nosg(uar)de D(eo)s por m(uitos) a(nnos). Bahia e camara30 de
Mayo, de 1753. Jer(onym)o So dreP(erei)ra Esc(riv)am da
camara por impedim(en)to do Propriet(ar)i(o) [a] fubscre=
vi .//. D(out)or Jorge Luis P(erei)ra .//. Jeronymo Velho deAra=
20 ujo .//. Fran(cis)co Gomes deAbreu e Lima .//. Antaõ
Jo feph Leite .//. Jo feph CorreadaCosta .//.

Reg(is)t(r)o de huã carta d[o] P(rocurador) desta
camara a deL(isbo)a fobre o[r]e[q]ue=
rim(en)to do fabaõ.

- 25 S(enhor) [Ca]p(it)am [Joseph Felis de Far]ia [Na]
[pre]sente occa fiaõ rep[re]s[e]n]ta esta camara
a Sua Mag(esta)de as v[e]xaçoens, erigorosos pro=
cedim(en)tos [a]que fetem havido [n]esta cid(ad)e e
feu [r]ecôncavo so aqu[e]m [Alb]erto [...]te
- 30 [eseo] Administrador [de] fabaõ por p(ar)te do
[E]x(celestissimo) Conde de Castell[o] Me[lh]or em q(ue) vaõ
v[ar]ios docu[mentos] que todos justif[ic]aõ ara=
zaõ ejustiça do povo emor[dem] [des]ta cid(ad)e
[aq(ue)m]

05 aq[(ue)m] per[...]o]brigar quenaõ gastem
 fabaõ feito nestas partes (Senaõ o do Rey
 no) , comoque [femandar] [do] [...] apo[br]eza
 [por] mais barato, emelhor condicionado
 as [r]oupas deste paiz. V(ossa)M(er)ce fará entre=
 ga no Conc(elh)o [U]lt[ramar]ino, e folicitarà
 o desp[ac]ho, [er]ef [olu]çaõ, que fobre aqui
 houver , d[...]nos [...]cia [pre]cisa [occa=
 10 [s]iaõ de [em]barcaçaõ p(ar)a [q(ue)] [o d(it)o] [edos dos]
 [os] mais requerimentos [e] d[epen]dencias per=
 [t]ence[n]tes [d]es[te] Conc(elh)o D(eo)s g(uar)de a V(ossa)M(er)ce m(uito)s a(nnos)
 Bahia ecamara deDezembro nove de
 1753.o P[ro]curador da camara Jo feph
 Correa da costa

15 Reg(is)t(r)o da exposiçaõ e conta, q(ue) a camara
 deu a Sua Mag(esta)de, p(ar)a q(ue) se conserve
 Livre a factura e venda do fabaõ
 daterra nesta cid(ad)e, e feu recõncavo.

Contra o Mono
 polio do fabaõ

20 Senhor Por nos constar, q(ue) os morado[re]s desta cid(ad)e,
 e feu re[con]ca[vo] padeci[aõ] amayor consternaçaõ
 nas indiscretas diligencias, e desordenados varejos,
 [q(ue)] desp[ach]am [...] [e]xecutav[a] Joaquim Al=
 berto Duarte, Pr[ocu]rador do [Conde] de [Ca]stello
 25 Melhor, (sem preced[er] mandado, ou auth[o]r[ida]de
 da justiça, como sere[co]menda nas mesmas Doa=
 çoens emque funda a sua jurisdicçaõ) afim de
 [...] [re]duzir [custo] do fabaõ do Reyno com ex=
 clusiva total, doq(ue) [s]e fabrica na Terra, foi
 30 notifi[fi]cado, p(ar)a apr[es]entar nesta Camara as
 Doaçõens do d(it)o Conde de Castello Melhor,
 pois [so] assim fepoderia [exa]minar aper=
 miss[aõ] ou [fa]culdade de estancar o fabaõ
 do

do Reyno, por ter Vossa Mag(esta)de [de]terminado em
 a Provisaõ[de] vint[te] etres de [Mayo] deste pre=
 sente an[no] copiada a[f(olha)]1 que feja o conde
 deCaste[ll]o Me[lh]or conservado nas f uas Doaçõ
 05 ens, eestilo deas [pr]aticar, sem alteraçãõ alguã,
 nem o d(it)o Procurador podia eximirse da ne=
 cessidade de as registrar nos Livros da camara.

[rubrica]

Obedecen[do] com effeito a notificaçaõ,
 (d[epoi]s [de] alguã [r]epugnancia,) veyo pessoalmente
 10 a[pr]esenta[r] em auto de[ve]reaçãõ [nas] [do]ações
 c[op]iadas numero 2º, as quaes [s]end[o] vistas e
 examinadas com toda a circums[pe]çãõ, acha
 mos, q(ue) por ella fenaõ permite ao conde de
 Castello Melhor genero algum de Estanque
 15 neste Estado, nem outro privilegio mais que
 afaculdade devender Livrem(en)te o Sabaõ do
 Reyno, sem fe estorvar aos Moradores o
 uso do que fe faz no Paiz Como ja decla=
 rou Vossa Mag(esta)de na [Pro]visaõ numero [2º] de
 20 tres de Agosto, demil fette centos cincoenta
 e [dous] aqual por fe naõ ac[h]ar de[ne]gada pe=
 la ultima Provisaõ detres de Mayo do [pre]
 sente anno de mil sette centos cincoenta
 etres, (q(ue) f ó çẽde em mera confirmaçaõ das
 25 [suas] Doaçõens) deve in[te]iramente fsubsistir,
 e f endolhe estranhado e excesso q(ue) praticava
 nos varejos, contravindo as mesmas Doaçõens q(ue)
 arrogava a feu favor, lheadvertimos comas
 expressões mais efficazes aobservancia das or=
 30 dens de Vossa Magestade q(ue) como Vassalo esta=
 va obrigado a guardar, [e]nquanto Vossa Ma=
 gestade naõ mandasse o contrario, fequizesse
 abster das extorçoens q(ue) causava aos Morado=
 res

aos Moradores desta Cidade, os quaes por estarem
 costumados [abe]nignidade, [c]om que se reportam
 os Ministros da Justiça e Fazenda de Vossa
 Magestade nas diligencias [q(ue)] fazem por obri-
 05 gação dos [se]us officios, com justificada razão
 [s]e escandalizavaõ do seu tem[e]ra[r]io procedi-
 mento, publicando com incessantes clamores o de-
 trimento, e prejuizo q(ue) experimentavaõ, em
 benefício da fazenda de hum Donatário; econ-
 10 venci[do] [de] verdade prometteo ceder do pro-
 jecto er[ra]da[m]ente intentado, [r]es[ig]nando[s] to-
 do aoq(ue) d[ete]rminace a Vereação, (ainda q(ue) [du]vi-
 dou ao depois o assignar o termo, como protes-
 to expendido no Documento numero 4º, cu-
 15 ja repugnancia nos obrigou a proçeder camara-
 riamente com summario das testemunhas con-
 thendo no mesmo Documento numero 4º, q(ue) por
 serem todos de facto proprio, não podemos expôr
 a Vossa Magestade por [m]eyo ma[is] efficaz as viden-
 20 cias por elle praticadas, constituindo-se o escandalo
 univer[s]al de toda esta cidade: e por is[so] o Pr[o]
 [cura]dor da Fazenda Real de Vossa Magestade [e] aq(ue)m
 reconhece por Juiz conservador capacitado da ver-
 dade; e compadecido da commua afflicção deste
 25 Povo, mandou publicar o Edital, q(ue) consta da
 Certidão numero [...]) regulando-se em t[...]m
 a Provisão; e ordens de Vossa Magestade, que
 por nenhum modo prohibem o fãbaõ da Ter-
 ra, antes positivamente se permite Livre o
 30 seu uso como se v[er]ifica da Provisão de cinco
 de Março de mil sette centos vinte e hum,
 comprehendida na certidão numero 6º, pe-
 la qual foi Vossa Magestade servido de permi-
 tir a Entrada Livre do fãbaõ de S(ancto) Thomê no
 35 Bra=

40 r

no [B]rasil, mandando q(ue) o contractado
 lhenão permitisse avenda digo lhe não
 prohibisse avenda, por [na]õ fer género que
 viesse [do] Reyno, p(ar)a oq(ue) taõ somente sees=
 05 tendia o feu contracto. e fendo igualm(en)te
 va f salos de vo f sa Mag(esta)de, os Morado[re]s des=
 ta cidade e feu Recô[nc]avo, não devem
 fer demelhor condicaõ os de Sancto Thomé
 p(ar)a introduzirem o f abaõ fabricado na
 10 quella Ilha como effeito [d]o feu Paiz,
 sem fe ampliar a mesma graça atodo este
 Estado.

[rubrica]

Finalm(en)te Senhor, concluimos ex=
 pondo humildemente a Vossa Mag(esta)de
 15 o consideravel prejuizo q(ue) experimenta[va]
 este Povo no estanque do f abaõ do Rey=
 no, com exclusiva doq(ue) Se q[ui]z nesta
 Terra, porq(ue) alem da falta de meyo de
 [f]u]bsistirem m(ui)tas pessoas, q(ue) fe occupaõ na
 20 manufactura do d(it)o género (por não ha=
 ver f aboarias particulares) terá apobresa
 o incommodo de multiplicalas digo demul=
 tiplicar adespeza, q(ue) necessariam(en)te hade
 produzir a exorbitancia do preço de qua=
 25 torze vintens por arratel do f abaõ duro, ou
 oyto vintens pelo mole, no q(ue) tambem pro=
 cede injustam(en)te o Procurador com nota=
 vel transgressaõ das condiçoens deduzi=
 das na certidaõ numero 1º, onde setaxa
 30 a preço de cento e cincoenta reis ao duro,
 etres vintens ao mole, compena de
 quatro mil cruzados pagos da cadêa
 pela primeira vez vendendo por mais,
 f em

- fem que p(ar) a isso se possa valer do estilo ob[ser]=
vado pelos seus Antecessores; por ser certo, q(ue)
sem titulo Legitimo, nenhum Donatario pres=
[cr]eve, e em todo o tempo se pode aclamar
- 05 o [a]buso (accrescendo demais a circumstan=
cia de ser o traje commum da gente ordin=
ria e pobre [des]ta Terra, material dependen=
te de frequentes Lavagens [p](ar) a sua conser=
cação, como Linhas, chitas, e algodão, e nella
- 10 bem se pode, rejoutar o f abão [p]or conta
quotidiana ao uso, que se se suaviza
sendo moderado o preço, como de o do fa=
bão da Terra, com o qual se dispendem(ui)to
tempo digo m(ui)to pouco. [V]o sa Mag(esta)de ma=
15 darà o que for servido. Bahia, e camara
nove de Dezembro de mil sette centos cin=
coenta e tres: e eu Antonio Barboza de
Oliveira Tabaliação queo subscrevi por i[m]
pedimento do escripto da camara act[ua]l
- 20 João de Couros Carneiro .//. Doutor Jorge
Luis Pereira .//. Jeronymo Velho de Ar[a]=
ujo .//. Antão Joseph Leite de Vasconcelos .//.
Francisco Gomes de Abreu e Lima Corte
Real .//. Joseph Correa da Costa .//.

45 r

05 conced(id)os, p(ar)a firmeza do q(ue) fis estade m(esm)a L[e]tra e-
 signal esellada comosello de m(esm)as armas Rio
 de Jan(ei)ro quinze deNovembro de mil setteCen-
 tos, Cincoenta etres Lugardo sello Pedro Dias [rubrica]
 PaesL[i]ma

Reg(is)t(ro) dehuã representaçãof(ua)
 Mag(esta)de, fobre os P(adr)es Congrega=
 dos do oratorio deS(am) Filippe
 Néri.

10 L(ivr)o 1º do Gover
 no af(olha) 250 L(ivr)o
 4º de provizoês
 Reais f(olha) 240 (...)
 L(ivr)o das informa
 çoens [do] Gov[er]
 no f(olha) 222

15

20

25

30

Senhor. O procedimento, [o] zelo, eadoutrina dos
 Padres Congregados do Oratorio, benemeritos Fi=
 lhos de [S](am) Filippe Néri, recomenda se tanto
 na nossa atençaõ, q(ue) justamente invejamos afe=
 Lecidade dos Povos, que merecem a direcçaõ dos seus
 fervo[r]osos Espiritos; eporq(ue) a Divina Provi=
 dencia, [c]ompadeçida talvez dos nossos desejos,
 actualmente facilita a occafiaõ de conseguir=
 mos p(ar)a esta Cidade a possedetaõ [s]anto Insti=
 tuto, fazendo, comq(ue) hum dos Moradores mais ri
 cos della, proximamente falecido, instituisse
 p[o]r herdeiros detodo[s] os seus bens adous Padres
 da Congregaçaõ dePernambuco, com o onus
 defundarem caza nesta terra, p(ar)a o q(ue) lhes dei=
 x[a] taõ consideravel Patrimonio, q(ue) excede a
 quantia de cento evintemil cruzados, eren=
 da annualmente mais deoito, como tudo se
 ve[r]efica do Documento junto: humilde e
 incessantemente imploramos daReal cle=
 mencia, einnata piedadedevossa Magestade
 a graça desta fanta fundaçãõ; por estarmos
 m(ui)to per[su]adidos da utilidade q(ue) della ha de
 re[z]ultar a todo este povo: assim esperamos da

- da benigna ecatholica intenção devossa Ma=
gestade sempre propicio para apromossaõ da
virtude. Bahia ecamara deFevereiro
vinte e seis de mil sette centos cincoenta
05 ecinco. Joaõ de Couros Carneiro o fub[s]crevi .//.
JorgeLuis P[e]reira .//. Rod[ri]go daCosta de
Almeida .//. Antonio Gomes Ferraõ Ca[s]tel=
branco .//. JosephPires de Carvalho eAlbu=
querque .//. Thomas da Silva Ferraz .//.
- 10 Reg(is)t(r)o do documento, deq(ue) a repre=
sentação acima faz menç[ãõ]
- Otabaliaõ Antonio Barboza de Oliveira cer=
tefique ao pē desta averba do Testamento
comquefaleceo pro[x]imamente Manoel daFon=
15 seca, respectiva ã disposição dos S[eu]s bens afa=
vordos Padres Congregados deSamFili[p]peNe=
ri, eacondição com que os institûe por [h]erdeiros:
edeclar[o] outro sim aimportancia daherança,
eo rendimento annual della, tudo deverbo
20 adverbum³⁰. Bahia vinte ecinco deFeve=
reiro, de 1755 Doutor Pereira .//. _____ //.
Antonio Barbosa deOliveira Tabali=
aõ publico do judicial e[de]Notas nesta cidade
do SalvadorBahia detodos os Santos e
25 feu termo. C[e]r[t]ef[ic]o, que revendo o Testa=
mento comquefaleceo o Licenceado Mano=
el daFonseca em vinte ehumdo presente
mezdeFevereiro, quepor parte do Doutor
Juiz deFora JorgeLuis Pereira mefoi apre
30 sentado, nelle feacha averba deque a
Port[ar]ia supra faz menção, cujo theor dever=
bo ad verbum³¹ heo seguinte P[e]ço ergo
aos Senhores Reverendos Padres Francis=

³⁰ Palavra por palavra

³¹ idem

05 Reg(is)t(ro) da Representação q(ue) faz o Senado
 a V(ossa) Magestade no q(ue) pede Licença para despen-
 der de dinheiro das 3^{as} partes necess(ari)a com
 as obras do Caiz Marathas, mais obras q(ue)
 se achão principiadas -

[rubrica]

Senhora. Este Senado q(ue) sempre teve a honra
 de [x]por a V(ossa) Magestade com a mayor gratidão e fidelidade
 as Precisoens, que ocorrem em beneficio do publico, e dos Po-
 vos, cuja fidelidade desde os primeiros reconhecimentos,
 10 que fizerao aos Predecessores de V(ossa) Magestade sempre
 conservaraõ ileza e pura com a obediencia de Leaes Vas-
 salos; por cuja razão os soberanos, que tem predominad-
 o esta Monarchia, em premio desta mesma fide-
 lidade, tem concedido a este Senado e aos Moradores desta
 15 Capital os mayores privilegios, isençoens, e graças, por cujos
 indultos tem recrido no animo dos habitantes a mayor
 pureza, e lealdade ao direito da soberania; estes Povos
 tendo recebido dos Capitaens Generaes, e Governadores, que
 no Real Nome de V(ossa) Magestade os tem governado, creci-
 20 dos beneficios, com os quais setem aumentado a população
 o negocio, a agricultura, e subido a hum ponto de produzir ma-
 yores intereces a toda a Monarchia, o publico e a fortificação
 desta Cidade, o a ceo della tem igualmente recrido pelas
 sabias, e providentes direçoens dos Ex(celentissi)mos Capitaens Generaes, q(ue)
 25 lhem sido derigidos p(ar)a Governos, chegando os seus habitan-
 tes a hum numero vinte mil vezinhos, que todos se in-
 teresaõ em fazer filis o estado de fencivel a fortificação; este
 Senado com os seus pequenos rendimentos tem concorrido pa-
 ra a mayor parte da mesma defença do a ceo publico das
 30 Pracas dos planos necess(ari)os para a manobra [do] [e] exercicio das
 tropas nas subidas p(ara) a eminencia da Cidade alta

[a]lta tem feito muros [naõ] so para segurança dos pre
 deos dos moradores mas em cazo dessa Cidade de mayor
 defença, servirem demontar as Artelharias, e com esta
 fazer huma prompta defença ao Estado em geral des
 05 ta mesma Capitania. Tem aditado algumas
 fontes dentro destes mesmos muros, para q(ue) anecesidade
 de agoa naõ faça violencia nas cazas ocorrentes aos mes
 mos moradores, tem demolido predios, que fazião obs
 taculo mayor a mesma defença para assim segurar
 10 os intereces da mesma Capitania; tem aberto ruas da
 cidade baixa para a cidade alta, fabricadas ja com
 os fins deserem uteis a mesma fortificaçã pela naturalid(ad)e
 com que podem ser recavadas com mayor br[e]vidade
 para prohibirem o ingreço de qualquer asalto; porem a
 15 sua extinçã de Longitude, e Latitude tem bairros
 faltos de agoa ; algumas ruas ainda por compor os seus pasos
 e calçadas, q(ue) precisaõ de avultada despeza para asua cons
 truçã, naõ havia huma Praça para o comercio, e me
 nos hum caiz habil para o desembarque; deuse principio
 20 destas taõ necessarias obras, que naõ so ficaõ servindo p(ar)a
 o q(ue) referimos, mas tambem para Forte principal da de
 fença domar. Deuse principio tambem agrande
 Praça da Piedade par[a] nella as Tropas regulares, e
 Auxiliares fazerem os necessarios exercicios; todas estas o
 25 bras, estaõ incompletas e vagarozos os seus fins, pela falta de
 meyos, e forças, com q(ue) este fenado as posa terminar, por naõ
 chegarem os seus rendimentos a suprir estas taõ uteis e avul
 tadas despezas por ter outras igualmente crecidas como saõ
 ao pagar os foldos annuaes atrez f argentos mores, e
 30 hum Ajudante do 4º Regimento Auxiliares desta
 Capital, cujos foldos importaõ em 1:56 \$ 400 r(eis)
 Igualmente faz huma consignaçã pa
 ra sustentaçã dos expostos; apozentadorias del Ministros,
 e as mais despezas de Oficiaes do fenado, gastos de Procisoens
 35 e festividades publicas todas feitas em virtude [das] R[ea]es or

140 r

Ordens de V(ossa) Mag(estad)e p[ar]a terminar as obras
 expostas da Ruas, fortes, muros, cais dedezembarque, Pra
 ça do Comercio, e Praça dos exercicios Militares; roga
 aV(ossa) Mag(estad)e [...] facultar aeste Senado Licen
 05 ca dedespender pelo arbitrio dos Ex(celentissi)mos Capitaens Ge
 neraes aquela porsaõ ded(inhei)ro das 3^{as} quefor neces(a)r(i)a pa
 ra o fim das propostas eutilisimas obras principiadas por
 serem conservad[os] estes mesmos dinheiros das 3^{as} pelos
 Soberanos Monarchas desta Monarchia, nesta mes
 10 ma Capital p(ar)a estas mesmas redificaçoens eampliaçoens
 desta cidade, porq(ue) deoutra forte fenaõ podem finalizar
 pela indigencia, emq(ue) seve este Senado, q(ue) tem aplicado to
 das as suas forças eintereses posiveis amesma construção,
 para asim aformoziar, a beleza da Cidade, a defença della,
 15 e ficarem fupridas asnecesidades d[ames]ma população.

[rubrica]

Os Cidadaons persi eem nome do Po[vo] su
 plicação aV(ossa) Mag(estad)e sedigne conferir lhe agração que im
 ploraõ para asim chegarem aos ultimos fins defelices
 ehonrados Vassalos. DEOS guarde aV(ossa) Mag(estad)e
 20 Bahia em Camara 24 de Mayo de 1789 Joaõ
 Sodre Per(eir)a // afez escrever Nicolau Pedro Victoria de
 Mendonça // Prezid(ent)e// Jose deSá de Albuquerque //
 Pedro da Cunha Barb(o)za de Nasc(iment)os // Rodrigo Sodre Pe
 reira // Domingos Joze de Carvalho //

05 Reg(istr)o da Representaçã q(ue) faz o [Sen(ad)o] a
 S(ua) Mag(estad)e emq(ue) lhes pede o desp(ach)o das Supli
 cas p(ar)a despenderem do d(inhei)ro das 3^{as} com aobra
 do G(ene)ral eCorpo daguarda dasportas do Carmo
 emais obras principiadas.

Senhora Este Senado se felicitou o anno pasado em
 dar aV(ossa) Mag(estad)e a conta constante da Copia incluza Le
 tra A. : Acresce agora q(ue) noanno prez(ent)e estando conti
 nuando o mesmo Senado areedificaçã eampliaçã de
 hum predio Urbano dos proprios da Coroa de V(ossa) Mag(estad)e
 eo corpo daguarda situados na cid(ad)e alta as antigas por
 tas do carmo, q(ue) o Ex(celestissimo) D(outor)Rodrigo Joze de Menezes
 no tempo que foi Gov(ernad)or Cap(ita)m General mandou demolir p(ar)a ma
 yor segurança da cidade alta ebaixa, por estarem as d(it)as
 portas eparedã dellas, em hum morro deterra que em
 os annos decrecidas agoas com opezo Lançava pedaços do
 mesmo morro para sima da cidade baixa; para seguran
 ça destas ruinas mandou om(es)mo Ex(celestissimo) Gov(ernad)or e Cap(ita)m Gener(a)l
 dar principio ahum grande muro para segurança do di
 to morro, etambem da Cidade baixa de carregar edemolir
 o grande pezo doparedã, eportas, que eraõ inuteis adefeza
 da Cidade, eafermoziar aquelo fitio, que hé na Cidade alta,
 efazer huma Praça, e a Largar edicavar as ruas, para me
 lhor expedição do Publico: Nesta demolição entrou o
 Corpo da Guarda antigo, ealguma pequena parte dopredio
 dos proprios da Coroa de V(ossa) Mag(estad)e epor esta razaõ omes
 mo Ex(celestissimo) Gov(ernad)or e Cap(ita)m General ordeno[u] ao Senado houve
 se defabricao corpo daguarda, eefazer o dito predio acus
 ta dosbens do Senado, enafalta destes pelas 3^{as} : En
 trando noprez(ent)e anno aservirmos no exercicio de Cidadaons
 Vereadores e Procurador do Concelho, como naõ virmos [or]

Ve neste f(olha)139

- ordem expressa p(ar)a q(ue) V(ossa) Mag(estad)e mandase gastar das 3^{as} dinheiro algum, o Senado seachava impobrecido com despezas defontes, pontes, ecalçadas, mandamos p[ar]ar a [di]ta obra, ate q(ue) o Senado melhorase debens ou V(ossa) Mag(estad)e d[eter]
- 05 minase seconcluisse pelo redito das terças, por ser aquela obra dod(it)o predio muito em melhoramento dos predios proprios da Coroa deV(ossa) Mag(estad)e; eaoSenado naforma da Ley so lheser permitido fazer as despezas contempladas naordenação do L(ivr)o 1 t(it)ul)o 66 § 24 et(it)ul)o 58 § 43, epor esta razão
- 10 protestamos nunca pagar adita despe[za] pelos nosos bens, o que tudo consta dacopia do protesto junto Letra B. [rubrica]
- O D(out)or Juiz de Fora Prezidente do Senado, deo parate desta nosa rezolucaõ ao Ill(ustrissi)mo e Ex(celentissi)mo D(outor) Fernando Joze de Portugal actual Cap(ita)m Gener(a)l, e Gov(ernad)or desta Capitania, e
- 15 em efeito desta parte se servio o Ex(celentissi)mo Cap(ita)m Gener(a)l mandarnos a Portaria, deq(ue) vay a copia Letra C L(ivr)o de Veraçoens a f(olha)
- Ordenando, que secontinuase aobra por ser embeneficio da Coroa de V(ossa) Mag(estad)e pelos redditos das 3^{as}, eq(ue) seV(ossa) Mag(estad)e não aprovase este seo mandado, sepagaria ad(it)a obra pelos [be]ns
- 20 do Concelho, em cumprimento daqual protestamos pela obrigaçaõ denosos cargos, que secumprise a Portaria desua Ex(celen)cia, eq(ue) no cazo V(ossa) Mag(estad)e não aprovar a despeza dad(it)a obra pelas 3^{as} ficaria direito falvo [se]mpre ao Senado para haver o embolço dasua despeza, pelo melhoramento do dito,
- 25 predio, o q(ue) tudo consta do documento Letra D D(it)o L(ivr)o de Vereaç(o)e(n)s a f(olha)
- estaõ as ditas obras aterminase eesperansados emq(ue) A Real Attençaõ deV(ossa) Mag(estad)e providencee a favor do f ena do por ser aquela obra interessante só aos proprios da Coroa de V(ossa) Mag(estad)e Rogamos aV(ossa) Mag(estad)e sesirva embeneficio dopublico deferir nos as fuplicas juntas, com aquela pro-
- 30 [vid]en[cia] de [Jus]ti[ça] , comq(ue) [cos]tuma ben[efi]ciar aos seus vasalos eao publico, porque de outra sorte cesará o f enado com as acistencias de foldos, mantimentos e cavalos atrez-

- fargentos mores ehum Ajudante das Tropas auxiliares desta Cidade, eduzentos mil reis para a despeza da Criação dos Expostos. DEOS guarde a V(ossa) Magestade por muitos annos. Bahia em Camara 28
- 05 [de] Julho [de] 1789 Joaõ Sodre Pereira afez escrever Nicolau Pedro Victoria de Mendonca Prezidente Joze Diogo Gomes Ferraõ Castel branco // Simaõ Alvares da Silva // Antonio Joaquim Pires de Carv(alh)o eAlbuquerque // Thomaz Gomes Marinho da Gama //
- 10 Reg(is)t(r)o de hua Procurac(a)m bast(ant)e q(ue) o fen(ad)o pasou a Diogo Joze de Moraes Calado Advogado da fuplicac(a)m p(ar)a seo Proc(urad)or em L(isbo)a em 29 de Jan(eir)o de 1791
- 15 O D(out)or Juiz de Fora Vereadores e Proc(urad)or do fen(ad)o da camara desta cidade da B(ah)i)a escrit(urari)o 1^a Pelo presente Alvará de Procuração fazemos e constituimos em tu [do] n[oso] certo e bastante Procurador na Corte e Cidade de Lisboa do Reygno de Portugal a Diogo Joze de Moraes Ca
- 20 lado Advogado da fuplicação ao qual em geral eemparticular que com esta se achar poder alega[r] requerer defender apelar, agravar, e[m]bargar, confeçar, reclamar, contraditar convir, reconvir, dezistir, assignar termos, jurar em nossas Almas decalúnia asim decizoria como fupletoriamente, todo
- 25 o licito juramento quefizer abem de nosso direito ejustiça a signar emqual quer parte em nossos nomes todas as escripturas para aque lhe damos todos os poderes que pordireito nosso[s] concedidos euzará delles com Livre geral administração rezervando tam so mente para nós [to]da a[nova cita]
- 30 ção e poderá substabelecer esta em um ou em muitos Procuradores e revogalos parecendo lhes ficando [...]

2.5 Relação e classificação das abreviaturas

As abreviaturas sempre representaram uma dificuldade na leitura de documentos manuscritos quer para o editor de texto quer para o leitor não especializado. Àquele, no entanto, cabe a tarefa de interpretá-las cuidadosamente, oferecendo a estudiosos ou leitores diversos um levantamento cuidadoso de todas as palavras abreviadas, permitindo, assim, o acesso ao texto sem o perigo de leituras erradas das referidas palavras, que poderiam alterar o teor do texto. Dentre as dificuldades encontradas, destaca-se o fato de, num mesmo manuscrito, aparecerem formas abreviativas distintas para uma mesma palavra, permitindo uma multiplicidade de significados para uma mesma abreviatura.

Como exemplos de palavras abreviadas de formas distantes, a partir do *corpus* desta pesquisa, citam-se, para a palavra magestade, as seguintes abreviaturas encontradas no fólio 33 v : M(agestad)e, linha 8, e M(agesta)de, nas linhas 14, 24, 27 e 34. Já no fólio 141 r, é possível citar as seguintes ocorrências para a palavra Governador: Gov(ernad)or, na linha 14, e Gov(ernad)o(r), na linha 16.

A partir da tabela seguinte, poder-se-á verificar o número de abreviaturas em cada fólio, comprovando que, apesar da oscilação no quantitativo, a ocorrência das mesmas é freqüente em todos os manuscritos.

Figura 7 – Tabela demonstrativa de ocorrência de abreviatura por fôlio

FÓLIO	CONTRAÇÃO	SUSPENSÃO	LETRA SOBREPOSTA	TOTAL
30 r	-	15	32	47
30 v	01	12	31	44
31 r	-	21	30	51
31 v	01	15	35	51
32 r	01	08	24	33
32 v	01	14	26	41
33 v	-	25	35	60
34 r	-	18	36	54
34 v	01	12	26	39
35 r	-	10	43	53
35 v	-	11	35	46
37 r	-	17	27	44
37 v	-	14	37	51
38 r	-	10	40	50
38 v	-	10	16	26
39 r	-	07	04	11
39 v	-	06	05	11
40 r	-	08	10	18
40 v	-	01	05	06
45 r	-	13	14	27
45 v	-	01	01	02
139 r	-	09	10	19
139 v	01	04	03	08
140 r	-	07	14	21
140 v	-	10	28	38
141 r	-	21	37	58
141 v	-	02	16	18
TOTAL	06	301	620	927

Disponibilizar, portanto, a relação e a classificação de todas as abreviaturas facilitará não somente a leitura, mas também a compreensão do teor dos referidos manuscritos.

Figura 8 – Quadros de relação e classificação das abreviaturas

Fólio 30r

SUSPENSÃO

PALAVRA	LINHA(S)
f(olha)	13 (2x)
Porq(ue)	21
q(ue)	1, 7, 15, 26, 27, 28(2x) , 33
S(ua)	13, 17
V(ossa)	18, 19

LETRA SOBREPOSTA

PALAVRA	LINHA(S)
amiudam(en)te	23
antecedentem(en)te	2
B(ahi)a	19
Cid(ad)e	15, 18, 22
d(it)as	31
D(outo)r	7
esc(riv)am	6
Fran(cisc)o	9
geralm(en)te	26
impedim(en)to	6
incapacid(ad)e	27
infermid(ad)es	25
Jer(onym)o	5
Mag(esta)de	13, 17, 18
neccessi(dad)e	14
off(icia)es	18
P(erei)ra	5, 7
Propriet(a)r(i)o	6
provid(enci)a	29
q(ue)m	14
Reg(is)t(r)o	12, 13
S(enho)r	18
serv(iç)o	16, 19
Vasc(oncel)os	9
V(ers)o	14

Fólio 30v

CONTRAÇÃO

PALAVRA	LINHA(S)
r(ei)s	24

SUSPENSÃO

PALAVRA	LINHA(S)
Porq(ue)	11, 12
q(ue)	7, 13, 14, 18, 20, 26, 28 (2x), 31, 37

LETRA SOBREPOSTA

PALAVRA	LINHA(S)
atualm(en)te	36
Capacid(ad)e	31
Cid(ad)e	23
Cur(ad)or	26
delig(enci)as	19
Dez(em)bro	29
d(it)as	3, 19
d(it)o	17
D(outo)r	13, 26
Ferr(eir)a	14, 30
G(er)al	26
judicialm(en)te	17
Mag(esta)de	28
m(ui)tas	36
m(ui)to	35
necessi(da)de	6
off(icia)es	18
off(iciae)s	15
Oliv(ei)ra	14, 30
p(ar)a	14, 17, 34
prez(ent)e	32
Prezid(ent)e	13
prim(ei)ro	26
Prov(ed)or	33
q(uan)to	39

Fólio 31r

SUSPENSÃO

PALAVRA	LINHA(S)
f(olha)	20
q(ue)	1, 3, 4, 6 (2x), 8, 10 (2x), 15, 17, 21, 23, 24, 27, 29, 30, 33
V(ice)	14
V(ossa)	22, 25

LETRA SOBREPOSTA

PALAVRA	LINHA(S)
Attoug(ui)a	14
Cam(e)ra	16
Cid(ad)e	20
Cons(elh)o	26
d(it)o	22
d(it)os	6, 31
D(outo)r	27
Est(ad)o	15
Ex(cellentissi)mo	14, 35
faculd(ad)e	9
G(er)al	27
Ill(ustrissi)mo	14, 35
Mag(estad)e	22, 25
Magest(ad)e	34
mand(ad)o	15, 19
m(ui)ta	18
m(ui)tos	18
off(icia)es	20, 28
ordinariam(en)te	33
p(ar)a	20
Prov(ed)or	27
serv(iç)o	25
utilid(ad)e	18
verd(ad)e	29

Fólio 31 v

CONTRAÇÃO

PALAVRA	LINHA(S)
r(ei)s	24

SUSPENSÃO

PALAVRA	LINHA(S)
q(ue)	1, 3, 7, 9, 12, 15, 17, 22, 23, 25, 28 (2x), 30
V(ice)	1
V(ossa)	20

LETRA SOBREPOSTA

PALAVRA	LINHA(S)
Albuq(ue)r(qu)e	33
B(ahi)a	29
Cam(e)ra	29
Carv(alh)o	33
Cer(queir)a	31
Cid(ad)es	14
Cons(elh)o	4
delig(enci)as	11, 22
desp(ach)o	4
d(it)o	24
d(it)os	6
D(out)or	31
Est(ad)o	1
Ferr(eir)a	21
Fr(ancis)co	1, 33
gr(an)de	15
Jer(onym)o	29
Mag(esta)de	20, 28
M(ano)el	21
merecim(en)to	27
Oliv(ei)ra	21
p(ar)a	22, 26
ped(id)o	8
P(edr)o	31
Per(eir)a	29
serv(iç)o	5, 20, 28
V(iei)ra	33
8 ^{bro}	4, 29

Fólio 32 r

CONTRAÇÃO

PALAVRA	LINHA(S)
S(e)n(h)or	8

SUSPENSÃO

PALAVRA	LINHA(S)
q(ue)	2, 6, 15, 23 (2x), 26, 28
S(ua)	1

LETRA SOBREPOSTA

PALAVRA	LINHA(S)
c(apit)am	21
cid(ad)e	8, 21
Com(ar)ca	3, 22
d(it)a	5
d(it)as	20
d(it)o	16
D(out)or	3
emq(uan)to	5
g(ener)al	21
m(ui)tas	18
m(ui)to	27
Mag(esta)de	1
p(ar)a	12
P(rocurad)or	21
prim(ei)ro	23
Prov(ed)or	3
Provim(en)to	3, 23, 24, 33
Reg(is)t(r)o	1
suc[e]ssivam(en)te	27

Fólio 32 v

CONTRAÇÃO

PALAVRA	LINHA(S)
S(e)n(ho)r	20

SUSPENSÃO

PALAVRA	LINHA(S)
a(nnos)	9
q(ue)	3 (2x), 7, 17, 20, 23, 26, 28, 29, 31, 32
S(ua)	15
S(aõ)	21

LETRA SOBREPOSTA

PALAVRA	LINHA(S)
Cid(ad)e	22
Conc(elh)o	17
D(eo)s	9
d(it)as	30
d(it)os	5, 28
D(out)or	11
Esc(riv)am	10
Fran(cis)co	12, 21
g(uar)de	9
impedim(en)to	11
L(isbo)a	19
m(uito)s	9
m(ui)tos	31
Mag(esta)de	8, 15
necess(a)r(ias)	25
p(ar)a	17, 18, 23
p(ar)te	25
P(erei)ra	10, 12
Reg(is)tro	15
Tabern(ei)ros	18

Fólio 33 v

SUSPENSÃO

PALAVRA	LINHA(S)
a(nnos)	9
f(olha)	20
m(uitos)	9
q(ue)	1, 4, 6, 7, 8, 14, 23, 29, 30, 31(2x), 34, 35
S(ua)	8, 14
V(ice)	30
V(ossa)	3, 5, 8, 24, 27, 34

LETRA SOBREPOSTA

PALAVRA	LINHA(S)
Ar(auj)o	11
B(ahi)a	9
Cap(ita)m	4
Cid(ad)e	25
Conc(elh)o	7, 24
cumprim(en)to	35
D(it)a	1, 28
d(it)os	27
D(outo)r	10
Ex(celentissi)mo	30
Faz(en)da	24
Fr(ancis)co	12
Jer(onym)o	9, 11
L(ivr)o	20
M(a)g(estad)e	8
M(agesta)de	14, 24, 27, 34
m(er)ce	3, 5 (2x), 8
p(ar)a	21, 28 (2x)
P(erei)ra	10, 11
prez(ent)e	4
q(ue)m	23
Reg(is)tro	14
S(enh)or	19

34 r

SUSPENSÃO

PALAVRA	LINHA(S)
a(nnos)	32
m(uitos)	32
q(ue)	1, 3, 4, 5, 12, 15, 16, 18, 19, 26, 28, 29, 30
V(ossa)	1, 25, 32

LETRA SOBREPOSTA

PALAVRA	LINHA(S)
Ar(auj)o	35
augm(en)tos	11
B(ahi)a	32
cid(ad)e	15
conc(elh)o	7
D(eo)s	32
d(it)a	18
d(it)o	4
d(it)os	27
D(out)or	34
endevi(d)am(en)te	9
esc(ri)vam	33
Fr(ancis)co	35
g(uar)de	32
impedim(en)to	34
Jer(onim)o	33, 35
m(ui)ta	17
m(ui)tas	14
m(ui)to	8, 16
m(ui)tos	22
Mag(esta)de	1, 25, 32
necess(a)r(i)os	30
p(ar)a	9, 26, 27
P(erei)ra	33, 35
Primeiram(en)te	2
Propriet(a)r(i)o	34
q(uan)do	3
q(ue)m	9
sobred(it)as	19

Fólio 34 v

CONTRAÇÃO

PALAVRA	LINHA(S)
S(e)n(h)or	9

SUSPENSÃO

PALAVRA	LINHA(S)
q(ue)	3, 4, 5, 13, 18, 25, 26, 35
S(ua)	2
V(ice)	19
V(ossa)	12, 31

LETRA SOBREPOSTA

PALAVRA	LINHA(S)
conc(elh)o	07, 18, 25, 29
d(it)o	13, 26
d(it)os	22
esc(riv)am	6, 7, 17, 18
Ex(cellentissi)mo	18
m(er)ce	32
Mag(esta)de	2, 12, 31
off(ici)os	4, 14, 16
p(ar)a	3, 20
Port(ei)ros	7
q(ue)m	32
Reg(is)tro	2
rendim(en)to	22
sobred(it)os	33

Fólio 35 r

SUSPENSÃO

PALAVRA	LINHA(S)
a(nnos)	4
m(uitos)	4
q(ue)	11, 14, 17, 24, 28, 30, 34
S(ua)	11

Fólio 35 r (continuação)

LETRA SOBREPOSTA

PALAVRA	LINHA(S)
Ar(auj)o	8
Cid(ad)e	16, 26, 35
Comp(anhi)a	31
conv(en)tos	30
D(eo)s	4
d(inhei)ro	13
d(it)o	30
d(it)os	27
D(outo)r	7
eng(en)hos	25
esc(riv)am	6
Fran(cis)co	8
fr(e)g(uesi)as	17
gr(an)de	34
g(uar)de	4
Igr(ej)as	33
impedim(en)to	6
Jer(onym)o	5, 7, 8
Mag(esta)de	2, 11
mantim(en)tos	23
m(ui)tas	24, 33
m(ui)to	34
P(adr)es	31
p(ar)a	13, 15, 21, 23
p(ar)te	22
P(erei)ra	6, 8
principalm(en)te	27
quotidianam(en)te	26
Reg(is)t(r)o	11
S(an)to	17
S(enho)r	16
seq(ue)r	2
3 ^{as}	13

Fólio 35 v

SUSPENSÃO

PALAVRA	LINHA(S)
a(nnos)	28
m(uitos)	28
Porq(ue)	24
q(ue)	4, 7, 21, 24, 26, 28
V(ossa)	24, 27

LETRA SOBREPOSTA

Ar(auj)o	31
B(ahi)a	28
Cid(ad)e	1, 21
comp(anhi)a	12
Conc(elh)o	22
D(eo)s	28
d(inhei)ro	8, 22, 26
d(it)a	2
d(it)o	19
d(it)os	12
D(out)or	31
esc(riv)am	29
Franc(is)co	32
gr(an)de	15
g(uar)de	28
impedim(en)to	30
Jer(onym)o	29, 31
Mag(esta)de	24, 27
mayorm(en)te	5
m(er)ce	25
m(ui)tas	17
m(ui)to	10
P(adr)es	12
p(ar)a	8, 27
p(ar)te	15
P(erei)ra	29, 31
Propriet(ar)(i)o	30
sobred(it)os	18

Fólio 37 r

SUSPENSÃO

PALAVRA	LINHA(S)
a(nnos)	17
m(uitos)	17
q(ue)	3, 5, 8, 9, 11 (2x), 15, 17, 25, 27
S(ua)	24
V(ice)	27
v(ossa)	4, 12, 17

LETRA SOBREPOSTA

PALAVRA	LINHA(S)
cid(ad)e	9, 30
D(outo)r	20
depend(enci)as	14
Esc(riv)am	19
Fran(cis)co	21
g(uar)de	17
m(er)ce	4, 12, 17
Mag(esta)de	24
p(ar)a	4, 5, 9, 10, 29, 32, 34
p(ar)te	7
P(erei)ra	19, 20
q(ue)m	12
Reg(is)t(r)o	24
rendim(en)to	26
requerim(en)tos	3
sobred(it)as	14
S(enho)r	30

Fólio 37 v

SUSPENSÃO

PALAVRA	LINHA(S)
D(om)	19, 23
q(ue)	2, 7, 11, 16, 23, 25, 27, 32, 34, 37
V(ice)	30
V(ossa)	37

LETRA SOBREPOSTA

PALAVRA	LINHA(S)
cid(ad)e	6, 29
conc(elh)o	8, 23, 27
continuam(en)te	10
d(inheir)o	32
d(it)a	35
d(it)as	16, 22
d(it)o	22, 23, 32
Ex(celestiss)imo	30
gr(an)des	7
m(ui)to	6, 11
m(ui)tos	15
Mag(esta)de	19, 37
necessid(ad)e	16
p(ar)a	2, 11, 21, 33
p(ar)te	13
p(ar)tes	2
rendim(en)to	20, 23
Requerim(en)to	26
Resol(uç)am	22
S(an)ta	20
S(enho)r	19, 22, 23
t(e)r(m)os	28
Cap(it)am	31

Fólio 38 r

SUSPENSÃO

PALAVRA	LINHA(S)
a(nnos)	16
m(uitos)	16
p(or)q(ue)	13
q(ue)	1, 5, 6, 31
V(ice)	13
V(ossa)	4, 15

LETRA SOBREPOSTA

PALAVRA	LINHA(S)
Cap(it)am	25
cid(ad)e	6, 28, 33
conc(elh)o	9
conformid(ad)e	9
D(eo)s	16
d(inhei)ro	3
d(it)a	12
d(it)o	3, 7, 11 (2x),
D(out)or	19
Esc(riv)am	17
Ex(celentissi)mo	13, 31
Fran(cis)co	20
g(uar)de	16
impedim(en)to	18
Jer(onym)o	17
L(isbo)a	23
m(ui)to	7
Mag(esta)de	4, 15, 27
p(ar)a	15
p(ar)te	15, 30
P(erei)ra	17, 19
P(rocura)dor	22
procedim(en)tos	28
Propriet(ar)i)o	18
q(ue)m	34
Reg(is)t(r)o	22
rendim(en)to	11
requerim(ent)o	11, 24
S(enhor)	25

Fólio 38 v

SUSPENSÃO

PALAVRA	LINHA(S)
a(nnos)	11
m(uitos)	11
q(ue)	9, 15, 16, 19, 22, 28
V(ossa)	5, 11

LETRA SOBREPOSTA

PALAVRA	LINHA(S)
cid(ad)e	18, 19
Conc(elh)o	6, 11
D(eo)s	11
d(it)o	9, 30
g(uar)de	11
M(er)ce	5, 11
Mag(esta)de	16
p(ar)a	9, 16, 29
q(ue)m	1
Reg(is)t(r)o	15

Fólio 39 r

SUSPENSÃO

PALAVRA	LINHA(S)
q(ue)	13, 24, 26, 27, 30, 33
f(olha)	3

LETRA SOBREPOSTA

PALAVRA	LINHA(S)
d(it)o	6
Livrem(en)te	16
Mag(esta)de	1, 19

Fólio 39 v

SUSPENSÃO

PALAVRA	LINHA(S)
q(ue)	4, 8, 12 (2x), 25
S(ancto)	34

LETRA SOBREPOSTA

PALAVRA	LINHA(S)
Mag(esta)de	19, 22, 27, 33
q(ue)m	22

Fólio 40 r

SUSPENSÃO

PALAVRA	LINHA(S)
porq(ue)	18
q(ue)	1, 4, 15, 17, 19, 23, 26

LETRA SOBREPOSTA

PALAVRA	LINHA(S)
d(it)o	20
Finalm(en)te	13
igualm(en)te	5
injustam(en)te	27
m(ui)tas	19
Mag(esta)de	6, 14
necessariam(en)te	23
p(ar)a	4, 9

Fólio 40 v

SUSPENSÃO

PALAVRA	LINHA(S)
q(ue)	2

LETRA SOBREPOSTA

PALAVRA	LINHA(S)
m(ui)to	13, 14
Mag(esta)de	14
p(ar)a	1, 8

Fólio 45 r

SUSPENSÃO

PALAVRA	LINHA(S)
f(olha)	entre as linhas 11 e 12, 13 e entre as linhas 15 e 16
Porq(ue)	15
q(ue)	1, 13, 19, 23, 24, 31
S(am)	8, 12
S(ua)	6

LETRA SOBREPOSTA

PALAVRA	LINHA(S)
conced(id)os	1
Jan(ei)ro	3
L(ivr)o	11, entre as linhas 11 e 12, 14
m(esm)a	1
m(esm)as	2
m(ui)to	31
Mag(esta)de	7
P(adr)es	7
p(ar)a	1, 18, 23
Reg(is)t(r)o	6

Fólio 45 v

SUSPENSÃO

PALAVRA	LINHA(S)
q(ue)	10

LETRA SOBREPOSTA

PALAVRA	LINHA(S)
Reg(is)t(r)o	10

Fólio 139 r

SUSPENSÃO

PALAVRA	LINHA(S)
q(ue)	1, 2, 4, 6, 24
V(ossa)	2, 7, 10, 19

LETRA SOBREPOSTA

PALAVRA	LINHA(S)
Ex(cellentissi)mos	24
Mag(estad)e	2, 7, 10, 19
necess(ari)a	3
p(ar)a	25, 31
Reg(is)t(r)o	1
3 ^{as}	3

Fólio 139 v

CONTRAÇÃO

PALAVRA	LINHA(S)
r(ei)s	31

SUSPENSÃO

PALAVRA	LINHA(S)
q(ue)	6, 17, 21, 26

LETRA SOBREPOSTA

PALAVRA	LINHA(S)
naturalid(ad)e	12
p(ar)a	20
4 ^o	30

Fólio 140 r

SUSPENSÃO

PALAVRA	LINHA(S)
Porq(ue)	11
q(ue)	12 (2x)
V(ossa)	1, 4, 17, 19

LETRA SOBREPOSTA

PALAVRA	LINHA(S)
Barb(o)za	23
d(inhei)ro	6
Ex(cellentissi)mos	5
Mag(estad)e	1, 4, 17, 19
Nasc(iment)os	23
neces(sa)r(i)a	6
p(ar)a	10
Per(eir)a	21
Prezid(ent)e	22
3 ^{as}	6, 8

Fólio 140 v

SUSPENSÃO

PALAVRA	LINHA(S)
D(outor)	12
f(olha)	8
q(ue)	1, 2, 8, 12
S(ua)	2
V(ossa)	7, 10, 26

LETRA SOBREPOSTA

PALAVRA	LINHA(S)
Cap(ita)m	13, 18, 27
Cid(ad)e	11
desp(ach)o	2
d(inhei)ro	3
d(it)as	14
Ex(cellentissi)mo	12, 18, 27
G(ene)ral	4
Gener(a)l	18
Gov(ernad)or	13, 18, 27
Mag(estad)e	2, 7, 10, 26
m(es)mo	18
p(ar)a	3, 13
prez(ent)e	8, 30
Reg(istr)o	1
Sen(ad)o	1
3 ^{as}	3, 29

Fólio 141 r

SUSPENSÃO

PALAVRA	LINHA(S)
D(outor)	13, 17
f(olha)	12, 26
q(ue)	1, 4, 16, 18, 22, 25, 26, 31
V(ossa)	1, 4, 7, 18 (2x), 22, 27, 29 (2x)

LETRA SOBREPOSTA

PALAVRA	LINHA(S)
Cap(ita)m	14, 15
d(it)a	19, 22
d(it)o	6, 25
D(out)or	12, 13
Ex(celen)cia	22
Ex(cellentissi)mo	13, 15
Gener(a)l	14, 15
Gov(ernad)o(r)	16
Gov(ernad)or	14
Ill(ustrissi)mo	13
L(ivr)o	9, 11, 16, 25
Mag(estad)e	1, 4, 7, 18 (2x), 22, 27, 29 (2x)
p(ar)a	1
t(i)t(ul)o	9 (2x)
Vereaç(o)e(n)s	26
3 ^{as}	1, 18, 23
8 ^o	16

Fólio 141 v

SUSPENSÃO

PALAVRA	LINHA(S)
q(ue)	11
V(ossa)	3

LETRA SOBREPOSTA

PALAVRA	LINHA(S)
B(ahi)a	16
bast(ant)e	10
Carv(alh)o	8
D(out)or	15
escrit(urari)o	16
Jan(eir)o	14
L(isbo)a	14
p(ar)a	13
Procurac(a)m	10
Proc(urad)or	13, 15
Reg(is)t(r)o	10
Sen(ad)o	11, 16
suplicac(a)m	13
1 ^a	16

Nos documentos editados, foi encontrado um total de 927 abreviaturas, sendo 6 ocorrências por contração (0,64%) - aquelas em houve a supressão de letras mediais -, 301 ocorrências por suspensão (32,47%) - quando há a supressão de elementos finais do vocábulo -, e 620 (66,89%) ocorrências por letra sobreposta - pequenas letras sobrepostas nas abreviaturas para marcar a ausência da sílaba como também para indicar a terminação do vocábulo. Após este levantamento total, as abreviaturas foram agrupadas por carta, obtendo-se o quantitativo seguinte.

Figura 9 – Quadro do quantitativo de abreviaturas por carta

CARTA	FÓLIOS	TOTAL DE ABREVIATURAS
CSSM1	30 r , 30 v, 31 r e 31 v	181
CSSM2	32 r e 32 v	48
CSSM3	33 v, 34 r e 34 v	86
CSSM4	34 v e 35 r	70
CSSM5	35 r e 35 v	72
CSSM6	37 r, 37 v e 38 r	78
CSSM7	38 v, 39 r, 39 v, 40 r e 40 v	58
CSSM8	45 r e 45 v	16
CSSM9	139 r, 139 v, 140 r	48
CSSM10	140 v, 141 r, 141 v	98
	TOTAL	755

O total de abreviaturas apresentado no quadro acima é inferior ao quantitativo de 927 ocorrências anteriormente apresentado, uma vez que, no referido quadro, constam apenas as abreviaturas referentes às cartas selecionados para estudo nesta pesquisa.

Como o lançamento das cartas no livro de registro foi feito por escrivães distintos, uma vez que se identificaram traçados de letras diferentes, os referidos manuscritos foram reunidos em

quatro grupos, a saber: grupo 1, composto por CSSM1, grupo 2, reunindo a CSSM2, CSSM3 e CSSM4, grupo 3, formado por CSSM5, CSSM6, CSSM7 e CSSM8, e, finalmente, grupo 4, que reúne a CSSM9 e a CSSM10. No grupo 1, encontraram-se 181 abreviaturas; no grupo 2, 204; no grupo 3, um total de 224, e, finalmente, no grupo 4, 146 ocorrências.

Observa-se, finalmente, que, considerando o quantitativo de abreviaturas e o número de fólios de cada grupo, é possível afirmar que o emprego de abreviaturas ainda era uma prática dos escrivães, o que caracteriza, portanto, a escrita da época.

3 A ARGUMENTAÇÃO NA RELAÇÃO COLÔNIA-METRÓPOLE NO SÉCULO XVIII

Em virtude da distância geográfica entre a Colônia e a Metrópole e a constante necessidade de contato entre ambas, pois, apesar de as Câmaras Municipais, muitas vezes, legislarem independentemente das autorizações vindas de Portugal, constata-se, pelo grande número de correspondências produzidas pelos Órgãos responsáveis pela administração municipal, que os camaristas necessitavam de um respaldo legal para seus atos, uma vez que, diante da disputa de poder entre os “homens-bons” e os representantes de Portugal, nem sempre as relações administrativas nos municípios eram pacíficas.

Nesta relação, destaca-se a importância da argumentação, tendo em vista que a palavra era, talvez, o maior recurso de que dispunham os camaristas. Mesmo considerando que a argumentatividade está inscrita na linguagem, a intenção de quem fala, que manifestada na e pela linguagem como, por exemplo, as imagens criadas de si e do outro, as escolhas lexicais, a forma de organização dos argumentos, também são imprescindíveis para a obtenção do êxito desejado.

Conhecer, portanto, estes processos argumentativos, a partir das edições estabelecidas nos documentos que compõem o *corpus* desta pesquisa, é um grande auxílio não somente ao conhecimento da língua do século XVIII, mas também para uma maior compreensão do comportamento e da mentalidade da época, pois é através do seu discurso que o homem interage socialmente.

3.1 A Subjetividade e as condições de produção do discurso

As reflexões em torno da subjetividade sempre ocuparam um lugar de destaque entre os filósofos desde a Antigüidade Clássica até os dias atuais, embora com enfoques diferentes. Para os filósofos gregos, o princípio de tudo era o Ser, compreendido como algo exterior ao homem, um ponto fixo fora dele, de onde todas as coisas tinham o seu sentido.

Com o princípio da filosofia de Descartes “Penso, logo existo”, no século XVII, percebe-se um deslocamento do princípio grego de um ponto fixo situado no Ser, fora do homem, para o seu interior, ou seja, uma certa tendência ao subjetivismo. Subjetividade e interioridade estão, neste momento, intimamente ligadas; a consciência, instância interior de percepção, ocupa, então, o lugar do Ser. No pensamento cartesiano, a verdade passa a ser produzida a partir desta percepção que o homem tem de si próprio e não mais apenas reconhecida. Sujeito e objeto tornam-se termos independentes. É o sujeito, a partir da representação, quem vai conferir sentido ao objeto.

Segundo Brandão (1998, p. 35),

A noção de representação é entendida como uma operação por meio da qual “o sujeito se apropria do objeto, de algo que lhe é heterogêneo e, convertendo-o em idéia, torna-se homogêneo à consciência”. Do *Ser* (imane) do filósofo grego, passa-se para a *consciência*, a certeza primeira, fonte das demais.

Com a dialética, no século XVIII, Hegel critica a idéia de representação do pensamento cartesiano e esta noção de subjetividade é abalada, uma vez que esta passa a ser entendida não como uma identidade, mas como algo que se constrói na relação que o homem mantém com o outro.

Com a descoberta do inconsciente, Freud irá contribuir com a idéia de descentramento do sujeito, uma vez que o inconsciente pode, às vezes, dizer algo que o ego não quer.

Posteriormente, o pensamento marxista também contribuirá com esta concepção do sujeito social, que será, inclusive, uma das reflexões do filósofo russo Mikhail Bakhtin em *Marxismo e filosofia da linguagem* ([1929] 1997).

Foucault (1997) vai estudar o homem nas suas diversas práticas discursivas. Em seus estudos, contesta uma concepção do sujeito enquanto instância fundadora da linguagem. O sujeito é atravessado por múltiplos discursos, compreendido como um campo de regularidades no qual as diversas formas de subjetividade podem se manifestar. Para este filósofo, a subjetividade não está numa origem, mas num movimento contínuo, cuja construção é um processo constante e historicamente regulado. Para ele, há uma dispersão do sujeito, através da qual este poderá tomar diferentes posições, cuja identidade resulta de processos de identificação.

Duas importantes contribuições para as pesquisas em torno da história da subjetividade são os cursos *Subjetividade e Verdade* (1980-1981) e *Hermenêutica do Sujeito* (1981-1982) ministrados no Collège de France. Neles, Foucault realiza um estudo das diferentes maneiras em que os homens, em nossa cultura, constroem um saber sobre eles mesmos, isto é, como a

subjetividade é constituída, destacando, neste processo, a importância das “técnicas de si”, que são, segundo o autor (1997, p.109),

Os procedimentos, que, sem dúvida, existem em toda civilização, pressupostos ou prescritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins, e isso graças a relações de domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si.

Para uma compreensão da constituição da subjetividade, Foucault (1986) demonstra como esta se desenvolveu em atitudes, em modos de comportamentos, tornando-se uma prática social que resultava em relações inter-individuais. Ele chama a atenção para a importância que **o cuidado de si** tinha para os gregos, uma vez que representava um dos grandes princípios das cidades, ou seja, uma das regras de conduta não só da vida social mas também da vida pessoal, na qual a *askesis*, um conjunto de práticas pelas quais o indivíduo pode obter, assimilar e transformar a verdade num princípio de ação permanente, também seria um processo de construção da subjetividade. O sujeito, então, não é uma essência fixa, acabada, ele se constitui na experiência e através de práticas e técnicas.

Uma prática que demonstra a importância da escrita no processo de constituição da subjetividade para os gregos são as escritas pessoais, às quais denominavam *hypomnemata*, isto é, notas de leituras, das reflexões que se ouvem ou que se fazem a si mesmo.

Apesar de não ser lingüista, mas filósofo, as colocações de Foucault foram fundamentais para os estudos lingüísticos que visam ao discurso. Todos os discursos, para ele, são perpassados pela noção de subjetividade. A construção de um objeto do saber deve levar o pesquisador a interrogar seu próprio discurso e sobre suas regras de formação. Em sua obra *Arqueologia do saber* ([1969] 2002) ele apresenta definições para discurso, formação discursiva, enunciado, enunciação, função enunciativa - conceitos essenciais para a Análise do Discurso (AD).

Foucault ([1969] 2002) concebe os discursos como uma dispersão, isto é, eles são formados por elementos que não têm nenhuma ligação por nenhum princípio de unidade. Por isso, defende a existência de regras de formação que possibilitariam a determinação dos elementos que constituem o discurso. Estas regras que determinam uma formação discursiva apresentam-se como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias. São elas que permitem a passagem da dispersão para a unidade. Dentre as características que Foucault atribui ao enunciado, destaca-se a relação deste com seu referencial (aquilo que o enunciado enuncia). Diz respeito à relação do enunciado com seu sujeito. Foucault é contra a concepção idealista do sujeito: este não é instância fundadora da linguagem. É uma função vazia, um espaço a ser preenchido por indivíduos.

Além de constituir um dos grandes centros das discussões filosóficas, a questão da subjetividade também se transformou em uma preocupação nos estudos lingüísticos, especialmente aqueles que tratam da questão do discurso.

O lingüista Émile Benveniste, a partir da Teoria da Enunciação, é um dos primeiros estudiosos preocupados com a questão da subjetividade na linguagem, pois sua teoria apresenta uma maior preocupação com o ato de produção do enunciado.

Segundo Benveniste ([1966] 1976, p.284-293), “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’”. Para ele, a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso. E para que o eu se instale, é preciso a presença do tu. Posições que, num processo de comunicação, se alternam. O eu é a pessoa subjetiva, fonte da enunciação, e o tu a não-subjetiva.

Apesar de Benveniste reconhecer uma posição de superioridade do eu sobre o tu, afirma que um não existe sem o outro.

Opondo-se ao eu o e ao tu, que têm a marca de pessoa, há ainda o ele, a não-pessoa, por não se referir a nenhum indivíduo específico, por representar alguém que está fora do discurso. Portanto, o centro da enunciação está no EGO, ou seja, a subjetividade se constrói quando se tem a capacidade de dizer eu. Apesar de se constatar uma concepção social nos seus estudos, o que fica mais evidente é a concepção subjetiva do sujeito, visto que a enunciação é entendida como um ato individual de utilização, de apropriação da linguagem.

Apesar de a Análise do Discurso retomar o conceito de subjetividade de Benveniste, a unicidade do sujeito da enunciação vai ser questionada, defendendo-se uma visão histórica do sujeito, isto é, o sujeito fala de um determinado lugar e num determinado tempo. Esta noção de sujeito histórico está diretamente ligada à de sujeito ideológico, visto que o sujeito, representante consciente ou inconsciente do discurso social, ao produzir o seu discurso, além de considerar o outro, apropria-se de outros discursos.

Bastante citado pela Análise do Discurso de linha francesa, Bakhtin³², em sua obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, publicada em 1929, ao afirmar que

“a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social de interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações”

³² Observa-se que os trabalhos de Bakhtin chegam à França na década de 60.

já defendia, nos anos 20, a presença da polifonia no interior de um enunciado, contrariando o “subjativismo individualista” que seria defendido por Benveniste, na década de 50, em sua teoria da enunciação. Deste modo, não só o locutor é responsável pelo sentido do discurso. O ato da comunicação é também responsabilidade do interlocutor.

Esta questão da polifonia vai ser retomada por Ducrot ([1984]1987), no seu “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”, para também contestar a tese de unicidade do sujeito falante, defendendo a tese de atribuição à origem da enunciação a um ou vários sujeitos, assim como a necessidade de distinção entre sujeito-locutor e sujeito-enunciador.

Segundo Ducrot ([1984]1987, p.182), o locutor é “um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade desse enunciado”, enquanto que os enunciadores são, de acordo com o autor,

seres que são considerados como se expressando através da enunciação sem que para tanto se lhes atribuam palavras precisas; se eles “falam” é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não no sentido material do termo, suas palavras. ([1984]1987, p.192)

Ainda sobre o Locutor, este autor também faz a distinção entre o locutor enquanto tal, o responsável pela enunciação, representado por (L), e o locutor enquanto ser no mundo (λ), aquele responsável pela origem do enunciado.

Segundo Pêcheux ([1975] 1997), um dos fundadores da AD, não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido.

O discurso é uma prática social determinada por uma formação ideológica e, ao mesmo tempo, lugar de elaboração e de difusão da ideologia. Essa definição fundamenta-se na distinção entre língua e discurso, entretanto não se pode deixar de considerar que a língua não possui caráter neutro em oposição à condição ideológica do discurso. Sabe-se que, ao contrário, no sistema da língua imprimem-se, historicamente, as marcas ideológicas do discurso. A diferença é que enquanto na língua as modificações processam-se lentamente, no discurso transparecem as mais sutis alterações da existência social (BAKHTIN, [1929] 1997, p. 31-47).

Entendendo por argumentação o esforço despendido pelo locutor para conduzir o raciocínio do alocutário a uma determinada conclusão, permite-se considerar a linguagem como um ato interativo entre dois seres do discurso, cujas intenções argumentativo-persuasivas sobrepõem-se às funções expositivas e informativa da linguagem.

Assim, o caráter social da linguagem é também a manifestação de uma ideologia que, no discurso, está condicionado às condições de produção (CP): o locutor fala de um lugar social, numa conjuntura sócio-histórica, que estabelece o que pode e deve ser dito, e, assim, constitui-se sujeito no discurso.

Coube a Pêcheux ([1975], 1997) estabelecer esta noção de Condições de Produção ao considerar os protagonistas do discurso não a presença física de “organismos humanos individuais”, mas a representação de “lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujo feixe de traços objetivos característicos pode ser descrito pela sociologia.”

Assim, pode-se afirmar que nenhum discurso é neutro e, também, que nele o sujeito apropria-se de outros discursos. Este interdiscurso é o que a AD chama de memória discursiva, isto é, a apropriação do já-dito para a construção do seu discurso. Portanto, todo discurso é construído a partir da memória (interdiscurso) e sua atualização (intradiscurso).

Todo este processo de construção do discurso passa pelo esquecimento, que, segundo Pêcheux ([1975], 1997), deve ser distinguido em duas formas: o esquecimento da ordem da enunciação, a partir de processos parafrásticos, e o esquecimento ideológico, quando o sujeito é afetado inconscientemente pela ideologia, acreditando ser a origem do que está dizendo, quando, na verdade, apenas retoma outros discursos.

Eni Orlandi (2001, p.36) classifica-o como processos parafrásticos – aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória, e como processos polifônicos, o deslocamento, ruptura de processos de significação.

Uma vez que a linguagem passa a ser estudada não somente como formação lingüística, que exige do falante uma competência lingüística, mas também como formação ideológica, que exige do falante uma competência sócio-ideológica, discurso e ideologia são conceitos que passam a ser articulados. Segundo Brandão (1997, p.37), o discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza, isto é, é um dos aspectos materiais da “existência material” das ideologias.

Também importantes são as noções de formação discursiva – conjunto de enunciados marcados pelas mesmas regularidades, pelas mesmas “regras de formação”, e que determina “o que pode ser dito”, a partir de um lugar historicamente determinado – e formação

ideológica – conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas dizem respeito, mais ou menos diretamente, às posições de classe em conflito uma com as outras.

3.2 Breve esboço da evolução dos estudos retóricos

Desde a Antigüidade Clássica até os nossos dias, os estudos sobre a linguagem têm merecido, de formas diversas, a atenção de vários estudiosos.

Aristóteles ([séc.IV a.C.], 1998), um dos pilares do conhecimento científico ocidental, já preconizava as múltiplas potências da linguagem, ou seja, já a considerava como lugar privilegiado para o acontecimento e aparecimento do real, como elo de comunicação sem o qual não se fundariam as cidades nem haveria o jogo político dos cidadãos livres, assim como o terreno constituidor da cultura. A Retórica já visava descobrir os meios que podem levar à persuasão de um determinado auditório, não através da verdade, mas através do verossímil ou do provável, pressuposto retomado por Perelman e Olbrechts-Tyteca no Tratado da Argumentação: a nova retórica ([1958], 1996).

Ao descrever as condições necessárias da produção do discurso, Aristóteles ([séc.IVa.C],1998) ressalta que à Retórica não interessa o conteúdo, ou seja, as idéias do orador e, sim, os meios por este utilizados para a adesão das idéias por parte do ouvinte.

A técnica retórica de Aristóteles ([séc.IV a.C], 1998) consiste num dos principais recursos persuasivos dos quais se vale o orador para convencer o auditório. Os meios de persuasão classificam-se em técnicos - aqueles que o próprio orador inventa para incorporar a sua própria argumentação e que se repartem por três grupos: *ethos* (o caráter do orador – elemento fundamental, pois uma pessoa íntegra ganhará mais facilmente a confiança do auditório. Esta impressão que o auditório terá do orador não representa necessariamente o seu caráter real, mas a impressão que o orador dá de si mesmo para adquirir a confiança de seu auditório), *páthos* (a emoção que o orador conseguir promover nos seus ouvintes pode ser determinante na decisão a favor ou contra a tese defendida) e *lógos* (a parte mais importante da oratória, pois constitui o discurso argumentativo) - e não-técnicos – aqueles que existem independentemente do orador: leis, tratados, testemunhas, documentos etc.

O filósofo grego distingue em três tipos os discursos retóricos, de acordo com o objetivo do orador: o discurso judiciário (voltado para o passado, procurando acusar ou defender em relação aos atos mostrados como justos ou injustos, é o discurso típico dos tribunais), o discurso epidítico (voltado para o presente, é o discurso comemorativo) e o discurso deliberativo (voltado para o futuro, procura persuadir ou dissuadir em relação a algo a ser feito, é o discurso técnico, político etc).

Na Retórica aristotélica, como afirma Osakabe (1979, p.141), “o caráter do orador é colocado em ação pela fala, isto é, enquanto orador, a fala é o único meio válido para que possa atingir sua finalidade de persuadir.”

Assim, pela linguagem, o homem não apenas conhece o mundo mas também age como ser livre, pensante e político.

De Aristóteles até os nossos dias, os estudos retóricos nem sempre tiveram a mesma importância.

Durante o Império romano, sobre os estudos retóricos, destacam-se a publicação do mais antigo tratado de Retórica latina *Rethorica ad Herenium*, de Cícero, e *De Institutione Oratoria*, de Quintiliano, a quem coube o título de pedagogo da retórica aristotélica.

Na Idade Média, a Retórica começa a perder seu prestígio intelectual, sendo reduzida à disciplina escolar.

No século XIX, entendida como a arte de fazer versos, é absorvida pela literatura e considerada ultrapassada.

Na atualidade, Perelman e Olbrechts-Tyteca com o *Tratado da Argumentação* ([1958], 1996) revalorizam a Retórica antiga, concebendo-a como a Nova Retórica, em que o discurso visa convencer ou persuadir qualquer auditório a favor ou contra determinada tese.

Outros estudos atualmente também têm dedicado especial interesse pelo ato discursivo. Nessa perspectiva, está a Análise do Discurso que, segundo Orlandi (2001, p.15), “concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social”. Considerando-se o discurso a materialização entre o ideológico e o lingüístico, é nele que o homem torna-se sujeito, não apenas histórico, mas representante do discurso social. Logo, a noção de sujeito assume um papel de destaque neste novo modelo de estudo da linguagem, a qual passa a ser um importante lugar de construção da subjetividade, conforme observou-se anteriormente.

3.3 A Nova Retórica

Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca ([1958], 1996) estão entre os pioneiros³³ na reabilitação da Retórica. Se a Retórica antiga tinha como objeto a arte de falar em público de modo persuasivo, ou seja, referia-se ao uso da linguagem oral, do discurso, esta Nova Retórica não privilegia a unicidade da linguagem, aceitando o seu pluralismo, tanto nos valores morais como nas opiniões.

Nessa Nova Retórica, o estudo da argumentação, ao visar à aceitação ou à rejeição de uma determinada tese, assim como às condições de sua apresentação, não se limita à recuperação e revalorização da Antiga Retórica. Enquanto Aristóteles distinguia dialética e retórica, esta como sendo o conjunto de técnicas de que dispõe um orador e aquela como o estudo dos argumentos utilizados numa controvérsia ou numa discussão com um único orador, a Nova Retórica rompe com esta distinção à proporção que passa a dizer respeito aos discursos dirigidos a qualquer tipo de auditório, isto é, aquele a quem se dirige a argumentação.

Nos diversos planos do cotidiano, muitas são as situações de comunicação que têm como objetivo conseguir que uma pessoa adote um determinado comportamento ou simplesmente partilhe de uma opinião.

Todo discurso tem um contexto e, conseqüentemente, um auditório para o qual ele é dirigido.

A relação que se estabelece entre orador e auditório é essencialmente retórica, visto que a adaptação ao auditório é uma condição para a persuasão.

³³ Entre os pioneiros está Stephen Toulmin, que publicou, em 1958, o livro *The uses of Argument* pela Cambridge University, que não é utilizado neste trabalho.

À argumentação, é necessária a adesão do interlocutor, seja pelo seu consentimento seja pela sua participação mental. Deve haver, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 1996, p.16), um contato intelectual entre o orador e o auditório, ou seja, é preciso um “acordo” prévio entre o orador e o auditório. Este acordo entre o orador e o auditório está relacionado ao que mutuamente se concebe e admite entre ambos, exprimindo-se, assim, nas premissas da argumentação. Vale ressaltar que a finalidade da argumentação não é provar a verdade da conclusão a partir da verdade das premissas, mas a sua adesão. Não se preocupar com a adesão do auditório às premissas do discurso pode representar o fracasso da argumentação, porque a adesão pressupõe consenso.

Deste modo, o orador seleciona as premissas que conduzirão o seu auditório à adesão do que será exposto, pois sem premissas acordadas, explícita ou implicitamente, não há possibilidade de argumentação.

Nas cartas enviadas pelo Senado da Câmara, durante o período colonial, à Corte Portuguesa, que compõem o *corpus* de análise desta pesquisa, observa-se que os membros da Câmara tinham uma preocupação com o estabelecimento de um acordo com Sua Majestade, pois sempre iniciavam seus discursos declarando serem fiéis representantes do seu auditório, o Rei ou a Rainha.

Qualquer acordo está fundamentado em duas categorias: a relativa ao real – os fatos, as verdades e as presunções – e a relativa ao preferível - os valores, as hierarquias e os lugares do preferível. Dificilmente o orador atingirá seu objetivo se não houver algum acordo sobre o que seja o real. Compreendendo aqui por real apenas o que um auditório acredita ou simplesmente entende ser real.

Quanto aos fatos e às verdades, os autores ressaltam que, como algo objetivo, serão, a princípio, admitidos pelo que irão chamar de auditório universal. Um fato e/ou uma verdade dependem da atitude do auditório diante deles, pois poderão ser contestados, não podendo mais o orador valer-se deles, a não ser demonstrando que o oponente ou se engana ou não tem razão para contestá-los. O orador também pode recorrer às presunções que, apesar de não apresentarem as mesmas garantias dos fatos e das verdades, permitem fundar uma convicção razoável, pois estão ligadas ao senso comum e permitem orientar a vida, visto que o que acontece habitualmente em cada situação de vida é o normal.

Exemplificando a categoria do real, a partir do *corpus* desta pesquisa, dentre tantas premissas apresentadas pelo orador, é possível citar que a administração da Cidade do Salvador era exercida pelo Senado da Câmara (verdade), que realizava obras de melhoria da cidade (fato), visando à qualidade de vida dos seus habitantes (presunção).

Desta forma, as verdades, os fatos e as presunções não devem ser entendidas como opiniões e, sim, como um dizer do real.

Em relação aos valores, destacam que há valores universais, admitidos por todos, tais como o verdadeiro, o belo, o feio, reconhecendo que essa universalidade deve-se ao fato de permanecerem indeterminados, pois, ao tentar aplicá-los a uma situação concreta, desacordos poderão surgir. Os valores devem ser distinguidos em valores concretos – aqueles vinculados a um ser vivo, a um grupo determinado, a um objeto particular encarados na sua unicidade – e valores abstratos – aqueles passíveis de crítica. Nas cartas do Senado, observa-se, por exemplo, o apoio à argumentação em valores concretos, uma vez que, quando se falava no bem comum, havia uma valorização da vida humana.

A argumentação também se apóia sobre hierarquias, que também podem ser concretas (quando, por exemplo, parte-se da idéia de que os deuses são superiores aos homens e estes, aos animais) e abstratos (superioridade, por exemplo, da causa sobre o efeito). Desconsiderar, num processo discursivo, quais valores são hierarquicamente superiores para o auditório pode significar o fracasso de qualquer argumentação.

Os lugares do preferível são aqueles sob domínios particulares. Perelman e Olbrechts-Tyteca destacam a importância ao discurso argumentativo da questão dos lugares (topoi). Estes têm uma função predominante nas premissas de qualquer argumentação, visto que, a partir da escolha dos argumentos, o orador poderá assegurar o acordo do auditório.

Aristóteles distinguia os “lugares-comuns”, aqueles que podem servir indiferentemente em qualquer ciência e não dependem de nenhuma, dos “lugares específicos”, aqueles próprios quer de uma ciência particular, quer de um gênero oratório bem definido.

Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958]1996, p.97-103) distinguem os lugares em duas categorias: lugares da quantidade e lugares de qualidade.

Os “lugares da quantidade” afirmam a preferência por algo baseado numa valorização de quantidade, isto é, tudo que é aceito por um número maior de pessoas ou mesmo a valorização atribuída a um determinado objeto pela sua durabilidade. Os “lugares da qualidade” são aqueles que contestam os lugares de quantidade.

Bastante freqüente, por exemplo, era o apoio das premissas empregadas nas cartas enviadas pelo Senado da Câmara à Corte Portuguesa no lugar da quantidade, visto que os camaristas sempre procuravam justificar as suas solicitações em prol do bem-comum.

Podem-se distinguir outros lugares sem, no entanto, visar à exaustividade. Então, tem-se ainda:

1. o lugar da ordem (superioridade do anterior sobre o posterior);
2. o lugar do existente (superioridade do que existe, do que é atual e real, sobre o possível);
3. o lugar da essência (superioridade da essência humana em relação às diferenças étnicas).

Sendo a argumentação um esforço à adesão dos espíritos, Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958]1996, p.22) destacam a importância do auditório, definindo-o como “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação”.

Faz-se necessário ressaltar que o auditório não é apenas a quem o orador fala diretamente, mas também todas as pessoas a quem o discurso pode indiretamente alcançar. Logo, para uma boa argumentação, é necessário conhecer bem aquele que se quer persuadir. Assim, toda a argumentação deve ser construída a partir do que o orador definiu ser o seu destinatário, ou seja, o auditório. Portanto, o conhecimento psicológico, sociológico e ideológico do auditório é fundamental à eficácia da argumentação, devendo também o orador levar em consideração a existência de auditórios heterogêneos.

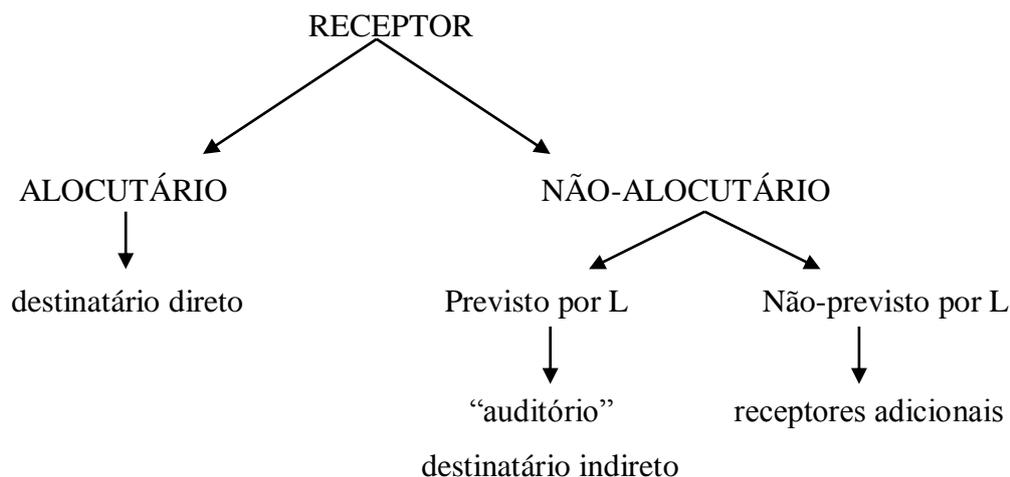
O bom orador não pode limitar-se ao conhecimento passivo do caráter de seu auditório, devendo também influenciar ativamente o seu estado de ânimo, provocando-lhe as emoções ou paixões (páthos), pois o despertar das paixões é um dos mais importantes recursos de persuasão. Cabe, portanto, ao auditório o papel fundamental de determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores. Assim, toda argumentação requer um cuidado especial na seleção dos dados relevantes à persuasão.

Por isso o auditório é de suma importância na Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca.

No *Tratado da Argumentação*, são reconhecidos três tipos de auditório: o universal, constituído por toda a humanidade ou, ao menos, por todos os homens adultos ou normais; o individual, constituído unicamente pelo interlocutor a quem se dirige; o terceiro é aquele constituído pelo próprio sujeito, quando delibera ou figura as razões dos seus atos. Os dois últimos, segundo os autores, não são mais do que “encarnações sempre precárias”.

Segundo Kerbrat-Orecchioni³⁴ (1993, p.32), num processo enunciativo, a noção de receptor é mais complexa, pois além daquele a quem um discurso é propriamente dirigido, o alocutário, o emissor não pode desconsiderar a possibilidade deste mesmo discurso ser recebido por outras pessoas, que não sejam da intenção do emissor, o não-alocutário, representando o receptor da seguinte maneira:

³⁴ Esta autora trabalha com a Pragmática, que utiliza os termos emissor/receptor, conservados neste trabalho com a finalidade de ser fiel ao seu pensamento.



A noção de auditório passa pela de reconhecimento, implicando a renúncia da violência. Diante disto, Perelman e Olbrechts-Tyteca distinguem “persuadir” e “convencer”. Dependendo da intenção do orador, persuadir e convencer podem ter importâncias diversas. Se a preocupação daquele que deseja transmitir a mensagem é com o resultado, persuadir é mais importante do que convencer, pois a convicção não passa da primeira fase que leva à ação. No entanto para aquele que está preocupado com o caráter racional da adesão, convencer é mais importante do que persuadir. A argumentação persuasiva é aquela que pretende ser exposta e absorvida por um auditório particular, enquanto o convencimento visa ao auditório universal, caracterizado por sua racionalidade.

Assim, qualquer argumentação implica algumas condições: ela está inserida num determinado contexto e dirige-se a um determinado auditório, sobre o qual o orador objetiva exercer uma ação, seja pela persuasão seja pela convicção. A persuasão, por sua vez, implica a renúncia, pelo orador, a dar ordens ao auditório, pois visa à sua adesão, a qual não está relacionada à verdade ou à falsidade das teses defendidas pelo orador e, sim, com o seu poder argumentativo. Ao orador compete construir argumentos capazes de justificarem uma determinada ação como justa, válida e necessária.

3.3.1 A importância das escolhas dos dados para a argumentação

O fato de o orador escolher conscientemente as premissas da sua argumentação entre as teses já admitidas pelo auditório, além de acarretar a escolha dos elementos que serão utilizados pelo orador, implica também a necessidade de decidir previamente como escrever, que tipo de linguagem utilizar, em função da importância que irá lhes atribuir.

Descobrir o que mais preocupa o auditório, aquilo a que atribui mais significado, interesse ou valor, insere-se numa estratégia que visa prender a sua atenção, despertando-lhe o desejo de escutar o que orador tem a lhe dizer.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958]1996, p.131), “para cada auditório existe um conjunto de coisas admitidas que têm, todas, a possibilidade de influenciar-lhe as reações”. Cabe ao orador torná-lo presente como referência, atribuindo-lhe uma importância, que servirá para despertar a sua necessidade, principalmente em se tratando de um auditório especializado. Logo, não apenas a seleção dos elementos que serão utilizados são importantes à argumentação, mas também fundamental é a maneira como serão apresentados, pois um mesmo dado pode gerar várias interpretações, inclusive opostas ao que objetiva o orador.

Os autores destacam:

A clareza de um texto é condicionada pelas possibilidades de interpretação que ele apresenta. (...) A clareza de um texto, ou de uma noção, jamais pode, pois, estar absolutamente assegurada, a não ser convencionalmente, limitando-se voluntariamente o contexto no qual convém interpretá-lo. ([1958]1996, p.142-3)

Enfatizar alguns elementos nos quais se quer centralizar a atenção, inserindo-os num contexto que os torne significativos é, pois, um importante caminho a ser seguido pelo orador.

3.3.2 As técnicas e as estruturas argumentativas

Já que a argumentação visa à adesão do auditório a determinadas teses, conhecer as técnicas argumentativas é imprescindível, visto que, sendo o discurso um ato, este pode ser objeto de reflexão por parte do ouvinte, que pode modificar o resultado final da argumentação.

A adesão como critério de eficácia, a adaptação do auditório, o uso da linguagem, a forma de dizer, o encadeamento dos argumentos intimamente solidários entre si, a sua ordem de apresentação, o efeito de presença e as figuras de estilo são alguns critérios e recursos do discurso e da ação do orador.

As técnicas argumentativas apresentam-se sob dois aspectos: o positivo, que consiste no estabelecimento de uma solidariedade entre teses que se procuram promover e as teses já admitidas pelo auditório (processos de ligação), e o negativo, aquele que abala ou rompe a solidariedade constatada ou presumida entre as teses admitidas e as que se opõem às teses do orador (processos de dissociação).

Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 1996) agrupam os argumentos de ligação em argumentos quase-lógicos, argumentos fundados na estrutura do real e argumentos que fundam a estrutura do real.

Argumentos quase-lógicos são aqueles cuja estrutura lógica parece com os argumentos da lógica formal, porém sem possuir o mesmo rigor, isto é, não têm valor conclusivo, já que não é possível excluir da linguagem comum toda a ambiguidade nem remover do argumento a possibilidade de múltiplas interpretações.

Os argumentos quase-lógicos, por si só, não implicam convicção, havendo necessidade de os completar por outros argumentos baseados na estrutura do real.

Os argumentos fundados na estrutura do real invocam ligações de sucessão, relações de causa/efeito e aspectos de coexistência, como os relacionamentos das pessoas com seus atos, e ligações de coexistência. Estes argumentos são compostos de tudo que um auditório toma por fato, verdade ou presunção.

Os argumentos que fundam a estrutura do real são aqueles situados no exemplo, na ilustração, no modelo, na analogia e na metáfora.

Entre os argumentos baseados na estrutura do real muito presentes nos discursos entre a Câmara do Senado de Salvador e a Corte Portuguesa, na segunda metade do século XVIII, verificados no *corpus* analisado nesta pesquisa, estão:

- a) o argumento pragmático, que Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958]1996, p.303) o definem como “aquele que permite apreciar um ato ou um acontecimento consoante suas conseqüências favoráveis ou desfavoráveis.” Este argumento caracteriza-se por somente desenvolver-se a partir do acordo sobre o valor de suas conseqüências, pois torna válida a

argumentação a partir da ligação fato-consequência, mas também por permitir passar de uma ordem de valor a outra;

- b) o argumento do desperdício, que consiste em defender a continuidade de uma atividade para que não sejam perdidos o tempo e o investimento já empregados. É aquele que incita a continuar a ação começada até o êxito final;
- c) o argumento de autoridade, aquele que utiliza o juízo de valor de uma pessoa ou de grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese.

Sobre este último argumento, Ducrot ([1984]1987, p.140) afirma “que se utiliza, a propósito de uma proposição *P*, um argumento de autoridade, quando, ao mesmo tempo:

1. Indica-se que *P* já foi, é atualmente, ou poderá ser objeto de uma asserção;
2. Apresenta-se este fato como se valorizasse a proposição *P*, como se a reforçasse, como lhe se ajuntasse um peso particular.

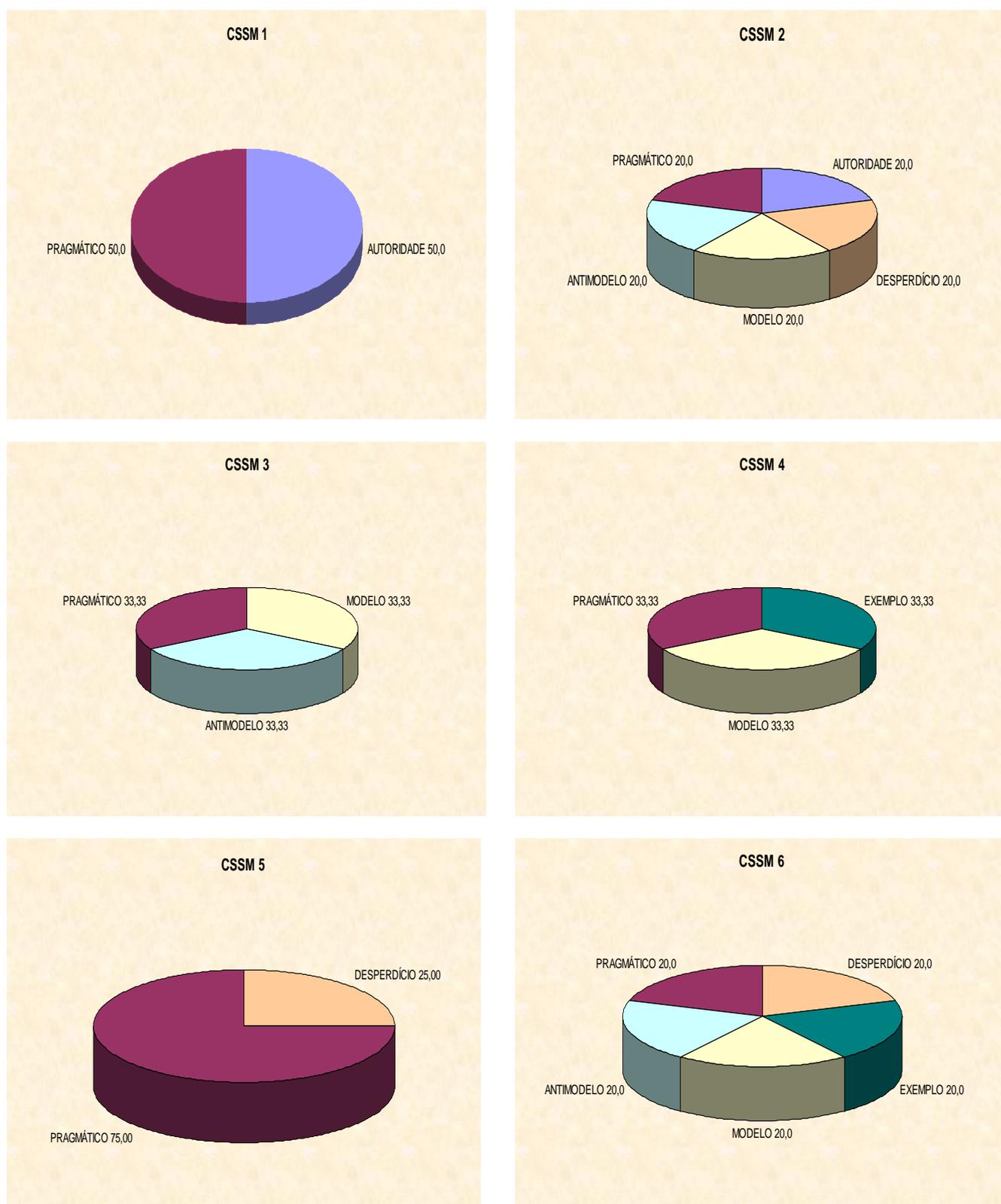
Entre os argumentos que fundamentam a estrutura do real, observou-se também, no *corpus* analisado, a utilização do exemplo e do modelo. A argumentação pelo exemplo é aquela que permite a passagem do caso particular para uma generalização. O orador normalmente utiliza este tipo de argumento quando quer sugerir ao seu auditório a imitação de ações de outras pessoas. Já o argumento pelo modelo não sugere a imitação de ações, e, sim, a utilização do comportamento de pessoas ou de grupos cujo prestígio pode suscitar a imitação.

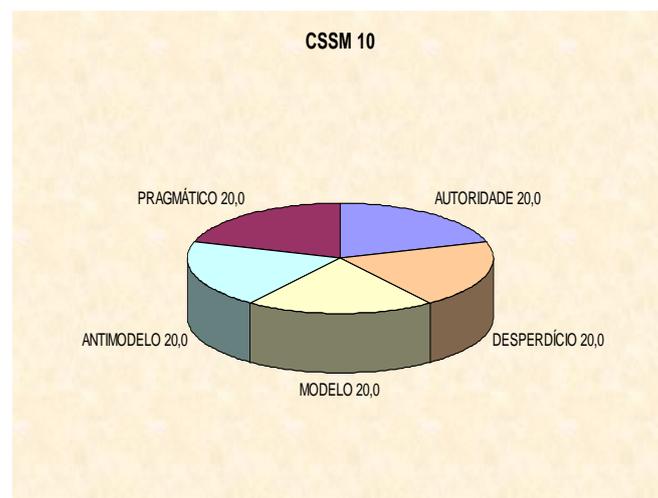
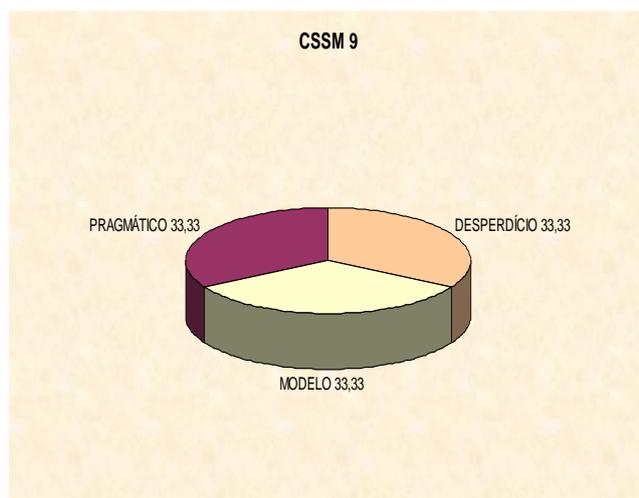
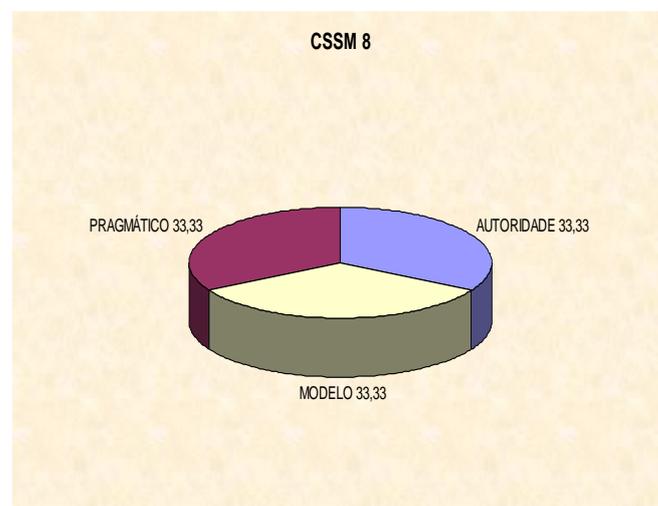
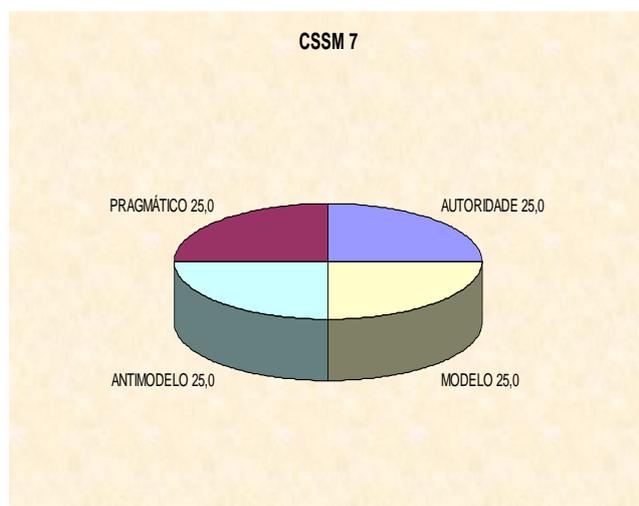
A ocorrência dos referidos argumentos pode ser verificada no quadro e gráficos seguintes.

Figura 10 – Tabela quantitativa dos argumentos

	AUTORIDADE	DESPERDÍCIO	EXEMPLO	MODELO	ANTIMODELO	PRAGMÁTICO	TOTAL
CSSM 1	1					1	2
CSSM 2	1	1		1	1	1	5
CSSM 3				1	1	1	3
CSSM 4			1	1		1	3
CSSM 5		1				3	4
CSSM 6		1	1	1	1	1	5
CSSM 7	1			1	1	1	4
CSSM 8	1			1		1	3
CSSM 9		1		1		1	3
CSSM 10	1	1		1	1	1	5
TOTAL	5 (13,51 %)	5 (13,51 %)	2 (5,41 %)	8 (21,63 %)	5 (13,51 %)	12 (32,43 %)	37 (100%)

Figura 11 – Gráficos de percentual dos tipos de argumentos por carta

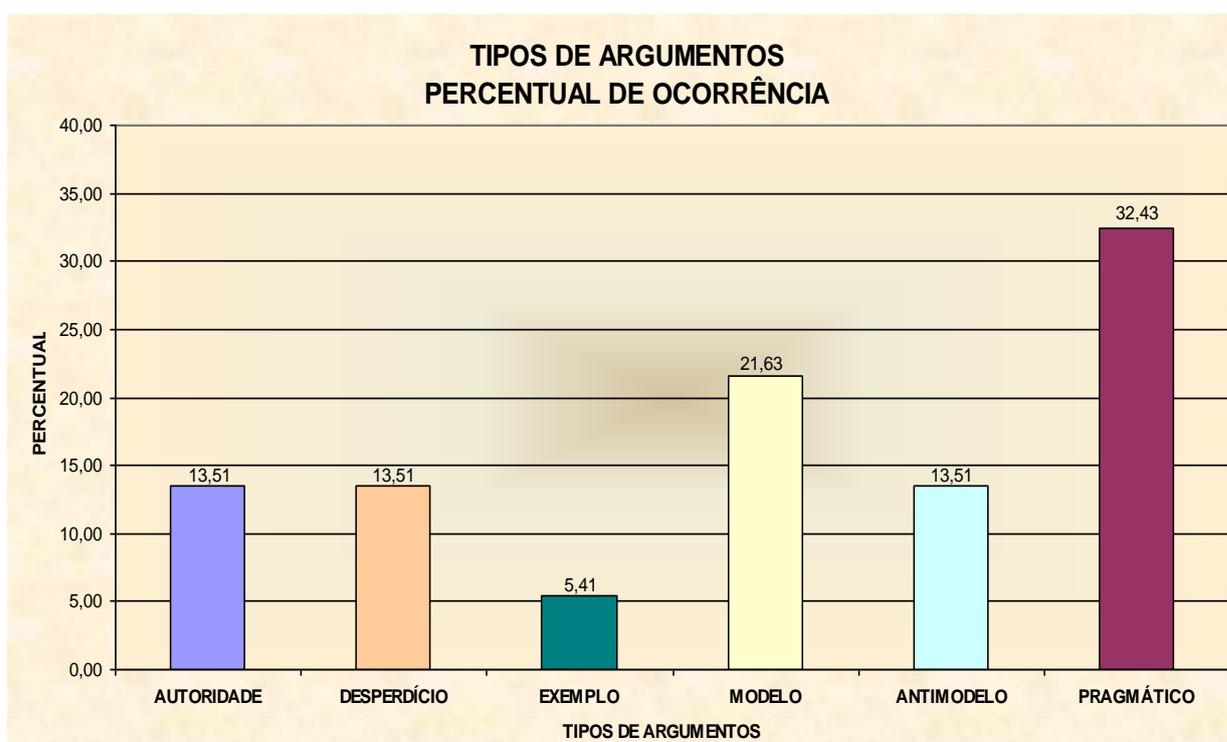




A partir do levantamento realizado nas dez cartas analisadas, constatou-se a variedade de argumentos utilizados para a adesão do auditório em momentos históricos distintos. A menor variação ocorreu na CSSM 1, na qual foram encontrados apenas dois tipos de argumentos, enquanto que a maior variação manifestou-se na CSSM2, na CSSM6 e na CSSM10, em que se verificaram cinco tipos de argumentos. Entre estes quantitativos, no entanto, estão a CSSM3, a CSSM4, a CSSM8 e a CSSM9, que apresentaram três tipos de argumentos, e, finalmente, a CSSM5 e a CSSM7, que apresentaram quatro tipos de argumentos. Os tipos

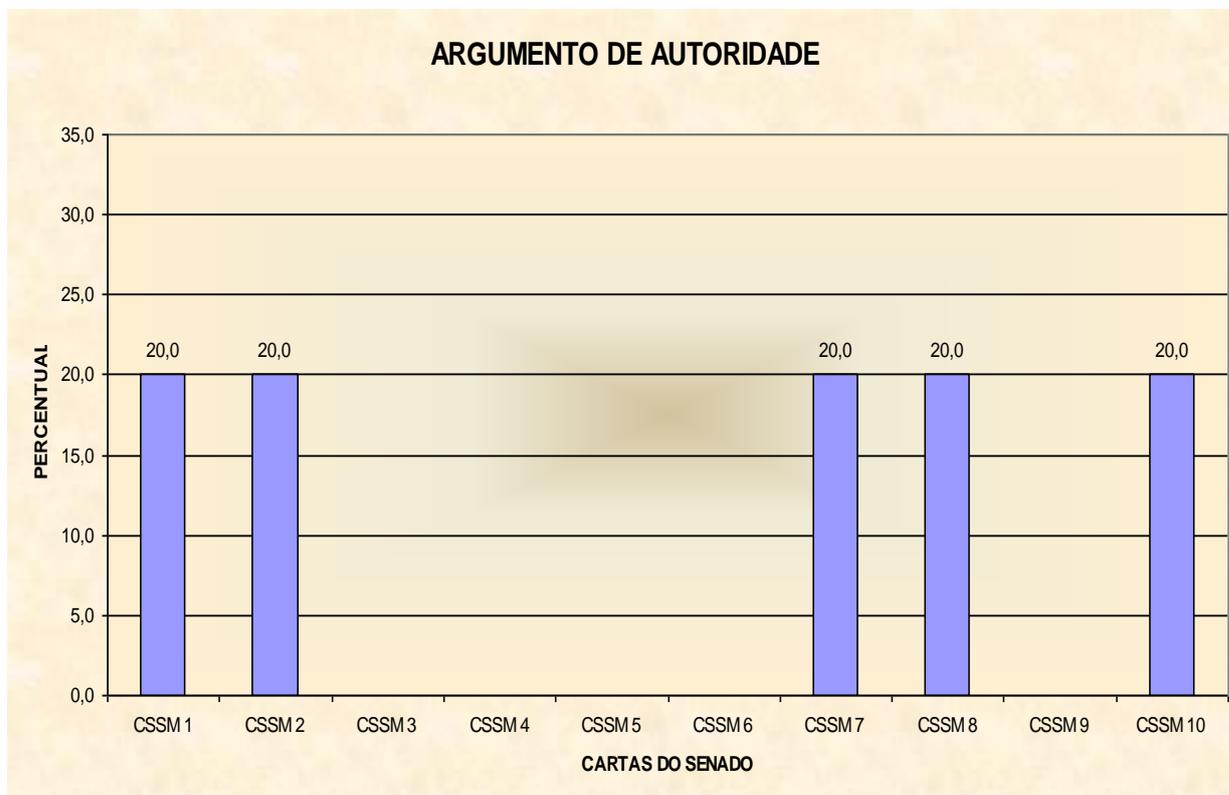
de argumentos utilizados podem ser verificados nos gráficos anteriormente apresentados. Analisando a relação entre o quantitativo e os tipos de argumentos utilizados, observa-se que apenas na CSSM2 e a CSSM10 os cinco tipos de argumentos são os mesmos. Nas demais, mesmo havendo equivalência do quantitativo, os tipos de argumentos encontrados não são os mesmos, demonstrando que o sucesso da argumentação depende da seleção e adaptação dos argumentos que levarão à adesão do auditório.

Figura 12 – Gráfico comparativo de ocorrência dos argumentos



A partir do gráfico acima, verifica-se que o argumento pragmático foi o de maior ocorrência (32,43%) e que a argumentação pelo exemplo foi a menos utilizada pelos camaristas (5,41%); o segundo percentual mais alto foi para a argumentação pelo modelo (21,63%), enquanto que o argumento de autoridade, de desperdício e pelo antimodelo obtiveram um mesmo percentual de ocorrência (13,51%), ficando, portanto, em terceiro lugar.

Figura 13 – Gráfico de ocorrência do argumento de autoridade



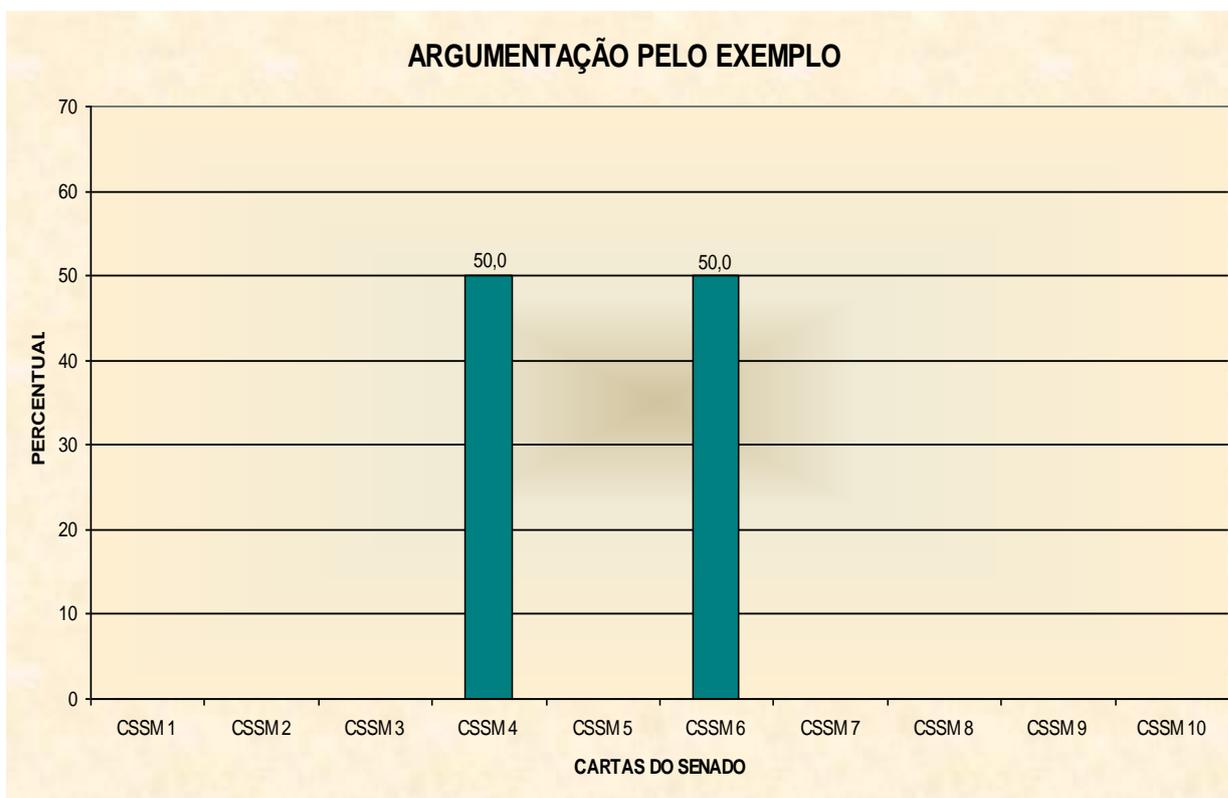
Analisando a ocorrência do argumento de autoridade, observa-se a presença em 50% do *corpus*, ou seja, na CSSM1, na CSSM2, na CSSM7, na CSSM8, e na CSSM10. Este índice demonstra que os camaristas reconheciam a necessidade, em determinadas situações, de utilizar juízos de valores de pessoas da confiança de Sua Majestade como meio de prova da tese defendida.

Figura 14 - Gráfico de ocorrência do argumento de desperdício



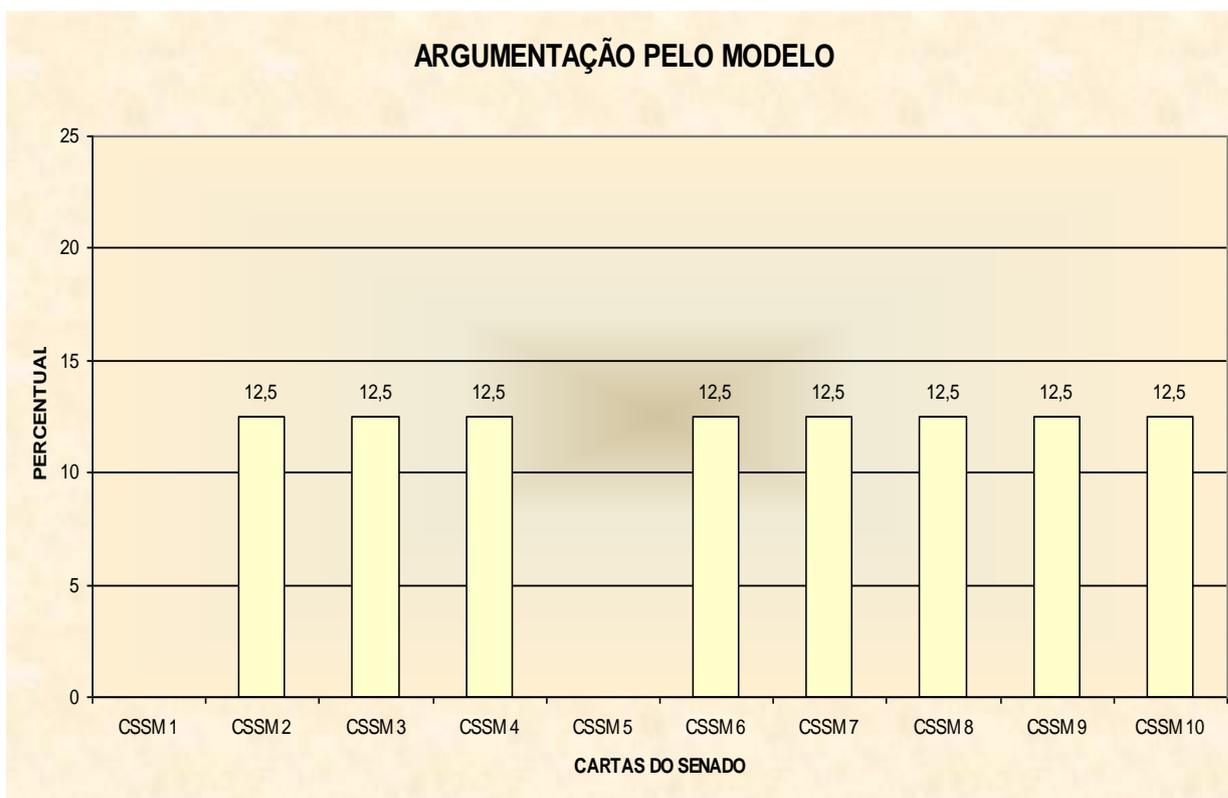
O argumento de desperdício também foi identificado em 50% do *corpus*. A utilização deste argumento na CSSM2, na CSSM5, na CSSM6, na CSSM9 e na CSSM10, pode representar, junto ao auditório, a valorização do dinheiro da Câmara pelo orador, cuja escassez de recursos, diante das necessidades da Cidade do Salvador, demandaria a solicitação de verbas que eram destinadas à Coroa.

Figura 15 - Gráfico de ocorrência da argumentação pelo exemplo



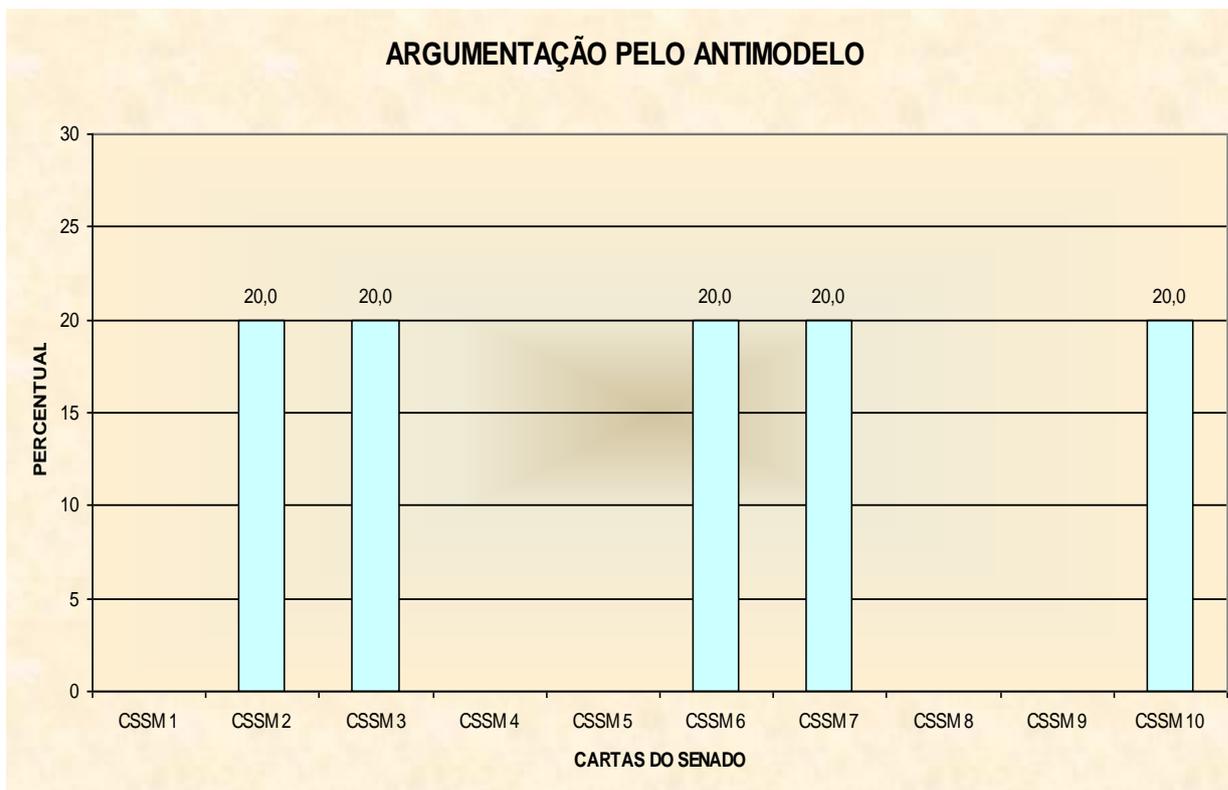
A argumentação pelo exemplo foi a menos utilizada pelos membros da Câmara, sendo encontrada em apenas 20% do *corpus*. Este tipo de argumento foi identificado na CSSM4 e na CSSM6. Destaca-se o fato de que as ações, de cuja imitação era sugerida, eram atribuídas aos Reis que antecederam D. José I, auditório da CMMS4 e na CSSM6.

Figura 16 - Gráfico de ocorrência da argumentação pelo modelo



A argumentação pelo modelo foi utilizada em 80% do *corpus*, ocupando o segundo lugar em relação aos demais argumentos. Observa-se que o modelo, além de indicar a conduta a ser seguida, serve como garantia para o comportamento adotado. Destaca-se, ainda, que a grande ocorrência deste argumento também está associada à diversidade daqueles tomados como modelo - antigos camaristas, ministros, reis etc.

Figura 17 - Gráfico de ocorrência da argumentação pelo antimodelo



A partir do gráfico acima, verifica-se o emprego da argumentação pelo antimodelo em 50% do *corpus*, isto é, na CSSM2, na CSSM3, na CSSM6, na CSSM7 e na CSSM10. É possível atribuir à grande utilização deste argumento ao fato de ele, ao sugerir a recusa à conduta de determinadas pessoas por parte do auditório, o orador valorizava o próprio comportamento, já que os antimodelos eram pessoas cujas posições iam de encontro aos interesses do próprio orador, ou seja, os camaristas.

Figura 18 - Gráfico de ocorrência do argumento pragmático



O argumento pragmático ocupa um lugar privilegiado em toda a argumentação, visto que é identificado em 100% do *corpus*. Tal fato justifica-se uma vez que toda argumentação pressupõe um acordo prévio entre orador e auditório e os camaristas sempre utilizavam o bem-comum como principal objetivo de tudo que era requerido. Logo há uma relação direta entre os fatos apresentados e suas possíveis conseqüências.

Além dos argumentos apresentados, utiliza-se a técnica argumentativa da dissociação, que resulta da depreciação do que era até então um valor aceito e a sua substituição por outro conceito que esteja de acordo com o valor original: aparência/realidade, opinião/ciência, pluralidade/unicidade etc.

Também fundamental, a fim de se obter com maior facilidade a adesão do auditório, é a ordem em que serão apresentados os argumentos do discurso: ordem da força crescente, ordem da força decrescente e ordem nestoriana, em que se começa e termina com argumentos fortes, deixando os restantes para o meio da argumentação.

Na ordem crescente, o fato de iniciar com os argumentos mais fracos pode instalar uma letargia no auditório, induzindo-o a uma imagem menos favorável do orador, fato que abalará o seu prestígio e a atenção que lhe é dispensada.

Na ordem decrescente, o orador, ao terminar seu discurso com argumentos mais fracos, poderá deixar no auditório uma impressão de fraqueza, pois, sendo a última, pode ser a única de que irá lembrar o auditório.

Em relação à força nestoriana, apesar de não apresentar os problemas da ordem crescente e da ordem decrescente, na medida em que começa e termina com argumentos fortes, não considera que o valor de um argumento varia de acordo com cada auditório, e que este, por sua vez, também muda o desenvolvimento do discurso.

Decidir, portanto, a ordem de apresentação dos argumentos é mais uma tática a ser utilizada pelo orador, visto que todas as ordens apresentam vantagens e desvantagens.

Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958]1996, p. 528) afirmam:

A força dos argumentos depende, pois, largamente, de um contexto tradicional. Às vezes o orador pode abordar todos os assuntos e valer-se de toda espécie de argumentos; às vezes sua argumentação é limitada pelo hábito, pela lei, pelos métodos e técnicas próprias da disciplina em cujo seio se desenvolve seu raciocínio. Esta determina amiúde o nível da argumentação, o que pode ser considerado fora de discussão, o que deve ser considerado irrelevante ao debate.

Logo, não se pode deixar de considerar que a eficácia de um discurso sofre modificações no seu desenrolar, cabendo ao orador apresentar os argumentos no momento em que possa exercer maior efeito e ajustado à interpretação dada aos fatos.

Para a obtenção de bons efeitos persuasivos, o orador não pode desconsiderar a força dos seus argumentos. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958]1996, p. 526), a apreciação da força de um argumento requer a prévia separação entre duas qualidades: eficácia, o argumento que efetivamente persuade, e validade, o argumento que deve convencer todo o espírito razoável.

Deste modo, cabe ao orador avaliar a força dos argumentos em função do auditório, das suas convicções, não esquecendo que, além de descobrir a força de um argumento, é de suma importância conseguir transmiti-la ao auditório.

A força dos argumentos também pode ser expressa através da presença dos operadores argumentativos, que transformam os enunciados em premissas, pelas quais o auditório poderá ser conduzido a tirar uma determinada conclusão.

O orador pode recorrer a alguns procedimentos argumentativos capazes de preservar ou aumentar a força de seus argumentos, tais como elogiar aquele que se quer persuadir, utilizar

um argumento original ou mesmo um argumento já utilizado pelo auditório, pois este ficaria sem condições de rejeitá-lo, fazer uma convergência de argumentos e até recorrer a várias argumentações, o que leva à conclusão de que o fator determinante da amplitude da argumentação e a seleção das técnicas de apresentação que irão reforçar o caráter persuasivo dos argumentos estão condicionados a circunstâncias concretas de cada situação argumentativa.

3.4 Classes e escalas argumentativas

Ducrot (1981, p.178) defende a tese de que muitos atos de enunciação têm funções argumentativas, ou seja, visam levar o destinatário a uma certa conclusão ou desviá-lo dela. Essa função argumentativa implícita tem marcas que estão explícitas na própria estrutura da frase: morfemas, expressões ou termos que, além do seu valor informativo, servem para dar ao enunciado uma certa orientação argumentativa.

Assim, segundo o referido autor (1981, p.179), para descrever, por exemplo, a conjunção **já que**, deve-se assinalar que, ao dizer **A já que B**, não me contento em informar o destinatário de que o conteúdo **A** é necessariamente implicado pelo conteúdo **B**. Mas, considerando que ele admite **B**, referindo-me à implicação de **A** por **B**, eu o obrigo a admitir **A**.

A partir da análise deste e de outros exemplos, Ducrot introduz os conceitos de classe argumentativa e escala argumentativa, a fim de melhor explicitar a função argumentativa da linguagem.

Uma classe argumentativa é constituída de um conjunto de enunciados que podem igualmente servir de argumento para uma mesma conclusão. Desta forma, um locutor, numa situação de discurso particular, coloca dois enunciados **p** e **p'** na classe argumentativa determinada por uma conclusão **r**, se ele considerar **p** e **p'** como argumentos a favor de **r**.

Uma escala argumentativa é uma classe argumentativa em que se configura uma relação de força maior ou menor dos conteúdos dos enunciados, ou seja, o enunciado **p'** é mais forte que **p**, se toda classe argumentativa que contém **p** contém **p'**, e se **p'** é nela cada vez superior a **p**. Então, se vários argumentos se situam numa escala graduada, apontando, com maior ou menor força, para a mesma conclusão **r**, eles pertencem à mesma escala argumentativa.

Devido à distância entre a Cidade do Salvador e Portugal, que, portanto, dificultava a comunicação entre Colônia e MetrÓpole, e a incessante busca de adesão do auditório, cujo sucesso da argumentação dependia não somente do prestÍgio político, mas também dos argumentos apresentados, a escolha e a apresentação destes eram de fundamental importância ao convencimento e persuasão do Rei D. José I e/ou Rainha de Portugal D. Maria I.

A partir das escalas argumentativas estruturadas com os argumentos utilizados pelos “homens-bons” da Cidade do Salvador, é possível perceber como a escolha de determinados argumentos são fundamentais, em contextos específicos, para levar um auditório a conclusões esperadas por aquele que os utiliza.

Salienta-se que, uma vez que as cartas enviadas a Portugal apresentavam uma linguagem escrita bastante próxima da linguagem oral, para a apresentação dos enunciados constitutivos

das classes argumentativas a favor das conclusões desejadas pelos camaristas, os argumentos foram apresentados a partir de uma leitura parafrástica, visando a uma melhor compreensão.

Observa-se, ainda, que a hierarquização dos argumentos foi feita a partir de uma proposta de leitura, considerando o contexto de produção, pois os mesmos argumentos poderiam ser re-hierarquizados em outras situações de enunciação.

4 ANÁLISE DO CORPUS

O *corpus* em análise é composto de dez cartas enviadas a Portugal pelo Senado da Câmara de Salvador, na segunda metade do século XVIII. Os documentos foram divididos em dois grupos, tomando-se como base para o agrupamento o auditório e a datação: o primeiro é composto de oito cartas dirigidas ao Rei D. José I; o segundo é composto de duas cartas dirigidas à Rainha D. Maria I.

4.1 Contexto situacional

Compreende-se como contexto situacional o ambiente físico da enunciação. Segundo Maingueneau ([1998] 2002, p. 27), *valendo-se do contexto situacional, podem-se interpretar unidades "como esse lugar", "o presente do verbo", "eu" ou "você" etc.*

O AQUI da enunciação é o lugar social de onde o EU fala. Os membros da Câmara, os “homens-bons”, falam com a autoridade conferida àquele Órgão, que, nos municípios, tinha o poder deliberativo. Cada um de seus membros era um representante das “vontades” e “necessidades” dos habitantes. Mesmo existindo o cargo de Vice-Governador, o poder municipal era exercido de fato pelos membros da Câmara.

O AGORA (momento da enunciação), correspondente às cartas números CSSM1, CSSM2 e CSSM3, CSSM4, CSSM5, CSSM6, CSSM7 e CSSM8 está inserido no reinado de D. José I, compreendido entre os anos de 1750 e 1777. É caracterizado por um período marcado por

uma série de dificuldades, cujas reformas administrativas, idealizadas pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, visavam, prioritariamente, reerguer economicamente Portugal e impor o absolutismo monárquico. Os efeitos dessas mudanças foram sentidos não apenas em Portugal mas também no Brasil.

Neste período, a partir das medidas pombalinas, os clérigos, a nobreza e a burguesia perdiam seus privilégios. O abuso e excesso de poder, tão característico deste reinado, tiveram como consequência, dentre outras coisas, a condenação, prisão e morte de pessoas de prestígio social e, em relação à administração municipal, a restrição da autonomia econômica das Câmaras. Devido à independência da Justiça no Brasil em relação ao Governador-Geral ou Vice-Rei, criaram-se as Juntas de Justiça e nomearam-se muitos Juizes de Fora para reforçar a jurisdição régia nas Capitanias e nas Câmaras. Graças às rendas do Brasil, foi-lhe permitido dispensar a convocação de cortes, não necessitando, assim, da aprovação do clero, da nobreza e do povo, para as despesas do Estado. Administrativamente, as Câmaras perdiam o direito de eleger os administradores da cidade.

A Cidade do Salvador convivia com uma grande desorganização administrativa. Boa parte de suas rendas era gasta com obras que, além de dispendiosas, não beneficiavam um grande número da população.

Vilhena (1969, p.78-80) apresenta três fatores como sendo as principais causas de tal situação: a oposição feita pelos camaristas ao presidente da Câmara, cargo exercido pelo Juiz de Fora ou, em sua ausência, pelo Juiz do Crime ou dos Órfãos, pois todos eram nomeados pelo Rei, a ascendência do Tribunal da Relação da Bahia, cuja ação sobre a Câmara era intensa, e ações

dos Governadores que, por desconfiança dos membros da Câmara, baixavam portarias arrogando-se as maiores regalias que impediam deliberações por parte dos camaristas.

Além dos conflitos políticos em função da disputa do poder local e aqueles de ordem econômica, visto que as rendas da Câmara, aplicadas nas festividades, nas obras públicas, no pagamento de ordenados e aposentadorias, eram também destinadas, muitas vezes, a obras altamente dispendiosas e/ou desnecessárias, tinha ainda a Câmara a obrigação de pagar à Coroa as “terças” ou “terças partes”, que eram um terço de todo o rendimento do ofício arbitrado pelo Governador e pelo Ouvidor da Capitania, recolhidas no cofre da Câmara e remetidas ao Conselho Ultramarino, em Lisboa.

Outra marca do referido período é a incidência de doenças a que a Cidade do Salvador foi acometida (sarampo, bexiga, lepra etc.). Vários são os fatores aos quais é possível atribuir tal situação, dentre eles: a) sepultamentos de forma inadequada, visto que muitas covas eram excessivamente rasas; b) exposição de cadáveres num período prolongado até o devido sepultamento; c) atracamento de embarcações vindas da África com escravos já infeccionados com doenças; d) venda de mantimentos em estados não próprios para consumo, como, por exemplo, a carne bovina, uma vez que os animais eram criados e transportados sem maiores cuidados na alimentação, na higiene, bem como perfurados com ferrões pelos vaqueiros durante o transporte para o curral do Conselho; e) mistura de alimentos vindos da Europa com outros em estado de podridão. Outros fatores que também contribuíram para os problemas de saúde da cidade foram: a) a falta de tratamento no chamado rio das Tripas, que cortava boa parte da cidade, no qual as vísceras de animais abatidos eram jogadas; b) bem como atitudes irresponsáveis de muitos boticários que, visando apenas ao lucro, comercializavam

irresponsavelmente medicamentos que nenhum benefício trariam aos doentes da cidade; c) a prostituição.

Assim, o referido período pode ser delineado pela briga de poder na administração municipal, pelos abusos de poder das autoridades, tanto dos membros eleitos da Câmara como daqueles nomeados pelo rei, mas também pela desatenção de ambos os segmentos em relação aos problemas enfrentados pela população.

O AGORA (momento da enunciação), correspondente às cartas CSSM9 e CCSM10, está inserido no reinado de D. Maria I, compreendido entre os anos de 1777, quando foi aclamada rainha de Portugal devido à morte de seu pai, o rei D. José I, e 1792, quando foi afastada por sofrer de doença mental.

Este período ficou conhecido como “A Viradeira”, pois D. Maria adotou medidas com o objetivo de vetar aquelas anteriormente determinadas pelo Marquês de Pombal, considerado historicamente como seu inimigo político. Seu reinado foi marcado pelo conservadorismo, no qual foi proibido o tráfico de idéias, principalmente os “maléficos princípios franceses” de liberdade, igualdade e fraternidade. Por outro lado, devolveu a liberdade a muitas pessoas presas, que haviam sido julgadas inocentemente.

No reinado de D. Maria I, multiplicou-se a legislação de caráter militar através de decretos e ordens para regulamentar o Exército e a Marinha. Esta legislação visava à reparação das fortalezas, ao pagamento de soldos atrasados e à obtenção de material de guerra.

A rainha era muito religiosa e de pouco conhecimento sobre os negócios públicos. Para constituir o seu governo, D. Maria substituiu o Marquês de Pombal na Pasta do Reino por D. Tomás Xavier de Lima, que deve ter exercido grande influência nas decisões de Sua Majestade, pois cabia a ele levar para o despacho da rainha todas as consultas e pendências.

4.1.1 Os interlocutores

4.1.2 O orador/locutor

Neste contexto, o orador/locutor (L), aquele que assume o papel do “eu” na cena enunciativa, não é representado por apenas uma pessoa, mas por todos os representantes do Senado da Câmara, que, por serem autoridades do município, assumem um lugar especial, o de porta-voz do povo soteropolitano. As marcas lingüísticas desse locutor coletivo encontram-se exemplificadas abaixo e não se referem ao “nós de humildade”.

CSSM 1 : o substantivo “oficiais”, as formas pronominais “nossos” e “nos” e a forma verbal “reprezentamos”.

CSSM 2: a forma pronominal “nossos” e as formas verbais “pedimos” e “rogamos”.

CSSM 3: a forma pronominal “nos” e as formas verbais “offerecemos”, “duvidamos”, “apresentamos”, “lemos” e “vemos”.

CSSM4: as formas pronominais “nossos”, “nossas” e “nos” e as formas verbais “pomos”, “supplicamos”, “sejamos” e “esperamos”.

CSSM5: as formas pronominais “nossos” e “nos” e as formas verbais “mandemos”, “temos”, “pedimos” e “rogamos”.

CSSM6: as formas pronominais “nossos” e “nos” e as formas verbais “temos”, “pedimos” e “rogamos”.

CSSM7: a forma pronominal “nos” e as formas verbais “achamos”, “advertimos”, “podemos” e “concluimos”.

CSSM8: as formas pronominais “nossa” e “nossos” e as formas verbais “invejamos”, “conseguirmos”, “imploramos”, estarmos” e “esperamos”.

CSSM9: a forma substantiva “vassalos” e a forma verbal “referimos”.

CSSM10: a forma substantiva “vassalos”, a forma adjetiva “esperansados”, as formas pronominais “nosos” e “nos” e as formas verbais “servirmos”, “virmos”, “mandamos”, protestamos” e “rogamos”.

4.1.3 O auditório/alocutário

O auditório/alocutário (AL), o “tu” da cena enunciativa, em CSSM1, CCSM2, CSSM3, CSSM4, CSSM5, CSSM6, CSSM7 e CSSM8 é o Rei de Portugal, D. José I, a quem o locutor atribui o conhecimento e importância das necessidades explicitadas na carta. Nesta cena enunciativa, identificam-se também os receptores não-alocutários: aqueles previstos por L, como, por exemplo, o Marquês de Pombal, que era não apenas o homem de confiança do Rei, mas o grande responsável pelas medidas administrativas do reinado de D. José I, e demais conselheiros reais, e os não-previstos por L, qualquer funcionário da Corte Portuguesa, que poderia ter acesso às cartas enviadas àquele país.

Em CSSM9 e CSSM10, o alocutário é a Rainha de Portugal, D. Maria I, a quem o locutor também atribuía o conhecimento e importância das necessidades expostas nas referidas cartas. Também é possível identificar outros receptores não-alocutários: os previstos por L, como, por exemplo, D. Tomás Xavier de Lima, e os não-previstos, que são os mesmos das cartas anteriores.

4.2 Carta do Senado a Sua Magestade – CSSM1

A carta em análise foi enviada pelo Senado da Câmara ao Rei de Portugal, em outubro de 1752, na qual se demonstrava a necessidade de contratação de cirurgião pela Câmara para a realização de vistorias, devido à grande incidência de doenças contagiosas na Cidade do Salvador.

Como toda argumentação deve estar firmada num acordo prévio, este é estabelecido logo no início da cena enunciativa, uma vez que os Oficiais da Câmara reafirmam a solicitação ao destacar o lugar social de onde falam: o de representante de Sua Magestade e do povo. Logo, como representantes da Corte Portuguesa, os camaristas buscam a adesão do Rei à solução que será apresentada em prol da melhoria das condições de saúde na Cidade do Salvador.

Apesar de a palavra epidemia já remeter o auditório/alocutário a uma situação de gravidade, encontram-se, já no início da cena enunciativa, as marcas de temporalidade **pelo decurso de annos** e **amiudam(en)te** que levariam o auditório ao subentendido de que havia uma situação de contágio sem controle, pois se alastrava há anos, cujas conseqüências poderiam comprometer o desenvolvimento da Cidade do Salvador e até outras localidades da Colônia. A partir da locução **por todos os Bairros**, a argumentação leva o auditório a outro subentendido: a existência de um perigo que parecia generalizar-se, pois as referidas doenças não atingiam apenas um determinado segmento, mas também poderiam atingir aqueles que compunham os setores privilegiados da sociedade. Outro recurso utilizado que demonstra a gravidade da situação é o emprego de **outras infermid(ad)es** que, ao mesmo tempo em que desperta o imaginário do auditório/alocutário, tem o seu significado direcionado pelas

adjetivações **contagiosas** e **malignas**, levando o auditório à crença da existência de um perigo maior a toda a sociedade.

... S(enho)r av(ossa) Mag(esta)de representaõ os off(icia)es da Camara desta Ci(da)de / da B(ahi)a em como ao Real serv(iç)õ de v(ossa) Magestade e [bem] / Commum da Republica sejas percizo haver Cirurgiaõ / partedista damesma Camera Porq(ue) se tem mostrado aex- / perienca pelo decurço de annos haveremnesta Ci(da)de ami- / udam(en)te epidemias de Sarampos, Bexigas carbuncolos, / dysinterias, sarnas, lepras, optalmias, escorbuto, eou- / tras infermid(ad)es contagiozas, emalignas, que grasam / geralm(en)te por todos os Bairros...

Apesar de o orador/locutor (L) apresentar-se, no momento da enunciação, como fonte da solicitação, a argumentação também se apóia em outros enunciadores, evidenciando-se um discurso polifônico. Tem-se, desta forma, o L que coincide com o E1 (atuais membros da Câmara), E2 (membros antecessores) e E3 (povo). Todas essas vozes emergem no discurso numa mesma perspectiva, ou seja, a de referendar a solicitação. Contudo, também pode ser entendida como uma maneira de os camaristas em exercício se eximirem da responsabilidade da situação epidêmica em que se encontrava a cidade, ao caracterizar o fato como anterior à atual administração.

No entanto, não se pode deixar de considerar o fato de que muitos dos problemas que afetavam a saúde pública cresciam de tal forma devido ao descaso destes mesmos camaristas que, na prática, não priorizavam as necessidades da população em geral e, sim, governavam mais em benefício próprio. O tão aclamado “bem-comum” era mais um fator persuasivo forte e de fácil aceitação do que um objetivo de fato.

Observa-se, também, a presença do operador argumentativo **naõ so... mas tambem** que liga duas características negativas atribuídas ao gado, dando-lhes uma mesma carga negativa que auxiliarão os argumentos utilizados para a adesão do auditório/alocutário.

...ao q(ue) attendendo nossos / antecessores eaqueixas q(ue) fazia o Povo da incapacidade / das Carnes bovinas, q(ue) entravaõ nos açougues de q(ue) / havia suspeita cuidavaõ em dar provid(en)cia no caso tornan- / do por expediente no anno de 1742, mandar fazer / vistorias, exames por Mediçoes e Cirurgioes nas d(it)as carnes / tanto nos açougues como nos curraes abrindeas, eexas- / minandoas q(ue) porvirem os gados dos certoens mui lan / guidos, epararem por caminhos traveçias mui [...] / tes, faltas de agoa, ealimentos, chegaõ muitas vezes nao so de maziadamente magros, mas tam/ bem infreizados de sorte, que setem com os dictos / exames lançado muitas das d(it)as carnes ao mar por / interparissimas e no centro a saude ...

O problema enfrentado não residia apenas na epidemia, mas também na interrupção de uma determinada prática: as vistorias. A partir da forma verbal no pretérito imperfeito do indicativo **faziaõ**, reforçada pelo operador argumentativo **continuadamente**, observa-se que a referida fiscalização, por ser tão necessária, era realizada com uma frequência regular, mas, por problemas administrativos, foi suspensa, contribuindo para o alastramento do problema citado, caracterizando, desta forma, uma negligência para o tão propagado bem-comum.

...e como estas vis / torias se faziaõ continuadamente por assim o pedir / [em necessi(da)de] do bem / commum, e senao podiaõ fazer sem / Cirurgiaõ, ao q(ue) ha fazelos nos açougues selhepaga / va por cada huma em razaõ do trabalho mora 128 reis / a Custa dos Culpados: mas como algumas vezes / (...) não havia suplicaraõ os Cirurgioes a Camera / aremuneraçaõ deSeu trabalho, epor q(ue) esta (...) não / deferia seescuzavaõ todos de o ter.

Com o surgimento de outro enunciador E4 (Juiz de Fora), cargo ocupado a partir da indicação do Rei, há o pressuposto de que a Câmara encontrava-se num impasse: se por um lado, às vezes, as vistorias vinham sendo realizadas informalmente, estas mesmas poderiam implicar um problema jurídico para a Câmara. Logo, a argumentação é orientada no sentido de que a única solução era a autorização real para a contratação do médico da Câmara.

... razao porq(ue) /o D(outo)r Juiz de Fora, ePrezid(ent)e e q(ue) entãõ hera Manoel / Ferr(eir)a de Oliv(ei)ra mandouno noteficar a todos p(ar)aq(ue) fizesem / astaes vistorias alternativa mente, / exoff(iciai)s semex / tipendio algum da Camera, de Cuja notificação pedi- / raõ vista p(ar)a seeximirem judicialm(en)te q(ue)[...] onde o d(it)o juiz / [de] Fora, emais off(icia)es da Camera q(ue) comesse Letigio parava / as d(it)as delig(enci)as necessarias ao bem publico, sevaraõ precisa / dos eleger Cirurgiaõ partedistada Camera, paraq(ue) / com o Medico della estivese sempre prompto para / fazer as vistorias, exames, assim nos açougues tanto / da cid(ad)e como nos Curraes fora della, arbitrando

lhe / de sellario annual Corenta mil r(ei)s ceninhibiçaõ de / receber mais couza Alguma dos Culpados, isto repre / zentaraõ prim(ei)ro ao D(ou)tr Cur(ad)or g(er)al da comarca q(ue) lhe a- / provou aresoluçaõ com adeclaraçam de darem conta / avossa Mag(esta)de oq(ue) tudo Constados documentos q(ue) apre- / zentamos: Porestas razoens em 19 de Dez(em)bro de 1744 / foi eleito oCirurgiaõ Manoel Ferr(ei)ra de Oliv(eir)a pela / boa informaçaõ, e conhecimento daSua Capacid(ad)e oq(ue) / deentao ate ao prez(ent)e tem feito todas as vistorias / Como Medico damesmaCamera eProv(ed)or da Saude seabemhe / percizo Cyrurgiaõ da Camera p(ar)a estas eoutras deligen / cias respectivas a saude, / m(ui)to mais he percizo para as / vistorias que pela mesma saude atualm(en)te m(ui)tas se fazem / nos Navios q(ue) aqui portaõ das conquistas com negocio / de escravos dos quaes se está vend[o] nasce amaio rui-/na das doenças referi[d]as porq(uan)to he puro oNavio...

Quando os camaristas atribuem a fatores externos a origem das epidemias, percebe-se a intenção deles de isentarem-se da responsabilidade na disseminação das doenças, apesar de as precárias condições de higiene da cidade a que todos estavam expostos serem da responsabilidade da Câmara, que também tinha como atribuição zelar pela conservação da cidade.

...Navio carregado de escrivatura q(ue) não traga optal-/ mias, sarnas ou Lepras, chagas escobuticas tu- / mores malignos, bexigas, ou sarampos, q(ue) tudo são / doenças externas malignas, e contagiozas o q(ue) / este povo expirimenta grave perjuizo, e destas tais / doenças q(ue) são as mais commua (...) q(ue) os d(it)os escravos / trazem, ...

Outra estratégia bastante comum aos membros do Senado é, nos seus processos argumentativos, além da utilização do bem-comum como justificativa para a realização de todos os trabalhos, a valorização daqueles que prestam serviço à Câmara. Esta valorização é reforçada pelo operador argumentativo **só**, através do qual se descarta a hipótese de tal serviço poder ser executado, ao menos com o objetivo e presteza desejados, por qualquer outro profissional senão aquele que trabalha para a Câmara do Senado.

...nao p[o]de tomar verdadeiro conhe[cim]ento / so oMedico da Camera q(ue) como Provedor [de] saude / os vai vezitar, por pertencerem mais a faculd(ad)e Cir[u]r- / gia, q(ue) a Phizica nem he bom q(ue) hum so professor sem / jamais o conferir, nem tal[vez] lhetocar, julgue persy / so em materia de tanto pezo, (...) saude da / Rep[ub]lica eo perjuizo das partes...

Destaca-se também a importância atribuída aos dois representantes diretos do Rei presentes no discurso: o E4 (Juiz de Fora) e outro que aparece na seqüência abaixo, E5 (Vice-Rei). Se eram comuns os atritos entre os eleitos da cidade e aqueles indicados por Portugal, neste momento a convergência de opiniões era conveniente. Analisando as formas verbais atribuídas a E4 e E5, chega-se à seguinte conclusão: se para o Juiz de Fora **havia suspeita**, ao referir-se ao Vice-Rei é empregada a forma verbal **reconhecer**. O Vice-Rei, por estar geograficamente mais próximo aos membros da Câmara em relação ao Rei, muitas vezes gozava de maior autoridade. Logo, o seu reconhecimento legitimava definitivamente tudo que até o momento fora exposto.

A forma verbal **reconhecer** também orienta a argumentação no sentido de que, desta vez, o resultado esperado seja diferente diante de uma solicitação idêntica no ano de 1723, pois se, em 1723, o Vice-Rei nomeou, o atual reconhece a justeza da solicitação, mas aguarda com as demais autoridades municipais a sanção de Sua Majestade. Novamente importante o operador **não so... mas tambem** que liga situações distintas, atribuindo-lhes um mesmo grau de importância, que, até então, parecia não ser considerado.

...e per assim reconhecer / o Ill(ustrissi)mo e Ex(cellentissi)mo Conde de Attoug(ui)a V(ice) Rey actual deste / Est(ad)o tem mand(ad)o q(ue) as tais vistorias senão fasiaõ sem / assistir nellas o mesmo Ciru[rgi]aõ eleito pela Cam(e)r(a) / juncto com o Phizico dellas, de q(ue) setem expirimentado / m(ui)ta utilid(ad)e ao povo pelos m(ui)tos Escravos de doenças Conta / giozas aque setem dado quarentena emand(ad)o desviar / da cid(ad)e ate estarem capazes devir p(ar)a ella os off(icia)es da / Camera q(ue) denovo entraraõ aservir depois da eleiçaõ / dod(it)o Cirurgiaõ não deraõ co[nt]a a V(ossa) Mag(estad)e, / por nao serem / sientes de q(ue) o deviaõ assim fazer, ejuntamente por / saberem q(ue) o mesmo Cyrurgiaõ eleito, requereo logo / Alvará de confirmaçaõ a V(ossa) Mag(estad)e que foi serv(iç)o per des / pacho do Cons(elh)o Ultramarino [de] 28 de Maio de 1745 / mandar ao D(outo)r Prov(ed)or G(er)al da Camara q(ue) informace / com oseuparecer, ouvindo aos off(icia)es da Camera por es-/critto, os quaes responderaõ ser verd(ad)e tudo o q(ue) o Cirur-/giaõ eleito alegava, eq(ue) se fazia mui necessario haver / Cirurgiaõ partedista da Camera, não so para os d(it)os exa / mes, evistorias, mas tambem para as mais occasio/es, emq(ue) ordinariam(en)te seoferesiaõ em bem cummum da / Republica tambem representamos avossa Magest(ad)e / que no anno de 1723 Il(us)t(riissi)mo e Ex(celentissi)mo Conde de Sabu / Sabagosa V(ice) Rey q(ue) hera deste Est(ad)o nomiou a hum Fr(ancisco) / da Costa (...)co para Cirurgiaõ da Camara epar[a] / is[s]o lhe

mandou passar Provisão aq(ue) Vossa Magestad[e] / por desp(ach)o do Cons(elh)o ultramarino [de] 12 a 8^{bro} de 17[23] / foi serv(iç)o reprovar por desnecessario pois nesse tem / po [a]inda senão faziaõ os d(it)os exames, vistorias nas / carnes q(ue) se principiaraõ a fazer do anno de 1742, / perdiam [...] nem a Camera tinha ahinda ped(id)o Cirurgi- / aõ nem este teve emprego nella, pelo q(ue) houvece de / selhe pagar o selario: ...

Também é importante observar algumas marcas discursivas da seqüência seguinte. Inicialmente, destaca-se o operador argumentativo **mas**, o qual marca uma posição tomada pelo sujeito da enunciação, ao apresentar uma nova situação, orientando a argumentação no sentido de demonstrar a atitude que deveria ser tomada pelo Rei. Observa-se, ainda, que, através do operador argumentativo **mas**, vozes emergem no discurso, a partir de perspectivas diferentes, o que é característica do discurso polifônico.

Desta forma, o operador argumentativo **mas** apresenta o seguinte funcionamento: num discurso, o locutor introduz um argumento **p** para uma conclusão **r** e, logo em seguida, apresenta um argumento **q**, que será decisivo para uma conclusão contrária **não-r** ($\sim r$).

A partir do emprego do operador argumentativo **mas** na cena enunciativa, é possível estabelecer a escala seguinte.

<p>r Reprovação do Rei por despacho do Conselho Ultramarino de 12 de outubro de 1723.</p> <hr style="width: 100%;"/> <p>desnecessária a provisão, pois, nesse tempo, ainda não se faziam os exames, as vistorias nas carnes que se principiaram em 1742.</p>	<p>MAS</p>	<p>$\sim r$ Aprovação da contratação de cirurgião partedista na Cidade do Salvador.</p> <hr style="width: 100%;"/> <p>é necessário haver cirurgião partedista para as vistorias;</p> <hr style="width: 100%;"/> <p>é grande a população da Cidade;</p> <hr style="width: 100%;"/> <p>o quotidiano comércio propicia a entrada dos males e das doenças;</p> <hr style="width: 100%;"/> <p>outras vilas menores já o possuem.</p>
--	-------------------	--

O emprego do adjetivo **precizillimo** é uma marca de subjetividade, na qual se obtém um juízo de valor do locutor; o uso do operador argumentativo **ahinda q(ue)** introduz outro argumento que ressalta ainda mais a necessidade da contratação de cirurgião, pois, se em cidades com menor índice epidêmico havia o referido profissional, muito maior seria a necessidade numa cidade em que a população era maior e epidemias estavam instaladas.

Por fim, ao analisar as formas verbais **ordenará** e **mandará**, percebe-se que a atitude de humildade assumida pelos camaristas é substituída por uma autoridade camuflada, pois expressam a única posição do Rei esperada pelos membros da Câmara.

... no anno de 1723 Ill(ustrissi)mo e Ex(celentissi)mo Conde de Sabu Sabugoza V(ice) Rey q(ue) hera deste Est(ad)o nomiou a hum Fr(ancis)co_da Costa [...]co para cirurgiaõ da Camera epar[a] is[s]o lhe mandoupassar Provi[ç]ãõ aq(ue) Vossa Magestad[e] por desp(ach)o do Cons(elh)o ultramarino [de] 12 a 8^{bro} de 17[23] foi serv(iç)o reprovar por desnecessario pois nesse tempo [a]inda fenaõ faziaõ os d(it)os exames, vistorias nas carnes q(ue) fepincipiaraõ a fazer do anno de 1742, perdiam [...] nem a Camera tinha ahinda ped(id)o Cirurgiaõ nem este teve emprego nella, pelo q(ue) houvece de f elhe pagar o f elario: Mas como para as referidas delig(enci)as f eja precizillimo haver Cyrurgiaõ partedista desta Camera ahinda q(ue) em Algumas villas circumvezinhas com[o] [saõ] Cachoeyra, eMaragogippe hacirurgiaõ da Camera, eem todas as cid(ad)es sem nellas haver agr(an)de carencia q(ue) hanesta tam pupoloza, naqual o quotidiano comercio das conquistas de todo o Brazil permite cotidiana entrada perniciosos males q(ue) tem infecionado o clima, fazen[do] terra mui doentia, fendo deantes mui f audavel nos parece ferà do agrado edo Real Serv(iç)o deV(ossa) Mag(esta)de a confirmação por Alvará do Cyrurgiaõ M(ano)el Ferr(ei)ra de Oliv(ei)ra ele[ito] pela Camera para todas as delig(enci)as nomiadas p(ar)a as mais q(ue) f eoferecerema Câmara, eq(ue) em falta delle f epossa eleger outro_comod(it)o ordenado de 40 r(ei)s por anno, emais pr[...] e percalços q(ue) tomou Medico damesma Camera preferindo f empre p(ar)a o tal partido omais idoneo, edemaior_merecim(en)to de baixas de editaes dando de detudo con-ta avossaMag(esta)de q(ue) ordenará e mandará o q(ue) for serv(iç)o...

Para a adesão do auditório/alocutário à tese da necessidade de contratação de médico para realização de exames na população e de vistorias nos açougues e nos navios, o locutor (L) fundamenta sua argumentação num fato, as epidemias na Cidade do Salvador, apoiando-se nas seguintes verdades: a carne não tinha a qualidade necessária para o consumo e muitos navios chegavam com escravos portadores de várias doenças.

Evidencia-se a escolha do locutor (L) pelo argumento pragmático, visto que o problema relativo as epidemias (fato), que colocava em risco a saúde da população, seria sanado (consequência), a partir da solução por ele apresentada, mas também pelo argumento de autoridade, pois apóia sua argumentação num juízo de valor positivo do Vice-Rei atribuído à tese defendida, pois este era um cargo cujo ocupante era indicado por Sua Majestade. Logo, não adereria a uma tese que fosse de encontro aos interesses da Coroa.

r A Cidade do Salvador necessita de cirurgião partedista.



p' - É grande a incidência de doenças contagiosas.

p - As vistorias já realizadas têm isolado os escravos portadores de doenças do restante da população.

Os argumentos apresentados na escala acima compõem a classe argumentativa que conduzirá o auditório/alocutário à conclusão desejada pelo orador/locutor, sendo que o argumento **p'** apresenta maior força argumentativa em relação ao argumento **p**, pois nele está a situação problema que justificava a solicitação de continuidade das vistorias apresentadas no argumento **p**.

4.3 Carta do Senado a Sua Magestade – CSSM2

A carta em análise foi enviada pelo Senado da Câmara ao Rei de Portugal, em maio de 1753, na qual os camaristas refutavam uma determinação do Provedor da Câmara, que determinava não poder haver novos gastos por parte daquele Órgão antes que fossem efetuados pagamentos de obras anteriores. Apesar da solicitação, já no protocolo, há o pressuposto de que a Câmara enfrentava dificuldades financeiras. No entanto, a argumentação visará à adesão de Sua Magestade à tese de desautorizar o vigor de tal determinação.

sobresenaõ fazerem [obr]as, emq(uan)to ad(it)a [Cam]ara não pagava oq(ue) estava devendo a officiaes de[p]edraria , c[arp]intaria [...]

A estratégia argumentativa adotada pelos camaristas é a seguinte: descrever aspectos geográficos da Cidade do Salvador que justificassem tais obras, referendado-as com o discurso de outras autoridades. Observa-se, então, a presença de vários enunciadores: E1(atuais camaristas), E2 (camaristas antecessores) e E3 (ex-Governadores), cuja emergência no discurso, funciona como referência para o solicitado, ou seja, a continuidade ou a realização de novas obras que demandaria novas despesas.

S(e)n(h)or [por] causa [de] ser [es]tacid(ad)e fundada [no]sitio imminente com grandes rio[s] [mares], elad[ei]r[a]s deterras Larg[a]s, e dependuradas, sefes pre[cis]o anossos antecessores emvarios annos [s]eguralas comparedoẽs, calçadas, ealguns kannos p(ar)a expedição das agoas, emelhor servidaõ do povo, esegurança dos edeficios, [t]em com toda Esta cautela [e]providencia sepo= derem evitar os danos dos moradores, q(ue) tem experimentado varias ruinas, pois , d(it)o os [Go]vernadores são grandes, continuadas, [cor]rem as Ladeiras, eribanc[e]iras, sucedendo m(ui)tas desgraças, emortes, eprejuizos;

Se anteriormente os camaristas falavam a partir de outras perspectivas, na seqüência, evidencia-se a intenção de falar da sua própria perspectiva, através das marcas de

subjetividade **precizas** e **necessarias**, posição que seria definitivamente consagrada ao encerrar esta passagem, buscando, no lugar da quantidade, o objetivo maior, ou seja, o bem comum.

pela qual razaõ setem feito bastante despeza com as d(it)as obras precizas, enecessarias aobem commum.

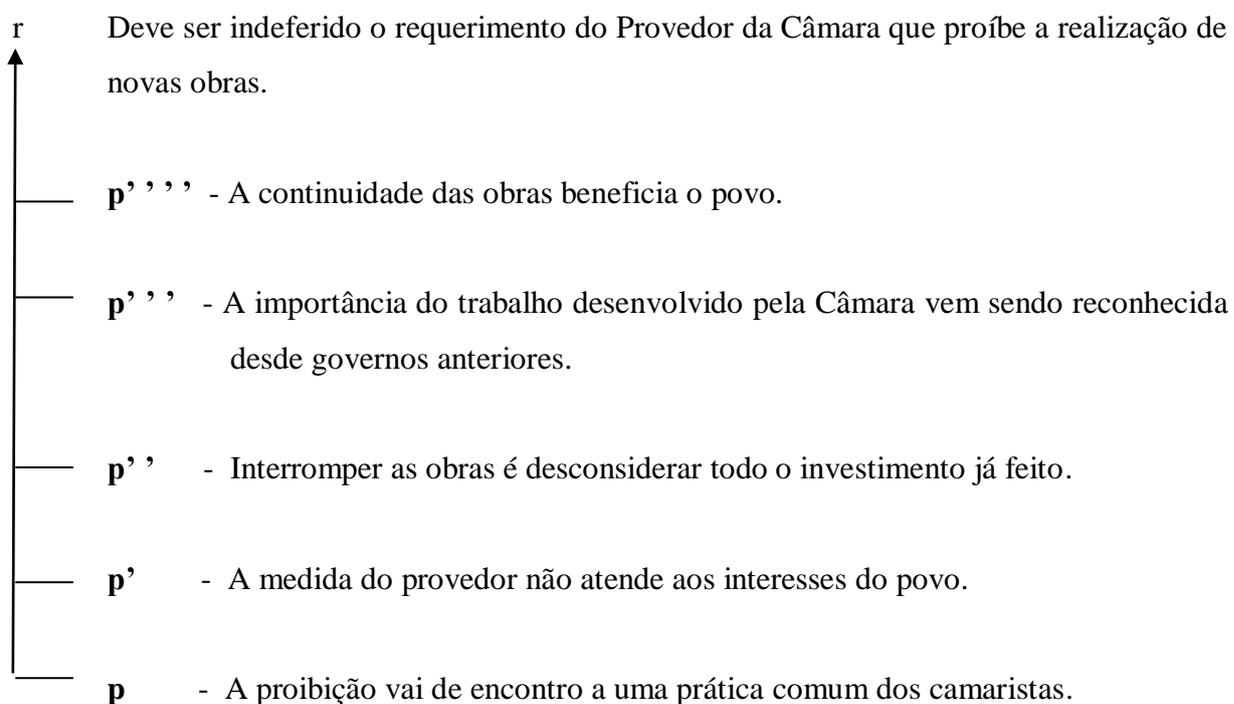
Novamente o foco da argumentação é desviado dos atuais membros da Câmara para os camaristas antecessores e ex-governadores. Observa-se a utilização da argumentação pelo modelo, uma vez que é sugerida pelo orador/locutor a imitação do comportamento de antigos membros da Câmara, assim como do argumento de autoridade, visto que os ex-governadores, representantes da Metrópole na Colônia, portanto, detentores de prestígio em relação ao auditório, são trazidos à cena enunciativa para referendar a posição adotada pelo locutor. Já o Provedor Joseph Monteiro surge na argumentação como o antimodelo, ou seja, aquele cujo comportamento deveria ser refutado, uma vez que priorizava os credores e não os interesses do povo, o que era o centro das atividades da Câmara. Também muito eficaz é a presença do argumento de desperdício, visto que, de acordo com a argumentação, não realizar as obras necessárias representava um prejuízo crescente, pois, além de perder o investimento financeiro já realizado, significaria perdas cuja reparação demandaria maiores investimentos, o que atingiria também a Metrópole, que recebia parte do dinheiro arrecadado na Colônia.

cujo provim(en)to hē a favor dos credores, e contra a [co]nservação da Republica, pois faltando Esta ea r[ee]dificação de q(ue) [s]uc[e]ssivam(en)te m(ui)to se carece, passados quaesquer tempos se [r]eduzirà tudo a termos q(ue) nem com excessiva somma [s]epodem tornar apôr em seu antigo Estado, por ser facil aruina, [e]difficil a reedificação, como setem visto, evai exp[e]rimentando.

Na seqüência, a cena argumentativa coloca novamente em evidência os atuais camaristas, com as marcas de subjetividade **uteis eprecizas**, para caracterização mais uma vez das obras.

Por fim, os camaristas utilizam a si próprios como modelo, pois são criadas imagens positivas de si mesmos, ou seja, a de quem não apenas tem consciência das maiores necessidades da cidade, mas, principalmente, agem conforme a lei, logo, atendendo assim aos interesses da Coroa.

eq(ue) nas obras uteis, eprecizas, q(ue) esta camara resolver em acto devereação [te]ndo [f]eitos ere matados empraça publica [n]a forma da ley, as não possaõ impedi[rem][em] intrometter-[os os d(it)os] Ouvidores geraes, pois esta Camara, com[o] [taõ] diminuta emrendas, senaõ extende amais doq(ue) agastos pr[e]cisos [de mayor] [ca]rrencia.



Na cena enunciativa, observou-se que cinco são os argumentos que compõem a classe argumentativa para a conclusão (r). Hierarquizando-os, nota-se que o argumento **p''''** é o de maior força, pois nele se encontra o objeto do acordo entre orador/locutor e auditório/alocutário, isto é, o bem comum. O argumento **p''** representa a segunda maior força argumentativa, pois constitui um argumento de autoridade que favorecerá o pleito. Na

seqüência, têm-se os argumentos **p'** e **p'** que representam, respectivamente, um prejuízo em virtude do mau aproveitamento de verbas o qual, portanto, não poderia ser admitido, e a situação que impedia os camaristas de solucionar o problema. Por fim, há, ainda, o argumento **p** que representa a menor força argumentativa, uma vez que determinadas práticas dos camaristas poderiam não ser tão importantes para o auditório/alocutário.

4.4 Carta do Senado a Sua Magestade – CSSM3

A carta em análise foi enviada pelo Senado da Câmara ao Rei de Portugal, em maio de 1753, na qual os membros da Câmara pleiteavam direitos iguais na arrematação dos talhos.

Logo no início da cena enunciativa, percebe-se a intenção dos camaristas em afirmar o lugar social de onde falam: o da autoridade municipal que os autorizava contestar qualquer atitude acerca de qualquer ato administrativo cuja deliberação não partisse deles.

S(enh)or Esta Camara como administradora do bem commum, està em posse de mandar rematar os talhos, e curraes donde se corta a carne p(ar)a os ustento do povo desta cidade, os quaes sepoem empraça e seremataõ nell [aq](ue)m por elles mais Lança de q(ue) resulta augmento , Eutilidade ao Conc(elh)o, e à Real Faz(en)da de V(ossa) Mag(esta)de

A argumentação se desenvolve num jogo de vozes, a saber: inicialmente, sob a perspectiva E1 (que coincide com o próprio locutor) para questionar a legitimidade da solicitação do E2 (Thomas Velloso Rebelo), caracterizando-a como um discurso polifônico.

E assentando nesta Cid(ad)e Thomas Velloso Rebello huã officina de cortar sola de attanados requireo aV(ossa) Mag(esta)de apreferencia dos d(it)os talhos, ecurraes, p(ar)a haver a si toda a courama p(ar)a ad(it)a officina,

Na seqüência, surge outro enunciador, E3 (Vice-Rei), em consonância com a perspectiva do E2. Apesar de ser a maior autoridade na Colônia, terá um ato contestado pelos membros da Câmara, que, mais uma vez, reafirmam o seu lugar social, atribuindo juízo de valor à situação em questão.

como se patentêa da copia q(ue) junta offerecemos da Portaria, q(ue) nos foi enviada do Ex(celentissi)mo V(ice) R[ey] do Es tado; aoq(ue) duvidamos, visto o prejuizo, q(ue) datal preferencia se seguia: esem embargo da dÛvida, nos enviou segunda Portaria de que tambem apresentamos copia a V(ossa) Mag(esta)de aq(ue) Lemos inteiro cumprim(en)to

Todo este jogo discursivo evidencia um embate de forças, cujo confronto manifesta a ideologia de determinados grupos sociais, isto é, a reafirmação de lugares sociais de prestígio naquela sociedade.

Outra estratégia argumentativa é a transferência de responsabilidade, ou seja, os camaristas não só deixavam transparecer a crença na justiça real, mas também se eximiam de qualquer responsabilidade, ficando livres do julgamento do povo, uma vez que Sua Majestade teria sido alertado do perigo por eles.

Pelo q(ue) nos vemos obrigados a por nas nas Reaes mãos de V(ossa) Mag(esta)de o prejuizo, q(ue) aq[u]i sepodemseguir

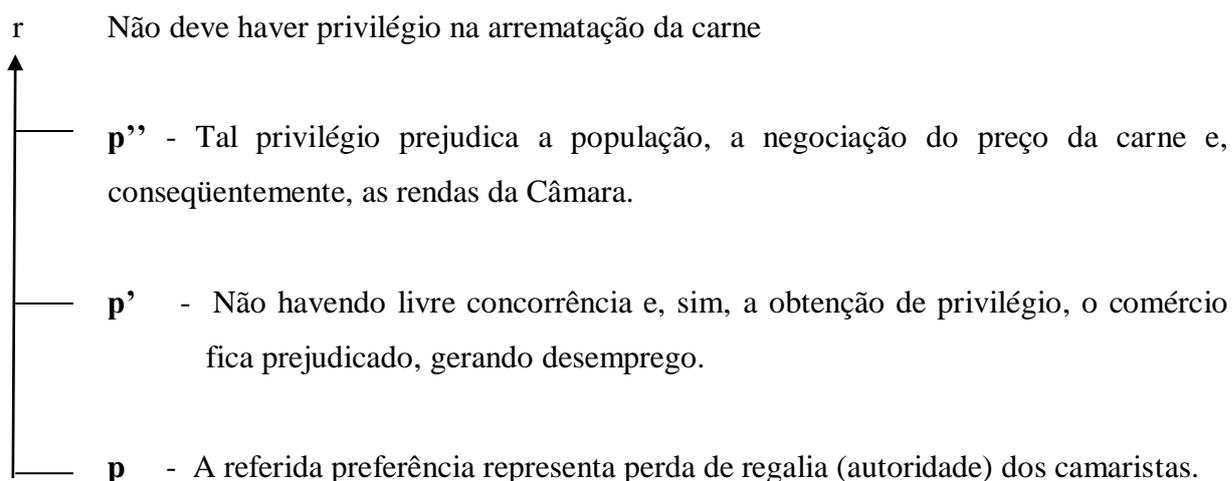
Observa-se que, apesar da ênfase dada à alimentação da população, a questão financeira assume um lugar especial para a adesão do auditório/alocutário. Salienta-se a importância de alguns vocábulos empregados na descrição de possíveis consequências. Dentre estes, destacam-se **conveniencia** e **endevidamente**, que trazem subentendida a idéia de algo que não passava pela legalidade e, portanto, passível de contestação.

Primeiram(en)te sendo sabido pelas pessoas, q(ue) costumaõ Lançar q(uan)doqualquer Lan[ço] q(ue) derem ha depreferir o d(it)o Thomas Velloso Rebello emtê aquantia, q(ue) lhe fizer conveniencia, nenhuã pessoa se resolvera o [lan]çar por lhe frustrar a sua diligência, eficarem as rendas do cons(elh)o m(ui)to diminutas, e elle so utilizado. Seend[e]vi(d)am(en)te que naõ havendo Lanço fran[co] p(ar)a q(ue)m quizer Lançar naõ haõ deconcorrer Lançadores defora e fi[car] esta camara perdendo naõ sô os augm(en)tos q(ue) podia Lucrar nos piques dos Lançadoes; mas taõ bem a regalia da suaposse. Em terceiro Lugar os grandes prejuizos, que se seguem as m(ui)tas officinas, q(ue) ha nesta cid(ad)e [cur]tir sola vermelha, emq(ue) o commercio desta praça interessam(ui)to alem de ser emprego ex[e]rcicio dem(ui)ta pobreza q(ue) vive de serviço das taes fabricas; ecom a d(it)a preferencia faltaõ os couros as sobred(it)as officinas, q(ue) opreferente lhe vendera como quizer, [e]os mais inferiores, ficando sem exercicio as fabricas dellas por falta de couros, emprejuizo dem(ui)tos como fica expressado, e utilizando se so [...] preferente tambem nesta parte

Ainda importante é a forma verbal **attendiveis**, outro recurso utilizado pelo locutor, que, ao caracterizar a tese defendida como perfeitamente aceitável, traz à argumentação a imagem de algo digno da benignidade real.

Observa-se que, para a adesão do auditório/alocutário, o orador/locutor prioriza o lugar da quantidade, uma vez que aquilo que estava sendo requerido beneficiaria um grande número de moradores e os camaristas não queriam perder o lucro com a venda da carne. Na cena argumentativa, o locutor constrói a sua imagem como a do modelo a ser seguido, uma vez que, na sua conduta, evidenciava-se uma preocupação com o bem-estar da população, mas utiliza também a argumentação pelo antimodelo, pois coloca o E2 e o E3 como aqueles que buscam privilégios individuais, ou seja, aqueles cujo comportamento deve ser rejeitado pelo auditório. Além da argumentação pelo modelo e pelo antimodelo, percebe-se, finalmente, a força do argumento pragmático, visto que, caso fosse mantida uma situação de privilégio, haveria uma crise no comércio, que geraria desemprego, logo poderia haver um descontentamento por parte de negociantes e da população, cujas conseqüências teriam uma repercussão negativa numa das principais cidades da Colônia, o que não seria de interesse da Metrópole.

Circunstancias, que se fazem attendiveis da Real benignidade de V(ossa) Mag(esta)de p(ar) a q(ue) se sirva mandar não haja preferencia na rematação dos d(it)os talhos, e curraes p(ar) a pessoa alguã; mas sem q(ue) se observe o costume praticado, admittindo-se toda, equalquer pessoa q(ue) tenha os requizitos necess(ar)ios, a lançar eq(ue) se lhe re[matem] pelo mayor Lanço.



A escala argumentativa acima foi estabelecida conforme hierarquização dos argumentos apresentada na cena enunciativa pelos camaristas, cujas marcas lingüísticas demonstram a força atribuída a cada argumento. Desta forma, têm-se, no argumento **p''**, a maior força argumentativa, uma vez que é introduzido no discurso pelo operador argumentativo **primeiramente**, assim como é atribuída ao argumento **p** a menor força entre os argumentos, visto que é introduzido no discurso por **em terceiro lugar**.

4.5 Carta do Senado a Sua Magestade - CSSM4

A carta em análise foi enviada pelo Senado da Câmara ao Rei de Portugal, em 30 de maio de 1753, na qual solicitava que fossem aliviadas as doações da Câmara e, principalmente, que nesta permanesse o poder de contratar funcionários, visto que, no referido período, tinha os

seus ocupantes de cargos nomeados pelos Desembargadores da Relação, através de provisões passadas em nome do Rei.

Segundo Perelmam e Olbrechts-Tyteca ([1958] 1996, p.4), argumentar é “provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhe apresentam ao assentimento”, sendo necessário que haja um acordo prévio entre orador e auditório. O estabelecimento do acordo entre o Senado da Câmara e o Rei de Portugal é estabelecido quando ambos se colocam à disposição do bem-estar do povo brasileiro e, neste caso, em particular, a população de Salvador.

Este acordo está fundamentado na categoria do real, visto que os argumentos apresentados são fatos já conhecidos do auditório/alocutário. Logo, se o privilégio que estava sendo requerido já havia sido respaldado por antigos reis, talvez não houvesse motivo para a discordância de Sua Majestade quanto a dar continuidade às atribuições da Câmara.

S(e)n(h)or Esta camara se acha de posse das suas fustração, e erecção , de prover varios officios, por facultados, e decretos, que lhe concedêraõ os serenissimos Reys antecessores de V(ossa) Mag(esta)de

Reforçando o argumento anterior, o orador/locutor (L), que é também enunciador, E1, respalda-se no fato de que, apesar de não haver a prova material de concessão de direitos, o Senado da Câmara manteve a antiga sistemática de preenchimento dos seus cargos, o que pressupõe, mais uma vez, ser legítima a solicitação.

.. eha presumpção evidente se redúziraõ a cinzas [no] anno de 1625 q(ue) d(it)o os Holandezes tomaraõ [a cidade], e poseraõ fogo no Archivo desta Camara cuja posse se continuou Sempre pelos nossos Ante[c]essores...

Na seqüência, ao se referir aos cargos, o orador/locutor, para obter a adesão do auditório/alocutário, questiona o caráter dos atuais escolhidos ao enaltecer o caráter daqueles que eram escolhidos pelo Senado, mostrando que o Senado da Câmara não apenas tinha o poder de escolha, mas sabia fazê-la, pois conhecia as qualidades necessárias aos cargos. Assim, pressupõe-se estar excluída qualquer possibilidade de um resultado satisfatório nas atividades da Câmara senão sob a orientação e determinação dos seus membros. A força do argumento é dada pela adjetivação **mais idôneos** atribuída aos eleitos pela Câmara, na qual se estabelece uma comparação de superioridade.

sendo huns dos taes off(ici)os o de Esc(riv)am das execuçoens desta Camara, os de Pregoei[r]os do Con(celh)o do Alcaide, e seu Esc(riv)am, q(ue) o Ex(celentissi)mo Conde de Atouguia V(ice) Rey do Estado mandoupôr em concurso, p(ar)a pagarem donativo, provendosedenovo_nestas occupaçoẽs, pessoas, semnossa approvaçãõ: e sendo os d(it)os officios depouco rendim(en)to, eservidos por pessoas pobres, em atençaõ aqueremter em que se exercitem com lucro, faltaõ as obrigaçoẽs deste con(celh)o, quenaõ heservido com a exacçaõ, q(ue) antes se observava, q(ue) d(it)o pela camara eraõ providos, por escolheremsempre os sogeitos mais idoneos;

Sendo o Rei aquele que busca o melhor para o seu povo, não seria outro o objetivo do Senado da Câmara, no lugar de representante e defensor local das necessidades de povo, trabalhar em prol da satisfação deste.

..do que sesegue prejuizo grave assim as arrecadaçoẽs doque pertence ao mesmo con(celh)o, e mais dependencias della, como ao bem commum.

Outra estratégia utilizada para a persuasão é colocar-se sob a responsabilidade do Rei, que não representa apenas reconhecer o seu poder, mas acreditar na sua capacidade de justiça. O senado não pede, suplica. Esta súplica pode ser compreendida como uma forma de divinização do Rei, que reforça o sentimento de humildade dos membros da Câmara, fundamental num período marcado pelo absolutismo real.

..o que tudo pomos nas Reaes mãos de V(ossa) Mag(esta)de aq(ue)m supplicamos nos faça m(...) mandar, sejamos conservado na posse antiga de provêr os sobred(it)os officios,...

O apelo é reforçado quando outro argumento forte é apresentado para confirmar a justeza da solicitação : o Senado trabalha a serviço de Deus e do Rei. Logo, a argumentação é orientada para o seguinte pressuposto: se Deus e o Rei querem o bem do seu povo, quem trabalha para Deus e para o Rei só pode trabalhar para o povo. Esperar receber uma graça é apenas para aqueles dignos do merecimento divino e real.

em ordem a serem providas pessoas capazes, aq(ue)m bem façã suas obrigações em obsequio d[o] [se]rviço de Deos, e de vossa Mag(esta)de (...) seq(ue)r (es)peramos receber a referida graça.

A partir da análise feita, observa-se que o discurso estabelecido pelo Senado da Câmara de Salvador tinha por objetivo não apenas o relato de fatos sobre a administração municipal, mas a adesão do Rei de Portugal à tese de que o Senado da Câmara possuía a competência para escolher seus membros.

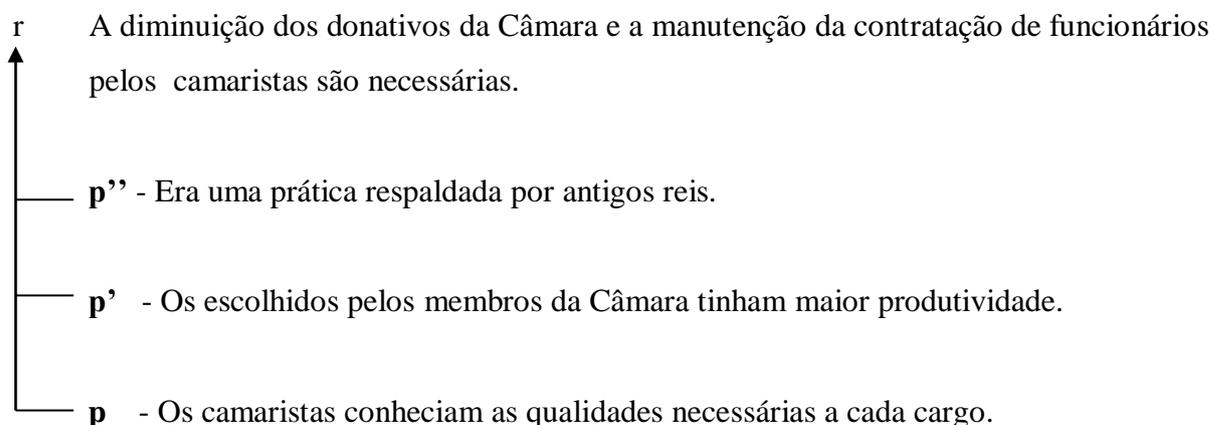
Para a adesão do auditório/alocutário, o orador/locutor (L) utilizou o argumento pragmático, pois há o estabelecimento de uma relação direta entre a escolha dos funcionários da Câmara pelos homens-bons e sua consequência imediata, isto é, uma melhor qualidade do serviço prestado. Observa-se, ainda, que o orador/locutor vale-se da argumentação pelo exemplo, uma vez que é sugerido ao auditório/alocutário, o Rei D. José I, imitar uma ação dos reis antecessores, mas também da argumentação pelo modelo, pois através da exaltação da conduta daqueles que eram contratados pelos camaristas em detrimento da conduta dos contratados pelo Conde de Atouguia³⁵, Vice-Rei, o orador/locutor (L) quer afirmar a sua

³⁵ D. Luís Pedro Peregrino de Menezes de Carvalho e Ataíde tomou posse de Governador da Relação em 20 de dezembro de 1749.

capacidade de escolha dos melhores funcionários. Na hierarquização dos valores, evidencia-se a preferência do orador/locutor (L) pelo lugar da quantidade, pois destaca que, além de servir a Deus e ao Rei, o bem comum também era objetivo daquela Câmara.

Para tal persuasão, foram utilizados argumentos que facilmente seriam aceitos pelo auditório particular, o Rei, assim como pelos não-alocutários previstos pelo orador/locutor.

Ao mesmo tempo em que os membros do Senado da Câmara de Salvador, para obter a adesão do Rei de Portugal, assumiam uma posição de submissão, conclui-se que, tratando-se de um momento político caracterizado por uma disputa de poder entre o representante de Portugal e autoridades locais, a argumentação tinha como objetivo principal resgatar a autonomia anteriormente usufruída pela Câmara em relação à administração municipal.



Analisando a cena enunciativa, verificou-se o emprego de três argumentos que visavam levar o auditório/alocutário à conclusão (r). Hierarquizando-os, observa-se que o argumento p''' é o de maior força em relação aos demais, pois refere-se à postura de antigos Reis em situações semelhantes, o que demonstrava que a solicitação era viável. Já o argumento p'' é mais forte em relação ao argumento p, visto que a produtividade dos escolhidos pelos membros da Câmara era a comprovação do argumento p.

4.6 Carta do Senado a Sua Magestade - CSSM 5

A carta em análise foi enviada pelo Senado da Câmara ao Rei de Portugal, em 30 de maio de 1753, na qual era solicitada ajuda de custo para uma antiga obra de reforma em um paredão numa das principais vias de acesso à cidade de Salvador.

Para destacar a necessidade da obra, os camaristas, a partir de uma descrição geográfica, criam uma imagem da Cidade do Salvador. Se a referida via fazia a ligação entre tantos pontos da cidade, a sua importância estava comprovada, ou seja, não se tratava de uma obra qualquer, mas num determinado lugar, do qual muitas pessoas se beneficiavam. Os camaristas valem-se, inicialmente, do lugar de quantidade para apoiar sua argumentação, pois, ao apresentar como justificativa para a referida obra o argumento de que o benefício atingiria grande parte da população, a aceitação da tese apresentada seria obtida mais facilmente.

... S(enho)r Huã das principais servidoes desta cid(ad)e he / a entrada q(ue) saindo pelas duas fr(e)g(uesi)as de S(an)to An= / tonio Além do carmo, ePilar, se ajuntaõ no Sitio / deAgoa deMeninos, Praya e a[r]rabaldes del= / la, e da hi continúa até os mais remotos, e di= / latados certoes [p]elo qual [t]em [os] gados p(ar)a os As= / sougues, e a mayor p(ar)te do peixe, hortalias, lenhas, / fructos, e outros mantim(en)tos, por correr p(ar)a aqu[e]lla / ban[d]a amayor extençaõ do terreno, emq(ue) ham(ui)tas / fazendas de pessoas particulares, e varios eng(en)hos das / (...) , dos quaes esta cid(ad)e he quotidianam(en)te / provida dos d(it)os fructos, principalm(en)te emtem= / pos do Inverno, q(ue) não entraõ embarcaões / de barra emfora, nem do recõcavo. ...

Na passagem anterior, declara-se que, principalmente, no inverno não é possível o acesso de embarcações e das pessoas em geral naquela área; logo, sendo freqüente a circulação de pessoas e de embarcações durante as demais estações, faz-se necessária a continuidade de uma obra que serve, inclusive, para o abastecimento local. Destaca-se, ainda, o emprego do

operador **principalm(en)te**, que marca, no enunciado, uma valoração do orador/locutor em relação a uma determinada época do ano, a qual poderá justificar a solicitação.

A importância da solicitação é referendada com a apresentação de um novo argumento, cujo destaque é dado através do operador argumentativo **além de que**. Este não tem apenas a função de conectivo, mas ressalta a influência política de outro segmento social: as ordens religiosas.

... Além de / q(ue) no d(it)o sitio ha tres conv(en)tos asaber: do No= / viciado dos P(adr)es da Comp(anhi)a, o dos capuchos, dos / Beneditinos e huã casa dos Frades do Carmo, e / m(ui)tas Igr(ej)as devarias invocacoẽs de Imagens / milagrosas degr(an)de devoçaõ levacaõ, aq(ue) concorrem m(ui)tos / muytos do povo desta Cid(ad)e e alem disto (...) ...

A presença de alguns elementos marcadores de temporalidade **varios annos, repetidas vezes** é outro recurso utilizado para reforçar a argumentação, pois, se há a insistência na realização de determinada obra, o seu benefício parecia estar comprovado. Outros elementos importantes presentes na argumentação são o intensificador **muito** (sendo muito precisa), que aumenta o grau do juízo de valor, marca de subjetividade, representado por **precisa**, atribuído pelos camaristas à obra, e o operador argumentativo **ao menos até**, que, além de introduzir uma justificativa, enfatiza a urgência na obra num determinado lugar.

... dous fortes, que fortificaõ esta cid(ad)e na defenza / daquelles meynos. E como a d(it)a estrada de= / corre pelas referidas prayas, se arruinou em va= / rios Lugares, q(ue) nossos antecessores em varios annos / repetidas vezes tem mandado reparar, mayorm(en)te jun / to do forte chamado dos Francezes no anno de 1736 / mandaraõ edeficar hum paredaõ, q(ue) continuaraõ por / pequeno Espaço, emrazaõ denaõ terem d(inhei)ro p(ar)a pa=/ garem aos pedreiros, e officiaes, ficando a obra / imperfeita até o presente, sendo m(ui)to precisa / acontinuaçaõ da obra aomenos até acasado / Noviciado dos d(it)os P(adr)es da comp(anhi)a, paragem aonde o / mar tem feito grandes estragos, e impede apasia= / gem do povo em occasião d[a] maré chea, porfi / carempela p(ar)te daterra outeiros de gr(an)de immi= / nencia, por donde senaõ pode fazer estrada; ...

Na seqüência, outros dois aspectos bastante importantes para o sucesso da argumentação são colocados em cena: a presença de outros enunciadores: E2 (religiosos), E3 (vizinhos) e E4 (viandantes), vozes de outros segmentos da sociedade que, ao emergirem no discurso, ampliam e ratificam a necessidade da obra citada, pois, se segmentos distintos de uma sociedade têm necessidades convergentes, comprova-se a idéia de bem-comum, e os adjetivos **precíssima**, cujo emprego no superlativo absoluto sintético é um recurso de reforço ao argumento apresentado, que não deixaria dúvida acerca da sua utilidade, e **boa**, os quais, além de atualizarem, reforçam a urgência da solicitação e marcam a posição do locutor em relação às melhorias da cidade.

....pe= / laqual razaõ senos tem req[u]erido m(ui)tas vezes pelos / sobred(it)os Religiosos, visinhanças daquelle sitio, / eviandantes, mandemos continuar o d(it)o paredaõ, por / serobra precíssima [a]o bem commum, e boa / communicacãõ desta cid(ad)e...

Demonstrar que a Câmara vem desenvolvendo outras atividades também é uma estratégia que não somente visa justificar a solicitação de verba, mas que também serve para demonstrar a consciência que têm os membros da Câmara do seu papel de representante do rei perante as necessidades da cidade. Se trabalhos não são viabilizados é devido à falta de recursos e não à desatenção às necessidades locais.

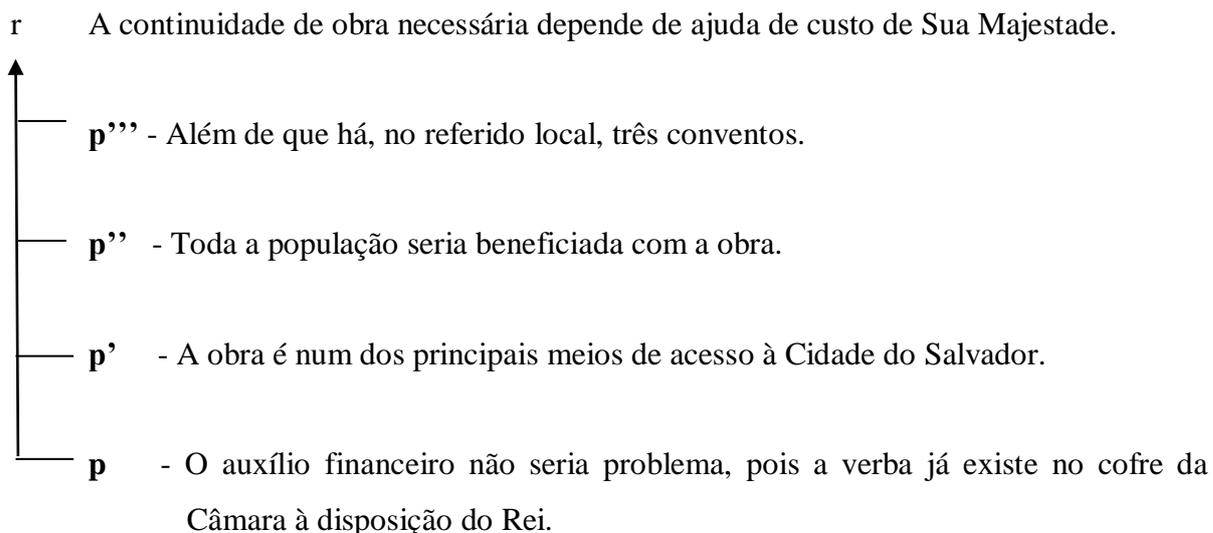
... aoq(ue) [na]õ temos deferido, por estar este con(selh)o falto d[e] d(inheir)o, eempacado pelas obras da cidade, emais gastos annuaes, ...

Ao mesmo tempo em que o orador/locutor mostra-se ciente de fazer parte de uma escala hierárquica, pois ele não pede, e, sim, roga, o emprego do substantivo **arbítrio** pode ser compreendido como uma maneira de não permitir a negação do auditório/alocutário, pois nada mais há contrário ao pleito, além da vontade real.

... motivo porq(ue) Pedimos, erogamos aV(ossa) Mag(esta)de q(ue) em atençaõ ao referido nos faça m(er)cê conceder huã aju- // da decusto, tirada do d(inhei)ro das Terças, q(ue) se acha no // cofre p(ar)a areferida obra, // oarbitrio deV(ossa) Mag(esta)de, ...

O orador/locutor (L), para obter a adesão do auditório/alocutário à tese apresentada, utiliza o argumento do desperdício, pois apresenta como argumento o fato de a obra ter sido iniciada e interrompida, cuja conclusão fazia-se necessária. Também está presente o argumento pragmático, visto que em virtude da dificuldade de acesso num importante trecho da cidade (fato), o locutor (L) orienta a argumentação apresentando o benefício da realização da obra (conseqüência), que era facilitar o acesso à Cidade. A relação fato-conseqüência característica do argumento pragmático também pode ser verificada quando é trazido à cena enunciativa o benefício que toda a população teria, mas, principalmente, os religiosos de três conventos presentes no referido local.

Observando a seqüência em que foram apresentados os argumentos que visavam à adesão do alocutário, o Rei de Portugal, a cena enunciativa leva à conclusão de que a ajuda de custo para construção do paredão era necessária, pois tratava-se de uma obra num dos principais meios de acesso à Cidade do Salvador, que beneficiaria não somente à população em geral, mas também aos religiosos, cuja verba necessária já existia em posse da Câmara, cabendo ao Rei, portanto, somente autorizar a sua utilização e cujo respaldo à grandeza da obra está não apenas na solicitação dos camaristas antecessores, mas também por ser uma reivindicação de vários segmentos representantes da referida sociedade.



Tendo em vista a adesão do auditório/alocutário à conclusão (r), quatro argumentos foram apresentados pelo orador/locutor. A partir da análise da cena enunciativa, observa-se que o argumento **p'''**, através do operador argumentativo **alem de que**, apresenta a maior força argumentativa, pois enfatiza a necessidade da obra devido à presença de regiosos no local. O argumento **p''** apresenta a segunda maior força, visto que traz à argumentação a justificativa do benefício à população em geral. Em relação aos demais, o argumento **p** tem menor força argumentativa em relação ao argumento **p'**, pois trata da verba necessária, sem que esta representasse um problema, visto que já estava depositada no cofre da própria Câmara.

4.7 Carta do Senado a Sua Magestade – CSSM6

A carta em análise foi enviada pelo Senado da Câmara ao Rei de Portugal, em maio de 1753, na qual os camaristas solicitavam autonomia para utilização das terças.

Logo no início da cena enunciativa, percebe-se a utilização do recurso de presença como estratégia da argumentação. Antes de apresentar a tese principal, o locutor não declara,

simplesmente, que a Câmara sempre trabalhou em prol do desenvolvimento da Cidade do Salvador, mas utiliza as próprias ações como referencial, ou seja, o modelo a ser seguido.

O marcador de temporalidade **des o seuprincipio** referenda o exposto, pois, tratando-se de uma prática, comprovava-se a importância das obras. Também importantes, para tal comprovação, são as adjetivações **precizo** e **boa**, que demonstram um juízo de valor dos atuais camaristas.

Na seqüência, a estratégia utilizada é a demonstração da capacidade administrativa dos atuais membros da Câmara, o que é introduzido no discurso com as adjetivações **tenues** e **continuadas**. Observa-se o jogo que é instalado nesta colocação, pois manter despesas permanentes com o pouco dinheiro de que dispunha a Câmara representava uma certa competência na administração dos problemas da Cidade. Destaca-se, também, o emprego das formas verbais **carece** e **necessita** empregadas ao se referir às obras da Cidade. Ambas no presente do indicativo, funcionam também como um recurso de presença, como uma atualização, pois, apesar de tudo que fora feito, ainda havia muito a ser realizado. Por fim, em **sendo amayor p(ar)te delle indigente epobre**, nota-se que os camaristas utilizam, também, o lugar da quantidade como recurso de apoio à argumentação.

S(enho)r Teve esta cid(ad)e sua fundaçã em sitio imminente; sobrelevantados outeiros compoucaplanicie, por ser assi[m] precizo p(ar)a o commercio; accomodaçã do desembarque abrigo dos embarçaõs as mais apto p(ar)a [acom=]muniçaõ, eboa servidaõ do povo, aonde [sefa=] sefa[çaõ] abrindo Ladeiras pelas câmaras, erecostas q(ue) decorremp(ar)a todas as p(ar)tes comcalçadas, eparedoens a custado concelho, com o que secomeçou Logo a empenhar des o seuprincipio, por serem as rendas tenues, eas despezas continuadas, em[ra][zaõ] deseter extendido m(ui)to esta cid(ad)e de cuja grandeza secoligem os gr(an)des gastos q(ue) este conc(elh)o tem feito, ecare[ce] defazer nas calçadas, paredoens, pelas ladeiras emarinha e continuam(en)[t]e na[s] suas reformas, fontes, eservidoens, deq(ue) m(ui)to senecessita, p(ar)a acom[m]uniçaõ, e conservaçaõ detaõ numeroso povo, sendo amayor p(ar)te delle indigente epobre.

Na seqüência, surge, no discurso, um outro enunciador, o E2 (camaristas antecessores), de cuja perspectiva falará o locutor. Os itens lexicais **oprimidos**, que coloca os antecessores numa posição de vítimas, e **necessid(ad)e** e **diminutas** levam o auditório a imaginar uma situação de precariedade na administração da Câmara, criando-se, desta forma, o espaço ideal para a apresentação da tese principal: a permanência das terças sob a administração dos camaristas.

Observa-se ainda a utilização da argumentação pelo exemplo, visto que a tese defendida pelos camaristas ainda não foi aceita pelo auditório, o rei D. José I. Tal exemplo é demonstrado por uma ação de D. João V, cuja imitação pelo atual Rei era o que se desejava, constituindo-se, também, um modelo.

Em cujos termos, os nossos Antecessores vendose oprimidos como m(ui)tos empenhos decredores, e com a necessid(ad)e de continuar as d(it)as obras, sem rendas q(ue) lhe suprissem, por serem diminutas, tomaraõ a resolução de se valerem da proteção Real (recorrendo a Mag(esta)de do S(enho)r D(om) Joaõ 5º de sau[de] a memoria, que S(an)ta gloria haja,) pedindo lhe o rendim(en)to das Terças, p(ar)a comesse supplemento acudirem as d(it)as oppressões.

Outro recurso presente é a criação da imagem do Conde de Atouguia, o Vice-Rei, não como modelo, já que era uma representação da Metrópole na Colônia, e, sim, como antimodelo, isto é, aquele cujo ato deveria ser rejeitado uma vez que contrariava uma determinação Real.

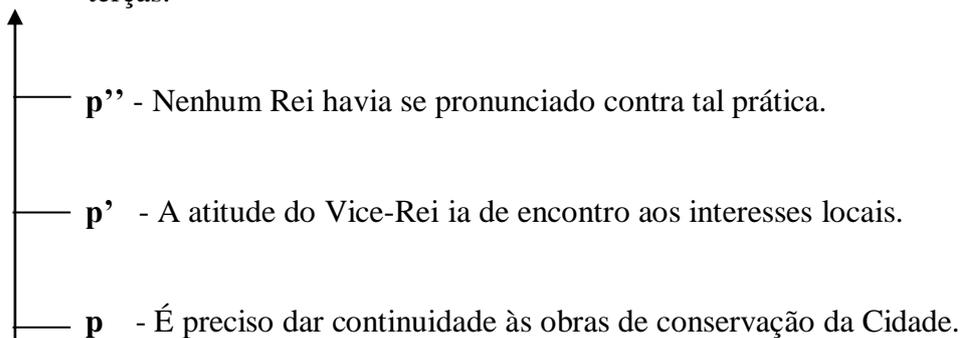
Foi o d(it)o S(enho)r servido por resolução do seu conc(elh)o do Ultramar q(ue) o d(it)o rendim(en)to se [c]onservase no cofre desta camara, até final resolução sua o q(ue) assim se continuou por alguns annos, sem que ao tal requerim(en)to setenha deferido, talvez por incuria [dos] Procuradores, q(ue) este conc(elh)o tem salarizados na corte, pois dos seus t(er)m)os não temos noticia certa. Echegando a esta cid(ad)e no anno de 1749 o Ex(celentissi)mo Conde de Atouguia V(ice)Rey, e cap(it)am general deste estado, em 17 de Fevereiro de 1750 mandou q(ue) se embarcasse o d(it)o d(inheir)o do cofre p(ar)a o Reyno, como [s]ev[ê] da copia af[olha]s, ao q(ue) duv[ida]ndo est[a] Camara, como se patentêa da copia af[olha]s;

O orador vale-se, também, do argumento do desperdício, pois solicita ao Rei a permanência das terças para, desta forma, dar continuidade às obras necessárias à Cidade do Salvador.

Por fim, o locutor utiliza-se do argumento pragmático para apresentar a tese principal, cuja relação fato e consequência, pela forma em que foi apresentada, traria benefício à Cidade e ao povo. Do final desta cena enunciativa, destaca-se a lexia **digo**, que não faz apenas uma inserção, mas introduz uma retificação fundamental ao que estava sendo enunciado.

eSem atençaõ ad(it)a d(ív)ida mandou Seembarcace, como consta dacopia af[olha]s [q(ue)] V(ossa) Mag(esta)de foi servido orden[ar] setornas[s]e ao [de] ao depozito emq(ue) estava, [...] [...] da [co]pia af[olha]s ecomeffeito fica restit[uido] edeposita= do [o] d(it)o [d(inhei)ro] R[a]zaõ porqu[e] pedimos er[oga]mos [aV(ossa) Mag(esta)de] [e]m a[tt]en[ç]ãõ [de]to do o exposto (q(ue) passa naverdade) se[di]gne, por [fazer]merceaesta cid(ad)e, eseupovo, haver p[or]be[m] q(ue) esta sajunte ao d(it)o r[igor] [m(ui)to] p[re]s[en]teseacha, fei[to] [nossos] Ant[ecessores] de[...] deselhefim a f[...] [des]te conc(elh)o naconformid(ad)e (...) nellese (...) [pe]lo [in]tento seva [de]pozitando o d(it)o [req]uerim(ent)o di[g]o o d(it)o rendim(en)to no referido cofre na form[a] da d(it)a ordem af[olha]s exp[osta] [n]a copia; p(or)q(ue) o Ex(celentissi)mo V(ice)Rey , n[em] outro[s] M[ini]stros pelo entanto senaõ intr[o]mettaõ [a]removelo p(ar)a outra p(ar)te

r Nenhuma autoridade, além dos camaristas, deve decidir acerca da utilização das terças.



Dentre os argumentos que compõem a classe argumentativa a favor da conclusão (r), o argumento **p''** apresenta maior força em relação aos demais por demonstrar como Reis antecessores haviam se posicionado em situação semelhante, que era a atitude esperada pelos atuais camaristas. Já o argumento **p'** é mais forte que o argumento **p**, pois expõe o

comportamento mantido pelo representante da Coroa na Colônia que deveria ser refutado, uma vez que não atendia às necessidades locais.

4.8 Carta do Senado a Sua Magestade – CSSM7

A carta em análise foi enviada pelo Senado da Câmara ao Rei de Portugal, em dezembro de 1753, na qual os camaristas solicitavam a conservação da prática de fatura e venda do sabão.

A cena enunciativa divide-se em três momentos, delimitados, inclusive, em sua materialidade, por parágrafos, da seguinte forma: constatação e denúncia do fato, apresentação da posição adotada diante da situação denunciada e, finalmente, a busca da adesão do auditório/alocutário, Sua Majestade, à posição adotada pelos membros da Câmara.

Indispensável a toda argumentação é o acordo entre orador/locutor e auditório/alocutário. Este se estabelece quando os camaristas demonstram sua preocupação perante problemas sociais.

Logo no início da cena enunciativa, a forma pronominal **nos** cria um efeito de subjetividade, em que o orador/locutor é, também, o enunciador E1, ou seja, é a partir da perspectiva dos membros da Câmara que o discurso vai ser desenvolvido. Também importante, neste momento, é a relação de temporalidade estabelecida com as formas verbais **constar**, que traz para o momento da enunciação uma situação marcada no discurso com a forma verbal **padeceiaõ**. Observa-se que padeceiaõ é uma forma verbal empregada para representar sofrimento profundo. Como, no referido período, verificava-se um grande descontentamento da

população em virtude das condições sociais, ao trazer para a enunciação a referida forma verbal, o orador/locutor poderia conduzir o auditório/alocutário ao subentendido de possibilidade de conflitos entre comerciantes e autoridades, que poderiam ser evitados caso houvesse a adesão de Sua Majestade à tese defendida.

Senhor Por nos constar, q(ue) os morado[re]s desta cid(ad)e, e seu re[con]ca[vo] padeci[aõ] amayor consternação nas indiscretas diligencias, e desordenados varejos, [q(ue)] desp[ach]am [...] [e]xecutav[a] Joaquim Alberto Duarte, Pr[ocu]rador do [Conde] de [Ca]stello Melhor, (sem preced[er] mandado, ou auth[o]r[ida]de da justiça, como sere[co]menda nas mesmas Doações emque funda a sua jurisdição) afim de [...] [re]duzir [custo] do sabaõ do Reyno com exclusiva total, doq(ue) [s]e fabrica na Terra, foi noti[f]icado, p(ar)a apr[es]entar nesta Camara as Doações do d(it)o Conde de Castello Melhor, pois [so] assim sepoderia [exa]minar apermiss[aõ] ou [fa]culdade de estancar o sabaõ do Reyno, por ter Vossa Mag(esta)de [de]terminado em a Provisaõ[de] vint[te] etres de [Mayo] deste presente an[no] copiada a[f(olha)]1 que seja o conde deCaste[ll]o Me[lh]or conservado nas suas Doações, eestilo deas [pr]aticar, sem alteração alguã, nem o d(it)o Procurador podia eximirse da necessidade de as registrar nos Livros da Camara.

Na sequência, o orador/locutor conduz a argumentação não apenas relatando como a situação desenvolvia-se, mas marcando-se no texto com a inserção de juízos de valor: **d[epois] [de] alguã [r]epugnancia**, para denunciar a atitude do denunciado, e **comas expressões mais efficazes aobservancia das ordens de Vossa Magestade q(ue) como vassalo estava obrigado a guardar, [e]nquanto vossa Magestade**, em que o orador/locutor cria de si a imagem do fiel seguidor das determinações do Rei, outro recurso bastante eficaz à persuasão do auditório/alocutário. Com o emprego do performativo **declarou**, a argumentação apresenta-se na perspectiva do próprio auditório/alocutário, surgindo, então, um outro enunciador, o E2, que vai referendar a tese defendida pelos camaristas, visto que o próprio auditório/alocutário se presentifica como argumento de autoridade.

Obedecen[do] com effeito anotificação, (d[epois] [de] alguã [r]epugnancia,) veyo pessoalmente a[pr]esenta[r] em auto de[ve]reação [nas] [do]ações c[op]iadas numero 2º, as quaes [s]end[o] vistas e examinadas com toda a circums[pe]cção, achamos, q(ue) por ella senaõ permite ao conde de Castello Melhor genero algum de Estanque neste Estado, nem outro privilegio mais que afuldade devender Livrem(en)te o sabaõ do Reyno, sem

se estorvar aos Moradores o uso do que se faz no Paiz Como ja declarou Vossa Mag(esta)de na [Pro]visão numero [2º] de tres de Agosto, demil sette centos cincoenta e [dous] aqual por se não ac[h]ar de[ne]gada pela ultima Provisão detres de Mayo do [pre]sente anno de mil sette centos cicoenta etres, (q(ue) só çẽde em mera confirmação das [suas] Doações) deve in[te]iramente subsistir, esendolhe estranhado e excesso q(ue) praticava nos varejos, contravindo as mesmas Doações q(ue) arrogava a seu favor, lheadvertimos comas expressões mais efficazes aobservancia das ordens de Vossa Magestade

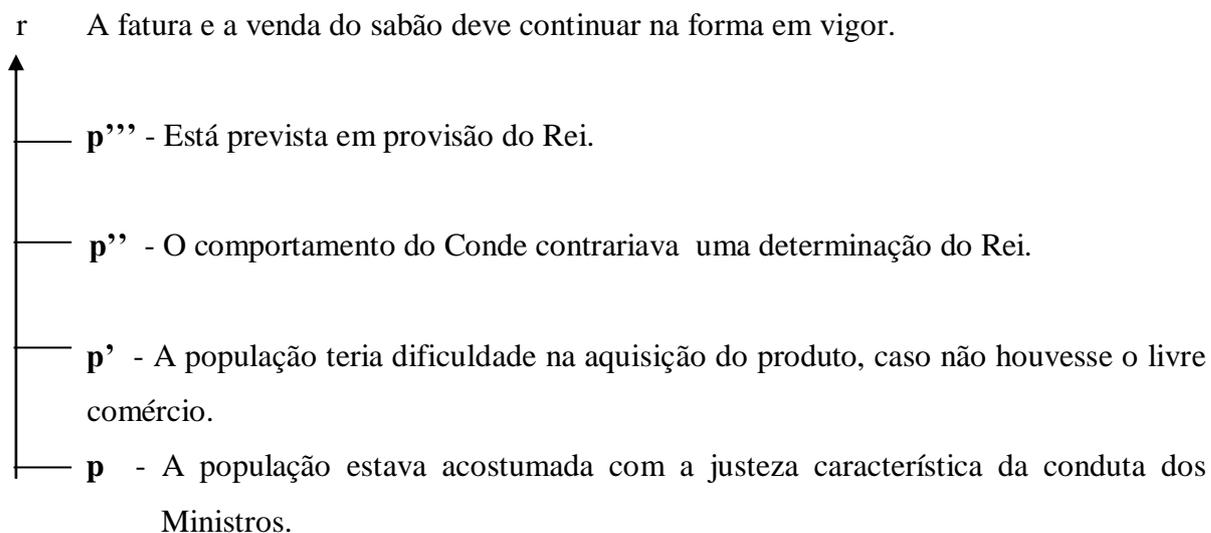
O orador/locutor também se utiliza da argumentação pelo modelo, ao valorizar a postura dos Ministros da Justiça e da Fazenda, para refutar a atitude do Conde de Castelo Melhor, que é apresentado como antimodelo. Esta oposição é marcada no discurso pelo confronto entre **temerario procedimento**, atribuído a este, e **benignidade**, característica daqueles.

Moradores desta Cidade, os quaes por estarem costumados [abe]nignidade, [c]om que seportam os Ministros daJustiça eFazenda devossa Magestade nas diligencias [q(ue)] fazem por obrigação dos [se]us officios, com justificada razão [s]e escandalizavaõ do seu tem[e]ra[r]io procedimento, publicando com inçessantes clamores o detrimento, e prejuizo q(ue) experimentavaõ, em beneficio da fazenda de hum Donatário

Dando prosseguimento à argumentação, o orador/locutor fala a partir da perspectiva de outro enunciador, o E3, o Conde de Castelo Melhor, que passa de opositor, de denunciado, a cúmplice. Em **econvenci[do] [de] verdade prometteo ceder do projecto er[ra]da[m]ente intentado, [r]es[ig]nando[s] todo aoq(ue) d[ete]rminace a Vereação**, o E3 surge no discurso para confirmar a tese defendida pelo E1, logo, se o acusado passa a compartilhar a mesma opinião do acusador, a adesão do auditório/alocutário parecia estar bem próxima. Neste sentido, a argumentação é reforçada logo em seguida com **naõ podemos expôr aVossa Mag(esta)de por [m]leyo ma[is] efficaz as videncias por elle praticadas, constituindo-se o escandalo univer[s]al detoda esta Cidade**. Estas evidências são a admissão da verdade, o documento assinado, cuja ressalva feita pelos camaristas em **ainda q(ue) [du]vidou ao depois o assignar o termo** são elementos que ajudam a criação da imagem do antimodelo.

Por fim, o orador/locutor conclui o seu discurso não mais do lugar social anteriormente ocupado, o de autoridade do município, porém assumindo outro lugar social, o do humilde vassalo, transferindo, assim, para o auditório/alocutário a responsabilidade do que havia sido exposto, não deixando outra alternativa senão a adesão à tese principal. Desta forma, evidencia-se, também, um discurso baseado no argumento pragmático, que, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958]1996, p. 304), a partir do momento em que uma ligação fato-consequência é constatada, a argumentação se torna válida, seja qual for a legitimidade da própria ligação.

Finalm(en)te senhor, concluímos expondo humildemente a Vossa Mag(esta)de o consideravel prejuizo q(ue) experimenta[va] este Povo no estanque do sabaõ do Reyno, com exclusiva doq(ue) se q[ui]z nesta Terra



Tendo como objetivo levar o auditório/alocutário à conclusão (r), constata-se que o argumento p''', ao valorizar um juízo de valor do auditório/alocutário acerca da situação, constitui-se no argumento de maior força na cena enunciativa. O argumento p'' representa a segunda maior força, pois marca uma oposição ao que foi apresentado no argumento p'''. Na seqüência, observa-se que, em relação aos dois outros argumentos, o argumento p' apresenta maior força

em relação ao argumento **p**, já que introduz na argumentação a conseqüência negativa que seria vivida pela população, caso a situação exposta no argumento **p** não fosse respeitada.

4.9 Carta do Senado a Sua Magestade – CSSM8

A carta em análise foi enviada pelo Senado da Câmara ao Rei de Portugal, em fevereiro de 1755, na qual os camaristas defendiam a instalação da Congregação de S. Filipe Néri na Cidade do Salvador.

O sucesso de toda argumentação pressupõe um acordo prévio. Em se tratando de um período de constantes atritos entre segmentos da sociedade e a administração municipal, este ocorre quando os camaristas demonstram estar atentos ao benefício que a instalação dos referidos religiosos traria à população. Os membros da Congregação, segundo Vilhena (1969, p.448), eram vistos como caridosos, o que trazia certo alento à população. Logo, o objetivo do orador/locutor estaria em convergência com o auditório/alocutário. A argumentação será orientada sob dois aspectos antagônicos: o espiritual e o material.

Para a adesão do auditório/alocutário à tese defendida, logo no início da cena argumentativa, o orador/locutor, que é o enunciador, o E1, orienta a argumentação valorizando a conduta dos membros da Congregação de S. Filipe Néri, ou seja, utiliza a argumentação pelo modelo como caução à posição adotada. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 1996, p.414),

Podem servir de modelo pessoas ou grupos cujo prestígio valoriza os atos. O valor da pessoa, reconhecido previamente, constitui a premissa da qual se tirará uma conclusão preconizando um comportamento particular. Não se imita qualquer um; para servir de modelo, é preciso um mínimo de prestígio.

Os religiosos, em geral, gozavam de prestígio social e suas ações sempre foram tidas como norteadoras do comportamento da sociedade.

Senhor. O procedimento, [o] zelo, eadoutrina dos Padres Congregados do Oratorio, benemeritos Filhos de [S](am) Filippe Néri, recomenda se tanto na nossa atençaõ, q(ue) justamente invejamos afelecidade dos Povos, que merecem a direcçaõ dos dos seus fe[r]vo[ros]os os Espiritos

Destaca-se o emprego das formas verbais **recomenda** e **invejamos**, pois ambas enfatizam positivamente a atitude que se esperava ser imitada. Já a forma verbal **merecem** revela um juízo de valor do orador/locutor em relação à população a ser beneficiada.

A argumentação alcança uma maior força quando o orador/locutor admite que, acima da sua vontade, há a manifestação da própria vontade divina para a instalação dos religiosos, revelando, assim, o argumento de autoridade. Segundo Peralman e Olbrechts-Tyteca ([1958]1996, p.351), “muitas vezes, antes de invocar uma autoridade, costuma-se confirmá-la, consolidá-la, dar-lhe a seriedade de um testemunho válido. (...) No limite, a autoridade divina sobrepuja todos os obstáculos que a razão poderia opor-lhe.”

eporq(ue) a Divina Providencia, [c]ompadeçida talvez dos nossos desejos, actualmente facilita a occasiaõ de conseguirmos p(ar)a esta Cidade a possedetaõ [s]anto Instituto,

No recorte acima, destaca-se o emprego do atenuador **talvez** e da forma verbal **facilita**, que enfatiza a importância do emprego do argumento de autoridade. Observa-se, ainda, que, ao empregar o marcador de temporalidade **actualmente**, tem-se o seguinte pressuposto: a existência de uma situação anteriormente desfavorável, cujo momento propício não deve ser desperdiçado.

Contraditoriamente, observa-se, logo em seguida, que a manifestação divina não está relacionada a aspectos da vida espiritual, mas à questão material: a herança recebida por

padres da Congregação. A argumentação, então, vai receber outra orientação, sendo deslocada do valor espiritual para o valor material. Vilhena (1969, p.448) destaca o fato de que os Padres da Congregação de S. Filipe Néri sempre encontraram resistência por parte dos membros da Câmara de Salvador para a instalação da referida Ordem na Cidade, o que evidencia ser o fator financeiro o principal interesse dos camaristas e não o que a religião poderia representar para a população, como foi apresentado no início da cena argumentativa.

fazendo, comq(ue) hum dos Moradores mais ricos della, proximamente falecido, instituisse p[o]r herdeiros detodo[s] os seus bens adous Padres da Congregação dePernambuco, com o onus defundarem caza nesta terra, p(ar)a o q(ue) lhes deix[a] tão consideravel Patrimonio, q(ue) excede a quantia de cento evintemil cruzados, erenda annualmente mais deoito, com tudo se ve[r]efica do Documento junto

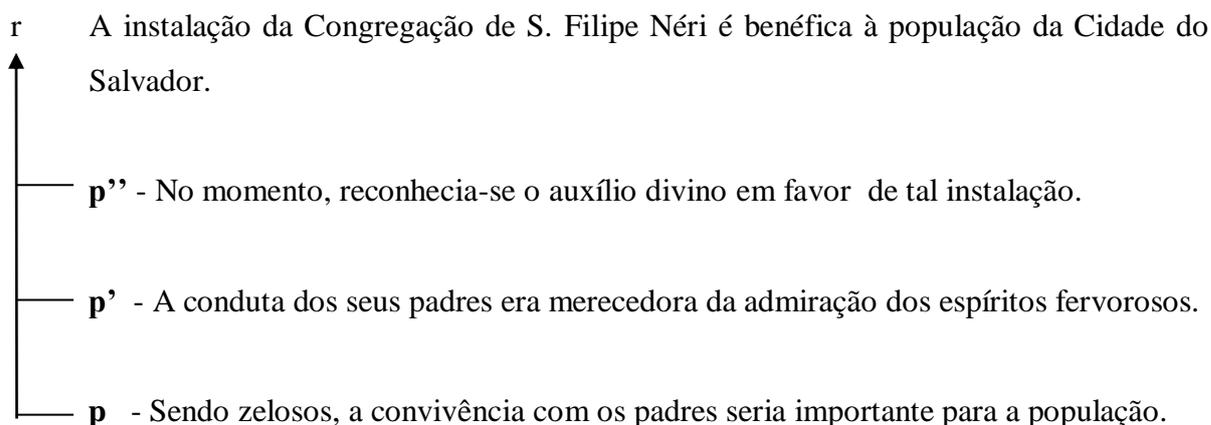
Também importantes são as marcas de subjetividade **humilde** e **incessantemente**, que marcam a posição do orador/locutor no discurso, bem como a adjetivação **innata** que, caracterizando a forma substantiva **piiedade**, evidencia tratar-se de algo de fácil realização para Sua Majestade. Observa-se, também, que a sequência de qualidades atribuídas ao auditório/alocutário deixa clara a atitude esperada pelo orador/locutor, cuja plenitude da argumentação é alcançada pelas adjetivações **benigna** e **catholica**, afinal, quem tem uma **catholica intenção** não poderia criar resistência em relação à expansão de uma Congregação católica.

A marca de temporalidade **sempre** auxilia a construção, na cena argumentativa, de uma imagem positiva do auditório/alocutário, uma vez que caracteriza um comportamento constante, cuja suspensão, além de causar estranheza, poderia gerar problemas junto à Câmara de Salvador que, na Colônia, sempre desfrutou de regalias.

humilde e incessantemente imploramos daReal clemencia, einnata piedadevossa Magestade a graça desta santa fundação; por estarmos m(ui)to per[su]adidos da utilidade

q(ue) della ha de re[z]ultar a todo este povo: assim esperamos da da benigna ecatholica
intenção devossa Magestade sempre propicio para apromossaõ da virtude.

Por fim, constata-se o caráter pragmático da argumentação, uma vez que, sendo os padres da Congregação considerados caridosos e instalados na Cidade com a intermediação dos homens-bons, estes ganhariam prestígio junto à população.



Dentre os argumentos apresentados pelor orador/locutor para levar o auditório/alocutário à conclusão (r), constata-se que o argumento **p''** é o de maior força em relação aos demais, uma vez que a manifestação da vontade Divina não poderia ser questionada, assim como o argumento **p''** apresenta força argumentativa maior que o argumento **p**, já que os religiosos sempre foram considerados representantes de Deus, logo um modelo a ser seguido.

4.10 Carta do Senado a Sua Magestade – CSSM9

A carta em análise foi encaminhada à Rainha de Portugal D. Maria I, em 24 de maio de 1789, com o objetivo de solicitar o direito de despender do dinheiro das terças para dar continuidade a obras na Cidade do Salvador.

A declaração de gratidão e fidelidade feita logo no início da cena enunciativa orienta a argumentação para o estabelecimento do acordo entre o orador/locutor, que coincide com o enunciador, o E1, e o auditório/alocutário. Acordo reforçado pelo marcador de temporalidade **sempre**, que facilita a aceitação da tese apresentada, uma vez que deixa claro tratar-se de um comportamento já conhecido e aceito pelo auditório/alocutário. Outra estratégia utilizada para o estabelecimento do acordo é destacar o comportamento dos camaristas perante Sua Majestade, pois eles têm **a honra de expor a Vossa Magestade com a mayor gratidão**, e são **Leaes Vassalos**, cuja obediência conserva-se **ileza e pura**. Observa-se que todas estas qualificações atribuídas aos camaristas por eles próprios não apenas facilita o acordo, mas também serve para “lembrar” que há uma recompensa por este comportamento, a qual coloca os camaristas baianos numa posição política de destaque, visto que são merecedores de **os mayores privilegios, izençoens, egraças**, ficando subentendido que a fidelidade dos camaristas está diretamente condicionada aos privilégios concedidos pela Metrópole. Não se pode desconsiderar o fato, como já dito em análise anterior, de que, apesar de haver representantes da Rainha na colônia, quem realmente detinha o poder nas vilas e cidades eram os membros das Câmaras.

Destaca-se a importância do emprego da argumentação pelo exemplo, uma vez que os camaristas dão ênfase a uma ação de Reis antecessores, que desejavam ver imitada pela Rainha, isto é, a concessão de privilégios.

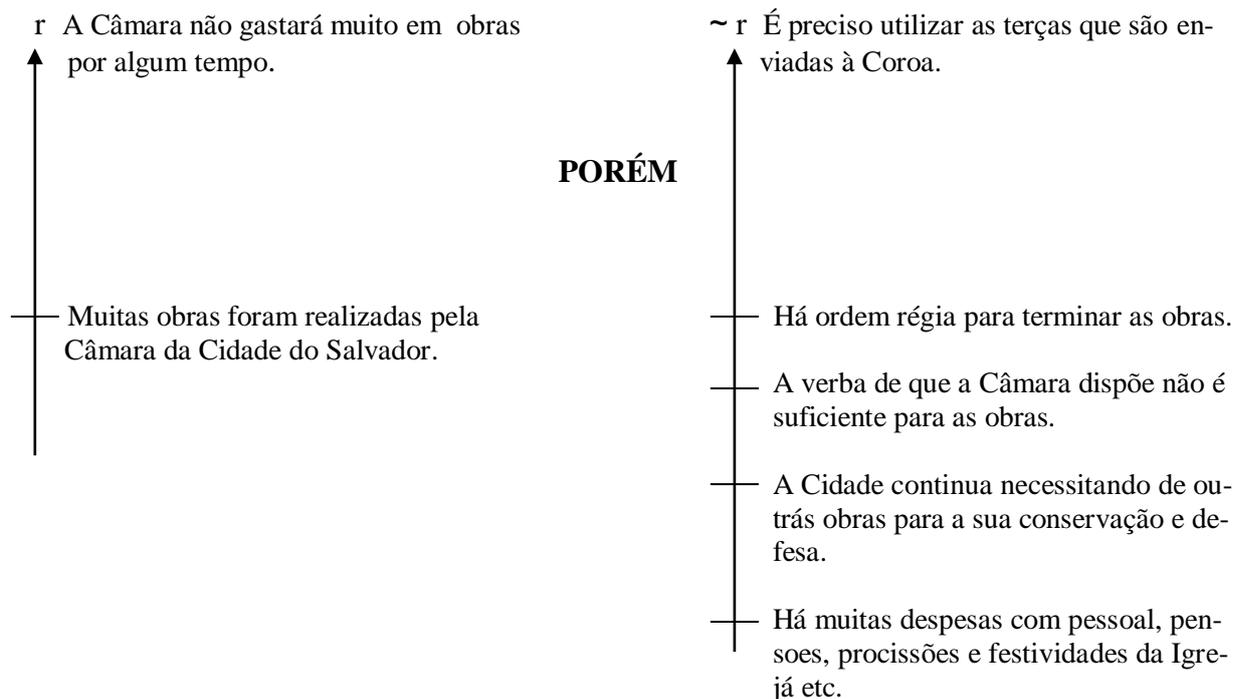
... Senhora Este Senado q(ue) sempre teve a honra / dee[x]por a V(ossa) Mag(estad)e com a mayor gratidaõ efidelidade / as precizoens, que ocorrem embeneficio do publico, edos Po / vos, cuja fidelidade desde os primeiros reconhecimentos, / que fizeraõ aos Predecessores de V(ossa) Mag(estad)e sempre / conservaraõ ileza epura com aobediencia de Leaes Vas / salos; por cuja razãõ os soberanos, que tem predomina / do esta Monarchia, εμπremio desta mesma fideli / dade, tem concedido aeste Senado eaosMoradores desta / Capital os mayores privilegios, izeñçoens, egraças, por cujos / indultos tem recrecido no animo dos habitantes amayor / pureza, elealdade ao direito da Soberania;...

Na seqüência da cena enunciativa, há um relato de como a cidade vinha desenvolvendo-se, que resultava num estado de satisfação da população. As adjetivações **sabias** e **providentes** atribuídas às atividades administrativas dos representantes da rainha representam um julgamento de valor feito pelos camaristas à administração dos Capitães Gerais. Em se tratando de um período em que a população baiana e, principalmente, os “homens bons” ainda se ressentiam pelo fato de Salvador perder o *status* de capital da Colônia, transferida para o Rio de Janeiro em 1763, estes juízos de valor podem ser compreendidos apenas como uma marca de subjetividade, que no discurso expressa uma certa harmonia entre a administração local e os administradores da Colônia, mas também como uma maneira de não demonstrar tal ressentimento e de evidenciar que a Bahia ainda gozava de prestígio político no cenário nacional, visto que alguns setores e, principalmente, a defesa da cidade, que era um importante acesso por mar à colônia, mantiveram um desenvolvimento normal. Criava-se, então, a imagem de uma cidade que, apesar de não mais ser a Capital da Colônia e de seus pequenos recursos financeiros, crescia e se desenvolvia satisfatoriamente.

... estes povos / tendo recebido dos Capitaens Generaes, e Governadores, que / no Real Nome de V(ossa) Mag(estad)e os tem governado, creci / dos beneficios, com os quais setem aumentado apopulacaõ / onegocio, aagricultura, esubido ahum ponto deproduzir ma / yores / intereces atoda a Monarchia, o publico eafortificaçaõ / desta Cidade, o aceyo della

tem igualmente recrecido pelas / sabias, eprovidentes direçoens dos Ex(celentissi)mos Capitaens Generaes, q(ue) / lhestem sido derigidos p(ar)a Governos, chegando os seus habitan / tes ao excesivo numero vinte mil vezinhos, que todos sein / teresaõ emfazer filis o estado defencivel afortificaçaõ; este / Senado com os seus pequenos rendimentos tem concorrido pa / ra amayor parte damesma defença do aceyo publico das / Pracas dos planos nec(ess)arios para a manobra [do] [e]xercicio das / tropas nas subidas p(ara) a eminencia da Cidade alta / [a]lta tem feito muros [...] so para segurança dos pre / deos dosmoradores mas em cazo dessa Cidade de mayor / defença, servirem demontar as Artelharias, ecom esta / fazer huma prompta defença ao Estado emgeral des / ta mesma Capitania. Tem aditado algumas / fontes dentro destes mesmos muros, para q(ue) anecessidade / deagoa não faça violencia nas cazas ocorrentes aos mes / mos moradores, tem demolido predios, quefaziaõ obs / taculo mayor a mesma defença para assim segurar / os intereces damesma Capitania; tem aberto ruas da / Cidade baixa para a Cidade alta, fabricadas já com / osfins deserem uteis amesma fortificaçaõ pela naturalid(ad)e / com que podem ser recavadas com a mayor br[e]vidade / para prohibirem o ingreço dequalquer asalto; ...

Na seqüência, destacam-se algumas marcas de subjetividade, que reafirmam a posição de orador/locutor em relação à situação apresentada. O Senado não tem a verba necessária porque sua renda, apesar de pequena, já estava comprometida com outras tantas obras e, no momento, tratava-se de uma **avultada despeza**, logo longe das possibilidades da Câmara. Em **emenos hum caiz habil para o desembarque** está subentendido que nenhum cais existente na cidade tem a serventia necessária. Este argumento é logo em seguida reforçado, pois trata-se de **taõ necessarias obras**. Neste momento, vários operadores argumentativos emergem, ampliando a força dos argumentos apresentados. O uso do operador argumentativo **porem** marca no discurso a introdução de um novo argumento que irá conduzir a argumentação no sentido de que, apesar de todo desenvolvimento anteriormente relatado, ainda havia outras melhorias necessárias, chegando, finalmente, ao objetivo desta carta, que é a solicitação de verba para as tais obras, ou seja, a argumentação é orientada numa outra perspectiva. O esquema de funcionamento do operador argumentativo **porém** é o mesmo do operador argumentativo **mas**, apresentado na análise da CMSS1, contudo com menor força argumentativa. Desta forma, tem-se a seguinte escala argumentativa.



O operador argumentativo **naõ so... mas tambem** finalmente consagrada a importância da obras, pois evidencia a sua dupla importância. Segundo Guimarães (2001, p. 123), trata-se de um operador de pouca frequência, cuja utilização ocorre em textos de registros mais formais ou com grande caracterização argumentativa.

Tem aditado algumas fontes dentro destes mesmos muros, para q(ue) anecesidade deagoa naõ faça violencia nas cazas ocorrentes aos mesmos moradores, tem demolido predios, quefaziaõ obstaculo mayor a mesma defença para assim segurar os intereces damesma Capitania; tem aberto ruas da Cidade baixa para a Cidade alta, fabricadas ja com osfins deserem uteis amesma fortificaçaõ pela naturalid(ad)e com que podem ser recavadas com mayor br[e]vidade para prohibirem o ingreço dequalquer asalto; porem a /sua extençaõ de Longitude, e Latitude tem bairros / faltos deagoa ; algumas ruas ainda por compor os seus pasos / ecalçadas, q(ue) precisaõ deavultada despeza para asua cons / truçaõ, naõ havia huma Praça para o Comercio, eme /nos hum caiz habil para o desembarque; deuse principio / aestas taõ necessarias obras, que naõ so ficaõ servindo p(ar)a / o q(ue) referimos, mas tambem para Forte principal dade / fença domar Deuse principio tambem agrande / Praça da Piedade par(a) nella as Tropas regulares, e / Auxiliares fazerem os necesarios exercicios; ...

Na sequência, o orador/locutor (L) rerepresenta o objetivo desta carta, que é a solicitação de verba, reforçando a sua importância com o acréscimo de uma adjetivação intensificada: as despesas que anteriormente eram avultadas agora também são **taõ uteis**.

... todas estas obras, estão incompletas e vagarozos os seus fins, pela falta de meios, e forças, com(que) este Senado as possa terminar, por não chegarem os seus rendimentos a suprir estas tão úteis e avulsas despesas por ter outras igualmente crescidas como são a adepar os soldos annuaes atrez Sargentos Mores, e hum Ajudante do V(osso) Regimento Auxiliares desta Capital, cujos soldos importaõ em 1:56 \$ 400 r(eis) / Igualmente faz huma consignaõ para a sustentaçã dos expostos; aposentadorias de Ministros, e mais despesas de Officiaes do Senado, gastos de Precisoens / e festividades publicas todas feitas em virtude [das] Reaes Or / Ordens de V(oss) Magestad e para terminar as obras / expostas de Ruas, fortes, muros, cais de desembarque, Praça do Comercio, e Praça dos exercicios Militares;...

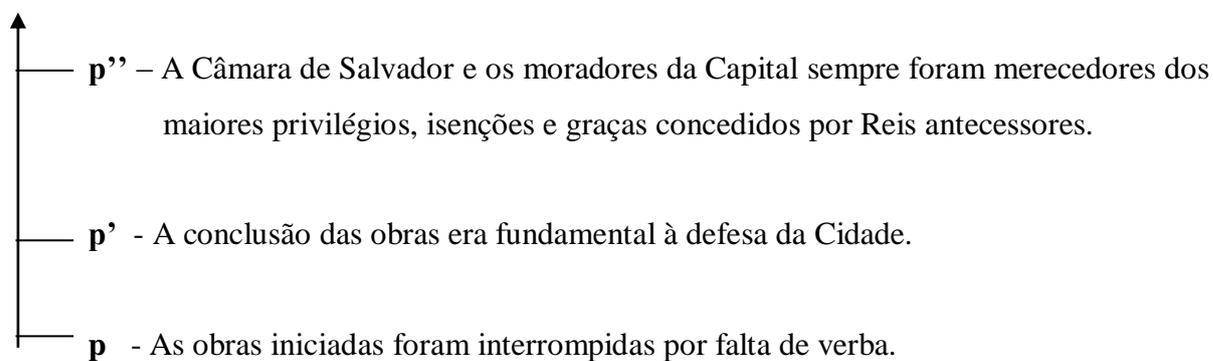
A análise das expressões anteriores demonstra que não há nenhuma neutralidade por parte dos camaristas ao discriminarem os seus próprios feitos, o que reforça a intenção do orador/locutor (L) em não haver diminuição da importância política da Câmara de Salvador com a transferência da capital da Colônia para o Rio de Janeiro.

Por fim, após um discurso tão persuasivo, o orador/locutor (L) assume uma posição de humildade perante o auditório/alocutário, pois ele **roga**. Ainda assim conclui sua argumentação mais uma vez reafirmando a necessidade das obras, anteriormente qualificadas como **úteis, habil e necessaria**, desta vez reforçada pela adjetivação **utilissimas**, cujo grau do adjetivo consagra definitivamente a sua importância.

... roga / a V(ossa) Magestad e (...) facultar a este Senado Licença para despende pelo arbitrio dos Excellentissimos Capitães Generaes aquela porção de dinheiro das 3^{as} que for necess(ri)a para o fim das propostas utilissimas obras principiadas por serem conservados estes mesmos dinheiros das 3^{as} pelos Soberanos Monarchas desta Monarchia, nesta mesma Capital para estas mesmas redificações e ampliações / desta Cidade, por(que) de outra sorte senão podem finalizar / pela indigencia, em(que) seve este Senado, q(ue) tem aplicado todas as suas forças e interesses positivos a mesma construção, / para assim aformoziar, a beleza da Cidade, a defença della, / e ficarem supridas as necessidades da mesma população. / Os Cidadãos persi em nome do Povo / sua plicação a V(ossa) Magestad e sedigne conferir lhe agraça que implora para assim chegarem aos ultimos fins de felices / e honrados Vassallos. DEOS guarde a V(ossa) Magestad e / Bahia em Camara 24 de Mayo de 1789 João / Sodre Perei(a) // a fez escrever Nicolau Pedro Victoria de / Mendonça // Prezid(ente) // Jose de Sá de Albuquerque // Pedro da Cunha Barb(o)za de Nasc(im)entos // Rodrigo Sodre Pereira // Domingos Joze de Carvalho //...

Para a obtenção da adesão do auditório/alocutário à tese apresentada, o orador/locutor (L) recorre ao argumento do desperdício, pois defende a conclusão de obras, nas quais investimentos já haviam sido aplicados, mas também ao argumento pragmático, pois tratava-se de um benefício (fato), que contribuiria para a melhor defesa da cidade (conseqüência), e à argumentação pelo modelo, já que sugere ao auditório/alocutário a imitação da conduta de Reis antecessores.

r É necessária a utilização das terças para continuação de obras.



Dentre os argumentos que compõem a classe argumentativa a favor da conclusão (r), o argumento **p''** apresenta maior força argumentativa em relação aos demais, pois representa não somente a postura de Reis antecessores em situações semelhantes, mas, sobretudo, porque apresenta a postura do Rei almejada pelos atuais camaristas. Já o argumento **p'** apresenta maior força em relação ao argumento **p**, uma vez que traz à cena enunciativa o benefício da continuidade das obras pleiteadas.

4.11 Carta do Senado a Sua Magestade – CSSM10

A carta em análise foi encaminhada pelo Senado da Câmara à Rainha de Portugal, em 28 de julho de 1789, na qual é solicitada verba para continuidade de obras na cidade. Assim o argumento do desperdício irá fundamentar toda a argumentação.

Logo no início da cena enunciativa, o orador/locutor (L), ocupando sua posição de autoridade na administração municipal, assume um comportamento que orientará a argumentação no seguinte percurso: os camaristas além de cumpridores de sua obrigação, neste caso, em particular, o repasse da verba destinada à coroa, sentem-se honrados por isso. Sabe-se que a Câmara sempre tentou manter na própria cidade, além das verbas a ela destinadas, as terças. Logo, tal prazer não teria outro objetivo senão estabelecer o acordo com o seu auditório/alocutário.

...Senhora Este Senado sefelicitou o anno pasado em/ dar aV(ossa) Mag(estad)e a conta constante da Copia incluza Le/ tra A. : ...

O marcador de temporalidade **agora** não representa, na cena enunciativa, apenas um novo momento, mas introduz uma nova situação, que justificará o objetivo desta carta. Outro enunciador E2, o Governador Rodrigo Joze de Menezes, emerge no discurso, como comprovação da veracidade do fato e, sobretudo, como desvio da responsabilidade da situação que se pretendia reparar, pois ficava claro tratar-se de um problema anterior a atual gestão. A forma verbal no pretérito imperfeito do indicativo **Lançava** é um recurso utilizado para confirmar o fato de tratar-se de um problema contínuo, respaldando, assim, a necessidade da obra.

... Acresce agora q(ue) noanno prez(ent)e estando conti / nuando o mesmo Senado / areedificação e ampliação de / hum predio Urbano dos proprios da Coroa de V(ossa) Mag(estad)e / eo corpo da guarda situados na Cid(ad)e alta as antigas por / tas do carmo, q(ue) o Ex(celentissimo) D(outo)r Rodrigo Joze de Menezes / notempo que foi Gov(ernad)or Cap(ita)m General, mandou demolir p(ar)a ma / yor segurança da Cidade alta e baixa, por estarem as d(it)as / portas e paredão dellas, em hum morro de terra que em / os annos decrecidas agoas com opezo Lançava pedaços do / mesmo morro para cima da Cidade baixa; ...

Na seqüência, o discurso encontra-se apoiado nos dois enunciadores já presentes. O E2, que discorre sobre os objetivos da obra, e o E1, que coincide com a pessoa do orador/locutor (L), o qual apresenta a existência de um conflito entre o Governador e os membros da Câmara: a verba para tal obra.

... para seguran / ça destas ruinas mandou om(es)mo Ex(celentissimo) Gov(ernad)or e Cap(ita)m Gener(a)l / dar principio a hum grande muro para segurança do di / to morro, etambem da Cidade baixa de carregar e demolir / o grande pezo do paredão, e portas, que eraõ inuteis a defeza / da Cidade, e afermoziar aquelo Sitio, que hé na Cidade alta, / e fazer hum Praça, e a Largar edicavar as ruas, para me / lhor expedição do Publico: Nesta demolição entrou o / Corpo da Guarda antigo, e alguma pequena parte do predio / dos proprios da Coroa de V(ossa) Mag(estad)e e por esta razão o mes / mo Ex(celentissimo) Gov(ernad)or e Cap(ita)m General orden[ou] ao Senado houve / se a fabricar corpo da guarda, e fazer o dito predio acus / ta dos bens do Senado, e a falta destes pelas 3^{as}. ...

O Senado, segundo seus próprios membros, encontrava-se **impobrecido com despesas defontes, pontes, e calçadas**. Com a adjetivação **impobrecido**, o orador/locutor (L) constrói uma imagem positiva de si, pois, se o referido empobrecimento era consequência da realização de obras, evidenciava-se a conscientização que os camaristas tinham de suas obrigações. Fato que serviria como uma estratégia para a adesão do auditório/alocutário à tese da necessidade de utilização das terças.

...En- / trando no prez(ent)e anno a servimos no exercicio de Cidadaons / Vereadores e Procurador do Concelho, como não virmos [...] / ordem expressa p(ar)a q(ue) V(ossa) Mag(estad)e mandar gastar das 3^{as} / dinheiro algum, o Senado se achava impobrecido com despe / zas defontes, pontes, e calçadas...

Ao enunciar repetidas vezes ser a obra nos **predios proprios da Coroa de V(ossa) Mag(estad)e**, fica subentendido que as terças não teriam seu objetivo desviado.

Também nestas seqüências da cena enunciativa, destacam-se os operadores argumentativos **ate q(ue)**, o qual orienta a argumentação apresentando a condição para a continuidade da obra, e **só**, que exclui qualquer outra possibilidade de interesse na referida obra senão por parte da própria coroa.

... estando conti / nuando o mesmo Senado / areedificação e ampliação de / hum predio Urbano dos proprios da Coroa de V(ossa) Mag(estad)e...

... mandamos p[ar]ar a [di]ta o / bra, ate q(ue) o Senado melhorase debens ou V(ossa) Mag(estad)e d[eter] / minase seconcluisse pelo redito das terças, por ser aquela o / bra dod(it)o predio muito em melhoramento dos predios propri / os da Coroa de V(ossa) Mag(estad)e; ...

... e estaõ as ditas obras a terminase e esperansados em q(ue) A / Real Attenção de V(ossa) Mag(estad)e providenceo a favor do Sena / do por ser aquela obra interessante só aos proprios da Coroa / de V(ossa) Mag(estad)e...

O fato de os camaristas não somente demonstrarem conhecimento, mas também construírem uma imagem de si como aqueles que agem conforme as Ordenações vigentes, as Ordenações Filipinas, caracteriza a argumentação pelo modelo. Em contrapartida, ao declarar que o Juiz de Fora e o Governador exigiam que a Câmara desse continuidade à obra, mesmo contrariando as Ordenações, tem-se o antimodelo. Desta forma, o discurso do orador/locutor (L) orienta a argumentação no sentido de conduzir o auditório/alocutário ao subentendido de que o Juiz de Fora e o Governador, apesar de representarem a Coroa da Colônia, nem sempre respeitavam as suas leis, pois os bens do Senado apenas poderiam ser gastos em obras que servissem ao público em geral, conforme os artigos das Ordenações Filipinas citados.

... eao Senado na forma da Ley / so lher ser permitido fazer as despezas contempladas na or / denação do Livro 1º tit(ulo) 66 § 43 et(iti)ulo 58 § 43, e por esta razão / protestamos nunca pagar adita despe[za] pelos nosos bens, o que / tudo consta da Cópia do protesto junto. Letras B. / O D(out)or Juiz de Fora Presidente do Senado, deo par / te desta nosa resolução ao Ill(ustrissi)mo e Ex(celentissi)mo D(outor) Fernando Joze / de Portugal actual Cap(ita)m Gener(a)l, e Gov(ernad)or desta Capitania, e / em efeito desta parte se servio o Ex(celentissi)mo Cap(ita)m Gener(a)l man- / darnos a Portaria, deq(ue) vay a copia Letra C / Ordenando, que se continuase a obra por ser em beneficio da / Coroa de V(ossa) Mag(estad)e pelos rendimentos das 3^{as}, eq(ue) se V(ossa) Mag(estad)e não / aprovasse este seo mandado, se pagaria ad(it)a obra pelos bens / do Concelho, em cumprimento da qual protestamos pela o- / brigaçã denosos cargos, que se cumprise a Portaria de sua / Ex(celencia), eq(ue) no caso V(ossa) Mag(estad)e não aprovar a despeza da d(it)a / obra pelas 3^{as} ficaria direito salvo [se]mpre ao Senado para / haver o emboço da sua despeza, pelo melhoramento do dito, / predio, o q(ue) tudo consta do documento Letra D / e estaõ as ditas obras a terminase e esperansados emq(ue) A / Real Attenção de V(ossa) Mag(estad)e providencee a favor do Sena / do por ser aquela obra interessante só aos proprios da Coroa / de V(ossa) Mag(estad)e ...

Finalizando a argumentação, o orador/locutor (L) apresenta-se com certo sentimento de humildade, pois ele roga. Mas, logo em seguida, o operador argumentativo **porque** introduz um novo argumento, cuja força persuasiva não permitiria outra atitude do auditório/alocutário senão a adesão à tese proposta, pois não autorizar o pagamento da referida obra com o dinheiro das terças, implicaria a suspensão de pagamentos relativos à defesa, que era um dos principais objetivos da Cidade do Salvador.

... Rogamos a V(ossa) Mag(estad)e se sirva em benefi- / cio do publico deferir nos as supplicas juntas, com aquela pro- / [vid]en[cia] de [Jus]ti[ça] , comq(ue) [cos]tuma beneficiar aos seus va / salos e ao publico, porque de outra sorte cesará o Senado / com as acistencias de soldos, mantimentos e cavalos atrez- / Sargentos mores e hum Ajudante das Tropas auxilia / res desta Cidade, e duzentos mil reis para a despeza da / Criação dos Expostos. DEOS guarde a V(ossa) Ma / gestade por muitos annos. ...

Visando à adesão do auditório/alocutário à tese de cessão do dinheiro das terças para reedificação e ampliação em prédio pertencente à Coroa e obras no Corpo da Guarda, observa-se que o orador/locutor (L) valoriza as atividades que seriam normais aos membros de uma Câmara, pois afirmam que a verba do Senado era empregada em melhorias da cidade, bem como declara que assumir responsabilidade com tais obras implicaria um grave prejuízo à segurança, visto que soldos deixariam de ser pagos, mas, principalmente, busca uma

fundamentação jurídica para sua argumentação no Livro 1º das Ordenações Filipinas, título 66 §24, que tratava das benfeitorias.

E bem assi saberaõ os caminhos, fontes, chafarizes, pontes, calçadas, poços, casas e quaesquer outras cousas do Concelho são repairadas. E as que se deverem fazer adubar e concertar, mandai-as-hão fazer e repairar, e abrir os caminhos e testadas³⁶, de maneira que se possam bem servir per elles, fazendo-o de modo, que por falta sua as ditas cousas não recebam danificação: porque danificando-se por sua falta na negligencia, per seus bens se consertarão. E mandamos aos Corregedores, que quando vierem pelos lugares, o executem e façam emendar per seus bens.

e título 58 §43, que além de tratar das benfeitorias, fazia referência à questão financeira para as mesmas.

E mandará que se façam as bemfeitorias publicas, calçadas, pontes, fontes, poços, chafarizes, caminhos, casas do Concelho, picotas³⁷, e outras bemfeitorias, que forem necessarias, mandando logo fazer as que cumprir de novo serem feitas, e repairar as que houverem mister reparo: o que todo fará das rendas do Concelho. E sendo os danificamentos por negligencia dos Vereadores, os fará emendar per seus bens. E quando não houver dinheiro do Concelho, e houver necessidade de finta³⁸ para o dito caso, ou para outros, que lhe pareçam necessarios, poderá mandar fintar ate quantia de quatro mil réis. E sendo necessario mais, no-lo fará saber, para Nós lhe darmos a provisão, que nos bem parecer, sem a qual em nenhum caso dará licença para fintar.

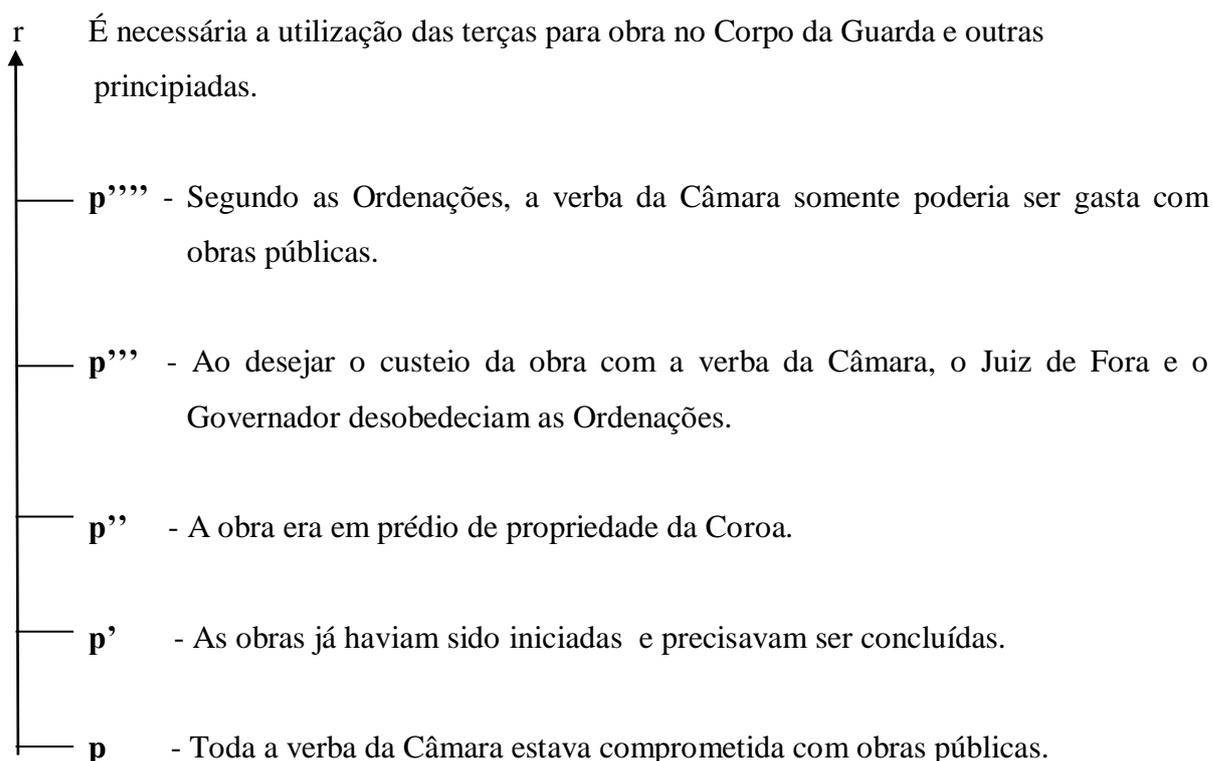
Fundamentando a argumentação nos referidos artigos das Ordenações Filipinas, constata-se, assim, a presença do argumento de autoridade para validar a tese apresentada. Também importante nesta cena enunciativa é o fato de os títulos das Ordenações não se apresentarem numa seqüência cronológica, o que demonstra a intenção do orador/locutor (L) em, inicialmente, mostrar-se cumpridor de suas obrigações e, posteriormente, reforçar estas obrigações, mas concluindo com o direito à verba previsto pelas Ordenações.

³⁶ parte da rua, passeio ou estrada que serve de limite a um prédio rústico ou urbano.

³⁷ Postes que serviam de pelourinho.

³⁸ Contribuição ou imposto com destino às obras públicas.

Constata-se, finalmente, o caráter pragmático da argumentação, pois a continuidade das referidas obras (fato) representava a manutenção do patrimônio da própria Coroa.



O argumento **p''''** apresenta a maior força argumentativa em relação aos demais argumentos, pois utiliza as Ordenações como meio de prova à tese apresentada. O argumento **p'''** vem logo em seguida na escala argumentativa, visto que apresenta a situação combatida através das Ordenações no argumento **p''''**. Na seqüência da hierarquização dos argumentos, surge o argumento **p''**, que justificava a impossibilidade da realização da obra com verba da Câmara. Finalmente, há o argumento **p'**, que, ao apresentar a situação das obras, justifica a solicitação de verba e o argumento **p**, que demonstra a crise financeira da Câmara.

CONCLUSÃO

Sendo esta tese a continuidade da dissertação intitulada "Carta do Senado a Sua Magestade: edição semidiplomática e estudo da argumentação", inicialmente, ratificam-se todos os resultados anteriormente apresentados a partir da edição e da análise das cartas que compuseram o *corpus* da referida pesquisa.

Mais uma vez, reafirma-se o prestígio da Cidade do Salvador durante quase todo o período colonial, mesmo quando não mais sediou a Capital da Colônia, em 1763, pois Salvador jamais deixou de representar uma grande influência política no cenário do Brasil, mantendo-se como liderança no processo político e econômico do país.

No entanto, apesar de se destacar nacionalmente, os constantes conflitos entre os membros da Câmara e os representantes de Portugal trouxeram muitos problemas para o cotidiano da população soteropolitana, tais como insegurança, desordens nas ruas, precariedade nas condições de saúde e de higiene pública, além do grande problema enfrentado pelo poder local em relação às questões financeiras, uma vez que parte da arrecadação, as terças, que era encaminhada para a Metrópole.

Mesmo com os constantes conflitos, ser membro da Câmara Municipal era demonstrar poder, pois o corpo dos "homens-bons", designação para os membros da Câmara, era formado por aqueles que tinham conseguido enriquecer.

A importância das correspondências das câmaras municipais enviadas ao Rei e/ou à Rainha de Portugal comprova-se, também, devido ao fato de que, apesar de haver, em toda Colônia,

representantes da Coroa Portuguesa, os camaristas dirigiam-se diretamente a Portugal, ignorando toda a hierarquia social da época.

A preservação, portanto, de uma parte desta documentação manuscrita, através das edições feitas na pesquisa anterior, cujo *corpus* ampliou-se na presente tese, mais uma vez, representa que, além de preservar estes importantes registros do desgaste provocado pela ação do tempo, permitiu revelar os mais variados fatos ocorridos na Cidade do Salvador, no referido período, bem como possibilita a estudiosos ou simplesmente a todos aqueles que reconhecem o valor do acervo documental que se encontra nos arquivos públicos, muitas vezes desconhecido pela população, estabelecer uma ponte com o momento presente, possibilitando reflexões para uma melhor compreensão não só da atual estrutura física da Cidade do Salvador, mas também das relações entre os segmentos que representavam e, acima de tudo, disputavam o poder administrativo.

A partir das edições realizadas, constataram-se algumas características da escrita do escrivão da Câmara, tais como o uso freqüente de abreviaturas, principalmente, por letra sobreposta e a variação da abreviatura de uma mesma palavra, conforme a relação das abreviaturas deste trabalho. Outra característica são os traços de oralidade presentes no texto escrito, apesar de se tratar de documentação oficial.

A partir do estudo dos processos argumentativos nos referidos manuscritos, verificou-se que um dos grandes problemas enfrentados pela administração colonial era a relação entre as tarefas a serem executadas e os recursos disponíveis, pois eram constantes os pedidos dos camaristas para utilizar a arrecadação que deveria ser encaminhada a Portugal.

Diante das análises, observou-se a variedade de argumentos utilizados pelos membros da Câmara, sempre os adaptando às situações de dificuldades vividas ou aos próprios interesses, visto que foram encontrados o argumento pragmático, presente em todas as cartas, o argumento de autoridade, o argumento de desperdício e, ainda, quando conveniente, uma vez que a disputa de poder entre a Relação e as Câmaras era muito forte, a utilização da argumentação pelo modelo e pelo exemplo. A partir do estudo da argumentação, comprovou-se, mais uma vez, que escolha de cada premissa deve estar diretamente relacionada aos sentimentos, à visão de mundo daquele que se pretende convencer ou persuadir, assim como a força de um argumento depende da sua adaptação à situação de comunicação. Os processos argumentativos analisados reafirmam a consciência que tinham os camaristas do lugar social por eles ocupado e que os dotava da autoridade necessária diante de tudo que era requerido.

O estabelecimento das escalas argumentativas também comprova que dispor de argumentos não é garantia para o sucesso da argumentação, pois para que seja alcançado o êxito almejado, é preciso ter consciência de como apresentá-los, visto que a força argumentativa de qualquer premissa está condicionada não somente ao auditório para o qual é dirigida, mas também a determinados contextos.

A partir das cenas enunciativas analisadas, comprovou-se, mais uma vez, que os discursos sociais são uma representação das práticas sociais num determinado contexto sócio-cultural. Através deles, vozes emergem, manifestando pontos de vistas convergentes e/ou conflitantes de uma realidade. A argumentação constrói-se num jogo de imagens entre um orador, que precisa ter credibilidade, e um auditório, cuja imagem deve ser elaborada pelo orador antes de dirigir-lhe a palavra. Se muitas são as estratégias discursivas de que um orador dispõe, é

possível também afirmar que as escolhas feitas pelo orador partem de suas convicções, de tudo que ele acredita ser verdade, mas que para serem validadas necessitam estar em acordo com o meio social, o que comprova que se o homem não é totalmente submisso, também não é totalmente livre.

No discurso dos membros da Câmara Municipal, manifesta-se a ideologia da elite daquela época na Cidade do Salvador, a qual utilizava o bem-comum para legitimar interesses próprios, visto que o objeto para o estabelecimento do acordo fundamental a toda argumentação entre orador e auditório não condizia com a situação vivida por grande parte da população.

Espera-se com as análises realizadas haver apresentado uma visão do homem, bem como de suas relações com a sociedade, relações estas que se estabelecem pela linguagem.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Soárez. **A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção**. 4. ed. Cotia (SP): Ateliê, 2001.

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos**. Recife: EDUFPE/Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1994.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

AUERBACH, Erich. **Introdução aos estudos literários**. Tradução José Paulo Paes. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972. 1ª parte/A Filologia e suas diferentes formas. p.11-8.

AZEVEDO, Leodegário de. **Iniciação em crítica textual**. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: EDUSP, 1987.

AZEVEDO, Tales. **Povoamento da Cidade do Salvador**. Salvador: Itapuã. 1969.

BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral**. Tradução Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1976.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e de diplomática**. 2 ed. Santa Maria: EDUFMS, 1995.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 6. ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. **Subjetividade, argumentação, polifonia**: a propaganda da Petrobrás. São Paulo: EDUNESP, 1998.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR. Cartas do Senado a Sua Magestade. Salvador: Câmara Municipal/ Fundação Gregório de Matos, 1994/1996. Documentos Históricos do Arquivo Municipal.v. 9/10.

CASTRO, Ivo; RAMOS, Maria Ana. **Estratégia e tática de transcrição**. In: CRITIQUE TEXTUELLE PORTUGAISE; actes du colloque. Paris, 20-24 oct. 1981. Paris: Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1989. p. 99-122.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

DUCROT, Oswald. **Provar e dizer**: leis lógicas e leis argumentativas. Trad. Maria Aparecida Barbosa, Maria de Fátima Gonçalves Moreira, Cidmar Teodor Pais. São Paulo: Global, 1981.

_____. **O dizer e o dito**. Rev. Téc. da Tradução Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

ELIA, Sílvio. A Crítica textual em seu contexto sócio-histórico. In: ENCONTRO DE ECDÓTICA E CRÍTICA GENÉTICA, 3; anais. João Pessoa: UFPB/APML/FECPB/FCJA, 1993. p. 57-64.

FÁVERO, Leonor Lopes. **As concepções linguísticas no século XVIII**: a gramática portuguesa. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996, p.57.

FIORIN, José Luís. **Linguagem e ideologia**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.

FLEXOR, Maria Helena Occhi. **Abreviaturas**: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. São Paulo: UNESP/Secretaria da Cultura/Divisão de Arquivo do Estado, 1991.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. 1986. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. 5 ed. Rio de Janeiro: Graal.

_____. A escrita de si. In: **O que é um autor?**. Lisboa: Veja, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France: 1970-1982**. Tradução Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p.109-134.

_____. **A arqueologia do saber**. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

GAMA, Albertina Ribeiro da. Iniciação na crítica textual. **A Cor das Letras**. Feira de Santana: n. 3, 1999, p. 7-8.

_____. A Edição de textos manuscritos. In: CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS, 5. Feira de Santana.

GAMA, Albertina Ribeiro da; TELLES, Célia Marques. **A Lição conservadora e a análise linguística do texto**. CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 2. Fortaleza.

GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989.

_____. **Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português**. São Paulo: Pontes, 2001.

HOUAISS, Antônio. **Originais modernos**. In: Elementos de bibliologia. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1967. v. 1, cap. 6, p. 269-332.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **La enunciación: de la subjetividad en el language**. Tradução Gladys Anfora e Emma Gregores. 2. ed. Buenos Aires: Edicial, 1993.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Argumentação e linguagem**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Processo Administrativo Ibero-Americano: aspectos sócio-econômicos – período colonial.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Editora, 1962. p. 491-545.

MADEIRA, Mauro de Albuquerque. **Letrados, fidalgos e contratadores de tributos no Brasil Colonial.** Brasília: Coopermídia, Unafisco/Sindifisco, 1993.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso.** Tradução de Freda Indursky. 2. ed. Campinas: Pontes/UNICAMP, 1993.

_____. **Termos-chave da análise do discurso.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

_____. **Análise de textos de comunicação.** Tradução: Cecília P. de Souza e Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2002.

MEGALE, Heitor. O Testemunho da dúvida: a busca da boa edição. In: **PARA SEGISMUNDO SPINA; língua, filologia e literatura.** São Paulo: Iluminuras/FAPESP, 1995.

MORAES SILVA, Antonio de. **Grande Dicionário da Língua Portuguesa.** Lisboa: Editorial confluência, 1949. 10 ed. rev. e aumentada.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador (Org). **Retóricas de ontem e de hoje.** São Paulo: Humanitas Editoras/FFLCH/USP, 1997.

ORDENAÇÕES FILIPINAS, vols. 1 a 5; Edição de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870. Disponível em: <<http://www.uc.pt/ihti/proj/filipinas/B.HTM>> Acesso em: 20 jun. 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Campinas, SP: Pontes, 2001.

OSAKABE, Haquira. **Argumentação e discurso político.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino et al. Comparação e argumentação: duas noções complementares. In: **Discurso, Coesão, Argumentação.** Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3 ed. Tradução Eni Orlandi et alli. Campinas: EDUNICAMP, 1997.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de argumentação**: a nova retórica. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: M. Fontes, 1996.

PETRI, Maria José Constantino. **Argumentação lingüística e discurso jurídico**. São Paulo: Selinunte, 1994.

PRIORE, Mary del; VENÂNCIO, Renato. **O livro de ouro da história do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

RAMÓN BLANCO, Ricardo. **Estudos paleográficos**. São Paulo: Laserprint, 1987. p.13-22.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

RUY, Affonso. **História da Câmara Municipal do Salvador**. Salvador: Câmara Municipal, 1996.

SAMPAIO, Teodoro. **História da fundação da cidade do Salvador**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949.

SANTANA NETO, João Antonio de. “Uma leitura diplomático-interpretativa dos Autos da Conspiração dos Alfaiates”. In: CONGRESSO INTERNACIONAL 500 ANOS DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL. Évora, 2000.

_____. **Discursos e Análises**: coletânea de trabalhos. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2001.

SILVA, Soeli Schreiber da. **Argumentação e polifonia na linguagem**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1991.

SOBRAL, Gilberto Nazareno Telles Sobral. **Cartas do Senado a Sua "Majestade"**: edição semidiplomática e estudo da argumentação. 2003. 105f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador,

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica**: crítica textual. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Ars Poética/EDUSP, 1994.

TELLES, Célia Marques. A Crítica textual no Brasil: um esboço historiográfico. **Estudos linguísticos e literários**. Salvador, n. 21-22, 1998.

TOULMIN, Stephen. **Os usos do argumento**. Tradução Reinaldo Guarany. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2003.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Estrutura do Senado da Câmara (1711-1808)**. Termo de Mariana: história e documentação. Ouro Preto: EDUFOP, 1998.

VILHENA, Luis dos Santos. **A Bahia do século XVIII**. Salvador: Itapuã, 1969.